



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PPGECON

ALINE ALVES DE OLIVEIRA

**O CARIRI CEARENSE: DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO À
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI**

NATAL (RN)

2014

ALINE ALVES DE OLIVEIRA

**O CARIRI CEARENSE: DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO À
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, sob orientação do Prof.º Dr. William Eufrásio Nunes Pereira.

NATAL (RN)

2014

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do NEPSA /CCSA

Oliveira, Aline Alves de.

O Cariri Cearense: da ocupação do território à institucionalização da região metropolitana do Cariri / Aline Alves de Oliveira. – Natal, RN, 2014.

136 f.

Orientador: Prof. Dr. William Eufrásio Nunes Pereira.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Economia.

1. Urbanização - Ceará – Dissertação. 2. Ocupação territorial – Ceará
Dissertação. 3. Institucionalização - Região metropolitana do Cariri –
Dissertação. I. Pereira, William Eufrásio Nunes. II. Universidade Federal do Rio
Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/BS

CDU 911.375.1(813.1)

ALINE ALVES DE OLIVEIRA

**O CARIRI CEARENSE: DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO À
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, na área de concentração – Economia Regional.

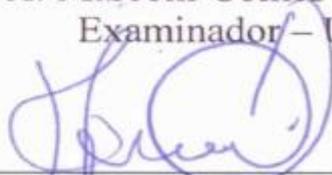
BANCA EXAMINADORA



Prof. William Eufrásio Nunes Pereira, Dr.
Orientador – UFRN



Prof. Marconi Gomes da Silva, Dr.
Examinador – UFRN



Prof. Francisco do O' de Lima Júnior, Dr.
Examinador - URCA

Natal, 27 de Junho de 2014.

Dedico a Deus, a minha mãe e irmãs.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por sua incrível maestria em nos proporcionar a concretização de nossos sonhos.

A minha mãe Maria das Graças Alves, por todo empenho e dedicação na realização desta nova etapa de minha vida. As minhas irmãs Amanda Alves de Oliveira e Arycele Alves de Oliveira pelo apoio e incentivo.

Ao professor Dr. William Eufrásio Nunes Pereira, pela orientação e toda sua dedicação para a conclusão desse trabalho.

Ao grupo de estudo GEPETIS pela troca de conhecimento nestes dois anos de mestrado.

Ao grupo de pesquisa Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano, orientado pelo professor Francisco do O' de Lima Júnior da Universidade Regional do Cariri, como grande incentivador do meu ingresso no mestrado.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, pela acolhida durante esses dois anos e a todos os professores pelo esforço e conhecimento transmitido.

As Tulipas Isabel Borges e Carolina Matos pelo companheirismo e amizade nestes dois anos, a Patieene Passoni e Marília Castro por dividirem comigo não somente o espaço, mas, suas alegrias, tristezas, dúvidas e conhecimento e a Valéria Moura por fazer meus últimos momentos no mestrado mais felizes, com sua alegria contagiante, companheirismo, sua cumplicidade e seu apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos Nivânia Barbosa e Danilo Brandão pelo apoio dado no meu primeiro ano de mestrado, aos colegas que conquistei durante curso e aos demais que contribuíram direta e indiretamente nesta caminhada, obrigado pelo apoio, incentivo e pelos bons momentos que me proporcionaram.

OLIVEIRA, Aline A. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **O Cariri Cearense: Da Ocupação do Território à Institucionalização da Região Metropolitana do Cariri**. Natal, 2014 (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, UFRN, 2014.

RESUMO

A urbanização no seu sentido mais simples, o de aglomeração de pessoas, ocorreu desde o momento em que as atividades produtivas passaram a basear-se nas trocas comerciais. As primeiras cidades surgiram quando a evolução da agricultura permitiu a produção e estocagem de excedentes. Porém, foi com a industrialização que a urbanização se torna intensa. De acordo com Singer (1987), a revolução industrial teve por palco, desde o início, a área urbana. Ela exige, em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores. No que concerne ao Cariri cearense, a ocupação do seu território está associada à circulação dos excedentes agrícolas produzidos e reproduzidos sob a hegemonia do capital mercantil e em decorrência do desenvolvimento da pecuária extensiva que promoveu a ocupação territorial do Ceará. A partir da década de 1960, a região passou por mudanças na sua estrutura produtiva devido às políticas de planejamento industrial do governo do Ceará. No entanto foi na década de 1990 que a região se consolida como polo econômico e urbano devido às políticas de atração de investimentos do governo do estado do Ceará. Esta política propiciou a dinamização do comércio e dos serviços marcando o predomínio das atividades terciárias na região, com destaque para o comércio varejista, atacadista, serviços médicos e ensino. Os investimentos também consolidaram o parque industrial da região tornando-o diversificado, com destaque para os setores calçadista, extrativo mineral, minerais não metálicos, material de transporte, química farmacêutica, alimentos e bebidas, borracha e couros e construção civil. Posto isto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a região do Cariri cearense da ocupação do seu território a institucionalização da sua Região Metropolitana, para compreender quais fatores influenciaram o Cariri cearense a se tornar uma região importante em termos urbanos e econômicos no interior cearense. Com o intuito de desenvolver a presente pesquisa no que refere-se à perspectiva metodológica, a pesquisa é pautada em estudos bibliográficos e também utiliza-se de análise de dados secundários (populacionais, PIB, taxa de urbanização, emprego) das principais bases de dados do país, como IBGE, IPEADATA e RAIS-MTE.

Palavras-chaves: Ocupação territorial; Urbanização; Região Metropolitana do Cariri

OLIVEIRA, Aline A. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **O Cariri Cearense: Da Ocupação do Território a Institucionalização da Região Metropolitana do Cariri**. Natal, 2014 (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, UFRN, 2014.

ABSTRACT

Urbanization in their meaning simpler, the agglomeration of people, occurred from the time that the productive activities have to be based on trade. The first cities arose when the evolution of agriculture allowed the production and storage of surpluses. However, with industrialization was that urbanization becomes intense, according to Singer (1987), the industrial revolution was to stage, from the beginning, the urban area. It requires, in its proximity, the presence of a large number of workers. With respect to the Cariri cearense, the occupation of its territory is associated with the movement of agricultural surpluses produced and reproduced under the hegemony of merchant capital and due to the development of extensive cattle that promoted the territorial occupation of Ceará. From the 1960s, the region has undergone changes in its productive structure due to industrial planning policies of the government of Ceará. However it was in the 1990s that the region itself as economic and urban polo because policies to attract investments from the state government of Ceará. This policy led to boosting trade and services marking the predominance of tertiary activities in the region, especially the retail, wholesale, medical services and education. Investments also consolidated the industrial park area making it diverse, especially the footwear industries, mining, non-metallic minerals, transport equipment, pharmaceutical chemical, food and beverages, rubber and leather and construction. Thus, the aim of this study was to review the region of Cariri cearense occupation of its territory institutionalizing its metropolitan region, to understand what factors influenced the Cariri cearense become an important area in urban and economic terms in the interior of Ceará. In order to develop this research in that refers to the methodological perspective, research is guided by bibliographic studies and also makes use of secondary data analysis (population, GDP, urbanization rate, employment) of the main databases the country, as IBGE, IPEADATA and RAIS - MTE.

Keywords : Territorial occupation; Urbanization; Metropolitan Cariri.

Lista de Siglas

ADR	Área de Desenvolvimento Regional
BEC	Banco do Estado do Ceará
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CENTEC	Centro Tecnológico do Ceará
CIC	Centro Industrial do Ceará
CODEC	Companhia de Desenvolvimento do Ceará
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FED	Federal Reserve System
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPLANCE	Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
MRT	Macrorregião de Desenvolvimento Turístico
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PLAIG	Plano de Ação Integrada do Governo
PLAGEC	Plano de Ação do Governo do Estado do Ceará
PLAMEG	Plano de Metas Governamentais
PLANDECE	Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará
PLANED	Plano Estadual de Desenvolvimento
PROURB	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos

PROVIN	Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial
PSJ	Programa São José
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PUDINE	Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste
QL	Quociente de Localização
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMCA	Região Metropolitana do Cariri
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SDLR	Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEAGRI	Secretaria de Agricultura e Irrigação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEP	Sistema Estadual de planejamento
SEPLAN	Secretária de planejamento e Coordenação
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETUR	Secretária de Turismo
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UCLA	Universidade da Califórnia
UFC	Universidade do Ceará
URCA	Universidade Regional do Cariri
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Participação da População Total por Microrregiões do Ceará em 1991	66
Gráfico 2: Participação da População Total por Microrregiões do Ceará em 2000.....	67
Gráfico 3: Participação da População Total por Microrregiões do Ceará em 2010	69
Gráfico 4: Participação do Produto Interno Bruto a Preços Constantes por Microrregiões do Ceará em 1996	70
Gráfico 5: Participação do Produto Interno Bruto a Preços Constantes por Microrregiões do Ceará em 2000.....	72
Gráfico 6: Participação do Produto Interno Bruto a Preços Constantes por Microrregiões do Ceará em 2010	74
Gráfico 7: Participação do Emprego Formal por Microrregiões do Ceará em 1990.....	75
Gráfico 8: Participação do Emprego Formal por Microrregiões do Ceará em 2000.....	76
Gráfico 9: Participação do Emprego Formal por Microrregiões do Ceará em 2010.....	77

Lista de Figuras

Figura 1: Primeira rede urbana do Ceará – vilas do século XVIII.....	24
Figura 2: Caminhos do boi no Ceará colonial.....	26
Figura 3: Eixos ferroviários – Ceará dos séculos XIX e XX	29

Lista de Quadros

Quadro 1: Municípios do Ceará Beneficiados com o PROURB.....	55
Quadro 2: Programas para o desenvolvimento agrícola do Cariri cearense.....	98

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de Habitantes e Taxa de Urbanização do Ceará em 1970	38
Tabela 2: Número de Habitantes e Taxa de Urbanização do Ceará em 1980	39
Tabela 3: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Ceará em 1970 (R\$1.000)	40
Tabela 4: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Ceará em 1980 (R\$1.000)	40
Tabela 5: Evolução da População e Taxa de Urbanização do Cariri Cearense nos anos 1970 e 1980	44
Tabela 6: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Cearense em 1970 (R\$ 1.000)	45
Tabela 7: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Cearense em 1980 (R\$ 1.000)	46
Tabela 8: Emprego Formal na Indústria por Microrregiões do Ceará em 1991.....	79
Tabela 9: Emprego Formal na Indústria por Microrregiões do Ceará em 2000.....	81
Tabela 10: Emprego Formal na Indústria por Microrregiões do Ceará em 2010.....	82
Tabela 11: Quociente de Localização da Indústria nas Microrregiões Cearenses em 1991	83
Tabela 12: Quociente de Localização da Indústria nas Microrregiões Cearenses em 2000	85
Tabela 13: Quociente de Localização da Indústria nas Microrregiões Cearenses em 2010	86
Tabela 14: Emprego Formal no Setor de Serviços por Microrregiões do Ceará em 1991.....	88
Tabela 15: Emprego Formal no Setor de Serviços por Microrregiões do Ceará em 2000.....	89
Tabela 16: Emprego Formal no Setor de Serviços por Microrregiões do Ceará em 2010.....	90
Tabela 17: Quociente de Localização dos Serviços nas Microrregiões Cearenses em 1991	91

Tabela 18: Quociente de Localização dos Serviços nas Microrregiões Cearenses em 2000	92
Tabela 19: Quociente de Localização dos Serviços nas Microrregiões Cearenses em 2010	93
Tabela 20: Evolução da População e da Taxa de Urbanização do Cariri Central em 1991 e 2000	102
Tabela 21: População Total e Taxa de Urbanização do Cariri Central em 2010	103
Tabela 22: Produto Interno Bruto por setor no Cariri Central em 1996	104
Tabela 23: Produto Interno Bruto por setor do Cariri Central em 2000	105
Tabela 24: Produto Interno Bruto por setor do Cariri Central em 2010	105
Tabela 25: Número de Empregos Formais por Setor no Cariri Central em 1991	106
Tabela 26: Número de Empregos Formais por Setor no Cariri Central em 2000	107
Tabela 27: Número de Empregos Formais por Setor no Cariri Central em 2010	108
Tabela 28: Número de Empregos Formais na Indústria do Cariri Central em 1991	109
Tabela 29: Número de Empregos Formais na Indústria do Cariri Central em 2000	110
Tabela 30: Número de Empregos Formais na Indústria do Cariri Central em 2010	111
Tabela 31: Quociente de Localização da Indústria no Cariri Central em 1991	112
Tabela 32: Quociente de Localização da Indústria no Cariri Central em 2000	113
Tabela 33: Quociente de Localização da Indústria no Cariri Central em 2010	114
Tabela 34: Número de Empregos Formais nos Serviços do Cariri Central em 1991	115
Tabela 35: Número de Empregos Formais nos Serviços do Cariri Central em 2000	116

Tabela 36 Número de Empregos Formais nos Serviços do Cariri Central em 2010	112
Tabela 37: Quociente de Localização dos Serviços no Cariri Central em 1991	113
Tabela 38: Quociente de Localização dos Serviços no Cariri Central em 2000	113
Tabela 39: Quociente de Localização dos serviços no Cariri Central em 2010	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FORMAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE	23
2.1 A Ocupação do Território Cearense	23
2.1.1 O Cariri cearense e sua ocupação.....	30
2.2 Políticas de Planejamento do Desenvolvimento Regional e suas Consequências na Rede Urbana Cearense.....	32
2.3 As Políticas de Planejamento do Desenvolvimento Regional no Cariri Cearense...	41
3 AS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E A INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO NO CEARÁ NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000	47
3.1 O Neoliberalismo como Modelo de Gestão: O Governo dos “Jovens Empresários”	47
3.2 Estruturação do Espaço Cearense como Base para o Crescimento Econômico	52
3.3 Resultados das Políticas de Atração de Investimentos.....	66
4 URBANIZAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NO CARIRI CEARENSE PÓS 1990	95
4.1 As Políticas de Atração de Investimentos e a Consolidação do Polo Cariri Central	95
4.2 Institucionalização da Região Metropolitana do Cariri	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
6 REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

A urbanização no seu sentido mais simples, o de aglomeração de pessoas, ocorreu desde o momento em que as atividades produtivas passam a basear-se nas trocas comerciais. Segundo Braga e Carvalho (2004), as primeiras cidades surgem quando a evolução da agricultura permite a produção e estocagem de excedentes. Porém no primórdio as cidades não podem ser consideradas como urbanas, porque a sua existência estava relacionada diretamente com o que se entende hoje como atividades primárias (agricultura e criação), atividades estas que pela sua própria natureza exigem territórios extensivos. Na origem da cidade urbana há outra diferenciação, a social, “ela exige uma complexidade de organização social só possível com a divisão do trabalho” (SPOSITO, 2005, p. 14).

Para Singer (1987), a condição necessária para a constituição da cidade urbana é criar instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração, enfim, que assegure a transferência de mais produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. De outro modo, a transferência de mais produto não seria possível. Não se está afirmando que não havia uma divisão social do trabalho nas antigas cidades, de acordo com Marx (1985 *apud* SILVA, 2008) a divisão social do trabalho se originou dentro da família ou da tribo, baseada em diferenças de gênero e de idade, ou seja, a divisão do trabalho dominante no campo era de fisiológica e produtoras de mercadorias fortuitamente.

A constituição da cidade de acordo com Singer (1987) é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Por isso o capitalismo, enquanto modo de produção encontrou terreno firme com a Revolução Comercial. O surgimento deste modo de produção no seio da sociedade feudal pode ser interpretado como uma etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas urbanas. Pois, teve o caráter de romper a ordem baseada em laços de parentesco e proximidade, por outro, a afirmação de uma nova ordem fundada na relação entre possuidores de mercadorias e estabeleceu, finalmente, uma divisão do trabalho interurbana no plano mundial, assegurando um amplo e contínuo desenvolvimento das forças produtivas.

A cidade assume, com o capitalismo, uma capacidade de produção, que a diferenciava totalmente do processo da urbanização ocorrido na Antiguidade. A cidade

mercantil era também o espaço da dominação e gestão do modo de produção, do exercício de poder e fornecedora de serviços, tanto quanto as cidades antigas. No entanto, diferenciava-se delas por seu caráter produtivo, ou seja, por passar a ser, de forma mais marcante, o lugar da produção das mercadorias. Outro ponto a ser ressaltado é o desenvolvimento da especialização funcional e, portanto, da divisão social do trabalho que se deu nas cidades mercantis num primeiro momento, através da organização da produção artesanal nas corporações e, num segundo momento, de forma mais acentuada, com o desenvolvimento da manufatura.

Desta maneira, as sociedades tornaram-se mais complexas, com o surgimento das classes sociais baseadas na divisão social do trabalho. Porém, foi com a industrialização que a urbanização se tornou intensa, de acordo com Singer (1987), a revolução industrial teve por palco, desde o início, a área urbana. A moderna unidade de produção (fábrica) é necessariamente um fenômeno urbano. Ela exige, em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores. O seu grande volume de produção requer serviços de infraestrutura que constituem o cerne da moderna economia urbana.

Durante os séculos XIX e XX, a urbanização e industrialização foram processos praticamente associados, as sociedades se urbanizaram na medida em que se industrializavam. De acordo com Egger (2001), nos anos 1950, a população urbana mundial conheceu um processo de crescimento excepcional, esse processo atingiu o mundo inteiro. Isto ocorreu principalmente nos países em desenvolvimento, onde a industrialização e, conseqüentemente, a urbanização ocorreram tardiamente.

No Brasil de acordo com Muñoz (2004), o processo de urbanização se divide em três fases: a primeira fase vai do século XV até o primeiro quarto do século XX, a segunda fase começa a partir dos anos 1930 e a terceira fase começa a partir dos anos 1980. As cidades na primeira fase, segundo Santos (2009), eram bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Para Lima Junior (2011), as cidades nesta época surgiram com funções de caráter político-político administrativas (associada às atividades do porto para embarque de produtos primários) ou de defesa (contra os ataques de países interessados na expansão).

Para Lodder (1977), a rede urbana brasileira foi estabelecida pela combinação de dois fatores principais, a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas. Ainda segundo este autor, os maiores êxitos econômicos estavam relacionados com o dinamismo da demanda

exterior e, por isso mesmo, o estabelecimento de subsistemas urbanos só lograva existir justamente onde tais êxitos econômicos tinham lugar.

Oliveira (1973) destaca que, neste período o setor de serviços era um importante elemento da urbanização, pois, os países tinham sua economia voltada para a exportação de bens primários o que tornava o setor terciário maior que o secundário, estes países eram vastas aglomerações urbanas.

Para Santos (2009), esta primeira fase da urbanização brasileira pode ser resumida da seguinte forma:

Um processo de urbanização subordinado a uma economia natural, onde as relações entre os lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. (p. 22).

Na sua segunda fase a expansão da urbanização se articulou com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira, a partir da década de 1930 com a ruptura do modelo político e econômico do país, a rede urbana passa por modificações por conta de dois acontecimentos: a emergência da burguesia industrial/comercial e o crescimento do mercado urbano de bens e serviços, que exerciam influência direta sobre o processo de urbanização e a formação do sistema urbano, na medida em que favoreciam o crescimento das cidades e seu relacionamento.

De acordo com Lima Junior e Macedo (2011), com os deslocamentos econômicos e políticos dados a partir da década de 1930, iniciou-se um processo de ruptura marcado pela industrialização. A nítida diferenciação entre as etapas de industrialização restringida (1930-1955) e de industrialização pesada (1955-1980) demarcam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e seus impactos regionais e urbanos, tendo em comum o fato de ampliar as desigualdades sobre o território, intensificar a concentração e consolidar o papel das diversas frações na divisão espacial do trabalho. O Sudeste comandou o dinamismo econômico protagonizado num primeiro momento pelo Eixo Rio-São Paulo e com participação complementar das metrópoles nas demais regiões.

O processo de urbanização a partir deste período acompanhou o desenvolvimento da indústria, com formação de um mercado interno integrado,

comandado pelas indústrias concentradas no Sudeste. O caráter concentrador desse processo foi reflexo das condições em que ocorreu a modernização da economia do país e pelas medidas da política de desenvolvimento adotada. Outra característica da urbanização brasileira é que esse processo se manifestou de forma diferente em todas as regiões brasileiras, dada a inserção diferenciada de cada região na economia nacional.

Diante desse contexto, é fundamental que se entenda a dinâmica diferenciada em que ocorreu o processo de integração do mercado nacional, que segundo Guimarães Neto (1989), do período de recuperação da crise de 1929 à segunda metade da década de 1950, a industrialização se encontrava restringida. A articulação inter-regional, a conquista e o alargamento dos mercados se processaram através do comércio de mercadorias (integração através de uma potente articulação mercantil entre as regiões, ou seja, via dominação do mercado de mercadorias). Do período de 1956 em diante segundo Brandão (2007), sob as determinações da industrialização pesada, a integração do mercado nacional se processou via acumulação de capital, em um contexto em que estabeleceram-se os determinantes da acumulação à escala nacional e se procedeu ao transplante do capital produtivo, entre as regiões, na direção da periferia (promovendo a integração produtiva), transformando totalmente o padrão de dominação do mercado nacional e as relações centro-periferia do país.

Com a implantação do Plano de Metas da gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1960), promoveram-se profundas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, todas submetidas ao caráter da modernização conservadora, com alta concentração no Sudeste. “A rapidez das transformações capitalistas operadas naquele momento desencadeou um processo avassalador de migração, urbanização–metropolização e burocratização, constituindo celeremente uma sociedade urbano-industrial de massas” (BRANDÃO 2007, p. 129).

A intensa industrialização deste período acelerou o processo de urbanização e alterou a forma espacial das cidades. Essas aglomerações urbanas começaram a ultrapassar as delimitações territoriais dos municípios. Davidovich e Lima (1975, apud IPEA, 2002, p. 244) citam que:

As aglomerações urbanas caracterizadas por espaço urbano contínuo podem ser de três tipos, decorrentes ou da expansão de um núcleo urbano central, ou da expansão de dois ou mais núcleos urbanos simultaneamente, ou, ainda, da integração resultante do sítio geográfico.

De acordo com Matos (2001), as aglomerações nos remetem à áreas extensas que abrangem mais de um município, passando a ser uma região metropolitana. As primeiras regiões metropolitanas (RM) do Brasil foram institucionalizadas na década de 1970, pelas leis complementares de nº. 14 e 20, dando origem às RMs de Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, e São Paulo (PEREIRA e SILVA, 2006).

A definição de áreas metropolitanas, na década de 1970, transformou a dimensão espacial de determinadas regiões, quanto aos seus mercados de consumo, produção, ocupação territorial e distribuição populacional. A delimitação territorial metropolitana teve impacto na valorização de áreas próximas ao núcleo ou em áreas que se aproximavam das RMs, expandindo o consumo e dinamizando a economia. As RMs tornaram-se atrativas para novos investimentos em indústrias principalmente por oferecer infraestrutura e mão de obra disponível. A economia metropolitana é caracterizada pela alta concentração de unidades econômicas e equipamentos urbanos que determinam fluxos e lógicas específicas emanadas de diversas frações do capital.

O processo de metropolização ocorreu devido ao avanço industrial das últimas décadas e ao conseqüente efeito de transbordamento para regiões periféricas, ou seja, crescimento em direção às cidades vizinhas ao núcleo e à sua dependência dos setores industrial, do comércio, serviços e do poder político. A metropolização destas áreas organiza o espaço da produção, e viabiliza o desenvolvimento fora da capital assim como a melhoria de infraestrutura. A evolução metropolitana foi acompanhada pela ação do Estado desenvolvimentista da década de 1950/60 e principalmente dos I e II PNDs que apresentaram características de modelos de polos de crescimentos e economias de aglomeração como teorizadas por Myrdal, Hirschman e Perroux.

A crise fiscal e financeira do Estado e o processo de redemocratização, com a constituição de 1988, provocaram rebatimentos significativos nas regiões metropolitanas. A institucionalização das regiões metropolitanas ficou sob responsabilidade das unidades federativas após a constituição de 1988, sem estruturar uma legislação específica. Esta crise aliada à mudança do paradigma da acumulação capitalista também provocou transformações na rede urbana brasileira com um todo. Para Lima Junior e Macedo (2011), a fase posterior de crise do modelo desenvolvimentista, a partir de fins dos anos 1970, contida dentro do ambiente maior de inflexão no paradigma de regulação e suas conseqüências sociais, econômicas, políticas

e culturais com emergência do modelo neoliberal dá novos sentidos à urbanização. No concreto, a reestruturação produtiva acompanhando tendências de flexibilização, abertura econômica, estabilidade monetária, domínio da acumulação financeira, transformações tecnológicas e informacionais com efeito no espaço e no tempo e ausência de políticas públicas de desenvolvimento são fatores indissociáveis.

Ainda segundo o autor, novos espaços são incorporados, seus consequentes pontos de articulação assumem papel preponderante, a atividade industrial se desloca deixando nos seus antigos centros as atividades de gestão. A lógica deste deslocamento será dada por inúmeros elementos cujo fundamento é o da redução de custos. A oferta de incentivos de várias órbitas, a presença de matérias primas, a disponibilidade de mão de obra, assinalam o exercício sobre a ocupação e uso do espaço, determinada pela concorrência.

Segundo Pacheco (1996), o processo de integração produtiva do mercado nacional e a desconcentração nas últimas décadas legaram uma configuração econômica ao País bastante distinta do que este possuía em 1970. O desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e da indústria 'periférica' não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio inter-regionais, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões resultando numa significativa diferenciação econômica do espaço nacional, inclusive em termos intrarregionais. Este fenômeno foi intensificado na última década e meia, em razão do impacto diferenciado da crise econômica e do surgimento de pequenas 'ilhas' de prosperidade, dentro de um contexto de estagnação da economia nacional.

Para Motta e Ajara (2001), a partir de então o processo de urbanização no Brasil se manteve acelerado e apresentou situações de grande diversidade no território nacional destacando-se: interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferização dos centros urbanos; formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano.

As fases pelas quais a economia brasileira passou, gerou uma rede urbana heterogênea. Segundo o IBGE (2007), a rede urbana atual do Brasil possui seis categorias: metrópole global, São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes (2007). Metrôpoles nacionais, Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões, em 2007, respectivamente, juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o país. Metrôpoles

regionais, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 milhões (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), constituem o segundo nível da gestão territorial.

Centros regionais, nesse nível interagem 70 centros (entre eles as capitais que ficaram fora do grupo das metrópoles e a cidade de Campinas), que como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana, têm área de influência de âmbito regional. Centros sub-regionais, interagem neste nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida, este item é subdividido em centros sub-regionais A e B.

A rede urbana do Brasil, portanto, compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas urbanas. É formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si de diferentes magnitudes (MOTTA E AJARA, 2001).

Os processos econômicos estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil, e a urbanização é a síntese de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas tem importante papel indutor na urbanização.

Posto isto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a região do Cariri cearense da ocupação do seu território à institucionalização da sua Região Metropolitana. Em termos específicos, tem-se como objetivos: contextualizar historicamente o processo de ocupação e a formação da rede urbana cearense e caririense até a década de 1980; apresentar as políticas públicas das décadas de 1990 e 2000 no Ceará e seus efeitos na estruturação do espaço urbano cearense; caracterizar a Região Metropolitana do Cariri, com enfoque na sua dinâmica econômica regional.

A questão central a ser considerada neste estudo é: Que fatores influenciaram o Cariri cearense a se tornar uma região importante em termos urbanos e econômicos no interior cearense? O pressuposto que norteia este trabalho é que num primeiro momento as vantagens físicas e locacionais (solo e clima favorável para uma agricultura diversificada e sua posição geográfica) impulsionaram o surgimento de áreas densamente povoadas e o desenvolvimento de uma economia agrária e comercial dinâmica e os investimentos, em infraestrutura, indústria e serviços das políticas adotadas pelo governo cearense nas últimas cinco décadas que beneficiaram a estrutura produtiva da região., estas políticas modificam a estrutura produtiva da região, que

passou a apresentar forte dinâmica econômica e demográfica, tornando-a a segunda maior região do estado em termos de PIB (R\$ 3,83 bilhões) e população (564.478 habitantes), o que propiciou a criação da RM Cariri.

Com o intuito de desenvolver o presente trabalho no que refere-se à perspectiva metodológica, a pesquisa é pautada em estudos bibliográficos. A revisão de literatura sobre a temática abordada foi realizada na tentativa de fazer uma articulação dos processos econômicos, sociais e políticos ocorridos desde sua ocupação até a institucionalização da sua Região Metropolitana que, resultaram em mudanças na dinâmica e na organização do espaço urbano caririense. A pesquisa também utiliza-se de análise de dados secundários (populacionais, PIB, taxa de urbanização, emprego) das principais bases de dados do país, como IBGE, IPEADATA e RAIS-MTE com intuito de explicitar como os processos econômicos nacionais engendraram um processo de reestruturação do espaço no território cearense gerando novas configurações territoriais. A avaliação do emprego na região foi observada através do nível de especialização industrial e do setor de serviços. A análise do índice de especialização foi realizada através do Quociente Locacional (QL), capaz de mostrar a especialização produtiva de determinada região. O estudo da variável emprego se torna importante, por esta ser de natureza macroeconômica e está associada ao ritmo de crescimento econômico, quanto maior o nível de crescimento econômico maior será a geração de emprego.

O QL é utilizado em diversos trabalhos de economia regional para identificar o grau de especialização e localização em diferentes setores da indústria e dos serviços através dos dados da RAIS, que de acordo com Suzigan e Furtado et al. (2004), a principal vantagem da RAIS para essa metodologia é justamente a elevada desagregação setorial e geográfica dos dados.

Conforme Crocco e Galinari (2003) o Quociente Locacional procura comparar duas estruturas setoriais–espaciais. Ele é a razão entre duas estruturas econômicas: no numerador temos a região em estudo e no denominador uma região de referência. Desta forma, pode-se calcular o QL para a presente pesquisa, da seguinte maneira:

$$QL = \frac{E_j^i / E_T^i}{E_j / E_T}$$

Onde:

E_j^i = emprego do setor i na região j

E_j = emprego total na região j

E_T^i = emprego total do setor i na região de referência

E_T = emprego total na região de referência

Através de seu cálculo será possível identificar os setores em que a região concentra sua economia (LIMA; LIMA, 2010). A análise consiste no resultado encontrado para cada setor na região escolhida, com isso, o QL pode ser maior ou menor que 1. Afim de avaliação, quando o $QL > 1$, conclui-se que o setor da indústria ou de serviços é mais importante para a região do que para a região de referência, com isso, identifica-se, ser o caso de especialização da região em determinado setor. Ao contrário, se o $QL < 1$, conclui-se que o setor tem pouca importância para a região do que para a região de referência e, neste caso, não especializada no setor da indústria ou dos serviços analisada.

Os procedimentos metodológicos também tiveram como referência o estabelecimento de determinados limites, dos quais ressalta-se a limitação espacial do estudo o Cariri cearense. Segundo a metodologia do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Cariri cearense encontra-se na parte sul do estado do Ceará, essa mesorregião é dividida em três microrregiões, o Cariri Leste, Cariri Oeste e Cariri Central sendo esta última o foco da análise, pois, os nove municípios (Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri) que compõem a região fazem parte da RM Cariri, e além disso esses municípios, principalmente Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha tem-se destacado nas últimas décadas devido a sua dinâmica econômica e urbanização.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em quatro capítulos e considerações finais. O capítulo 2 trata da ocupação do território cearense e caririense e das primeiras políticas de desenvolvimento do estado do Ceará. O capítulo 3 apresenta as políticas implementadas nos anos 1990 e 2000 pelo governo do estado do Ceará que impactaram na estruturação do território cearense. O capítulo 4 aborda o impacto das políticas implementadas pelo governo do estado nas décadas de 1990 e 2000 na região do Cariri cearense e os motivos para a institucionalização da sua Região Metropolitana.

2 FORMAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE

2.1 A Ocupação do Território Cearense

O processo de ocupação do território cearense tem como ponto fundamental a pecuária extensiva, é através da implantação de fazendas de gado nos vales dos principais rios que as cidades surgem e evoluem inseridas neste processo de expansão econômica.

Foi a pecuária que atribuiu forma e conteúdo para o espaço territorial da Capitania e de suas vilas. As especificidades espaciais do território cearense foram características intrínsecas de seu processo de colonização, que teve como força motriz, asseguradora do projeto político lusitano de ocupação do sertão nordestino da América Portuguesa, a expansão da atividade criatória. Já sabemos que as vilas foram fundadas em pontos estratégicos para a atividade econômica. (JUCÁ NETO, 2009, p. 87)

De acordo com Andrade (1986), a criação de gado foi desde os primeiros tempos uma atividade econômica subsidiária da cana-de-açúcar. Os engenhos eram quase sempre movidos à tração animal e tanto o transporte da cana, dos partidos para a fábrica, como o transporte do açúcar, das fábricas para os portos de embarque, estavam sempre a exigir grande número de bois e cavalos. Esta atividade se desenvolveu em lugares onde as condições climáticas não permitiam a cultura da cana-de-açúcar, como nos tabuleiros litorâneos e nas caatingas, com isto a pecuária também foi fundamental para a povoação do interior nordestino.

Segundo Souza (2007), a concessão de sesmarias nos vales dos principais rios, também contribuiu para a interiorização e a apropriação das terras ocupadas pelos indígenas. No século XVIII, grande parte do território cearense já estava ocupada pelos colonizadores através da concessão de sesmarias. Além das vilas fundadas no litoral, que tinham as funções de maior relevância pelo fato de serem o centro administrativo e também de defesa (função militar) da Província.

No último quartel do século XVIII – destacam-se na rede urbana cearense as vilas criadas em torno da atividade da pecuária, centro administrativo e do aldeamento indígena, por suas posições estratégicas no território. Estas foram: Aquiraz (1713); Fortaleza (1726); Icó (1738); Aracati (1748); Caucaia (1759); Viçosa do Ceará (1759);

Crato (1764); Baturité (1764), Sobral (1773); Granja (1776); Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796), como observado na figura abaixo.

Figura 1: Primeira rede urbana do Ceará – vilas do século XVIII



Fonte: Cavalcanti (2008)

A fundação das primeiras vilas e cidades tinha por objetivo implantar atividades administrativas, militar e religiosa, antes de atingir o nível de um centro de convergência da produção regional. O desenvolvimento dessas primeiras vilas foi lento. Algumas favorecidas pela localização junto ao cruzamento de caminhos ou próximas a portos naturais chegaram a desempenhar um papel importante, enquanto outras entraram em decadência (SOUZA, 2007).

No que concerne ao gado criado no Ceará, este era comercializado, principalmente nas feiras de Olinda, Igarauçu, Goiania e Recife. Entretanto, os rebanhos, em função das longas caminhadas, emagreciam e perdiam peso, face aos prejuízos os fazendeiros cearenses, no início do século XVIII, começaram a vender o gado abatido, transformando em carne salgada, as charqueadas. A carne seca passou a ser o alimento básico da população no período colonial. Neste período destaca-se também, os primeiros indícios de industrialização do Ceará, por sua produção artesanal de calçados, associada à oferta abundante do couro.

Para o Ceará, ou para o sertão nordestino, a pecuária deixou de ser uma atividade acessória da economia açucareira. Desde sempre foi a principal ou a única atividade econômica, com possibilidades lucrativas, embora com uma reduzida produtividade e um pequeno rendimento, e, conseqüentemente, baixo poder de acumulação. Não foi, portanto, uma atividade secundária. Se foi subsidiária do açúcar no longínquo litoral, a atividade comercial das boiadas, a manufatura e a comercialização da carne salgada e dos couros e similares a conformaram como uma atividade essencial para o desenvolvimento da Capitania cearense durante todo o século XVIII. (JUCÁ NETO, 2009, p. 88)

Para Lima (2007), outro fator importante para o crescimento urbano das cidades cearenses no século XVIII foi a construção de estradas, através dos caminhos das boiadas que se tornou possível vincular e escoar os principais produtos intra-regionais. As estradas deveriam unir os sertões aos portos do litoral em benefício do Comércio Nacional ativo para o aumento dos lucros das praças de Lisboa e do Porto; ou seja, o argumento era que se mais facilmente os produtos locais pudessem ser consumidos por um maior número de pessoas, alcançando os mais diversos pontos da América Portuguesa e a própria Metrópole, os rendimentos do Ceará aumentariam. Com abertura de novas estradas, as regiões até então inacessíveis poderiam ser beneficiadas e seus produtos comercializados.

A mais importante delas segundo Lima (2007), foi a Estrada Geral do Jaguaribe (figura 2), que partia do Aracati passando por lugares onde hoje localizam-se as cidades

de Russas e Icó, alcançando a nascente do rio Salgado. Na direção do Cariri, a Estrada Geral do Jaguaribe iria alcançar a região do médio São Francisco. É através desta estrada que nos primeiros séculos da colonização entraram as principais mercadorias que iriam abastecer o interior do Ceará e dar-se-ia o escoamento da produção regional.

Figura 2: Caminhos do boi no Ceará colonial



Fonte: Cavalcanti (2008).

Segundo Jucá Neto (2009), a produção de carne seca e de couro tornou complexa a trama das relações comerciais a partir da segunda metade do século XVIII. Por um lado, incrementou o comércio marítimo com Pernambuco, aumentando por sua vez a circulação dos produtos do Ceará, por outro, inaugurou uma divisão do trabalho dentro da própria atividade, que espacialmente se configurou na Capitania cearense com a especialização técnica do litoral, como área de produção e comercialização da carne salgada, e do sertão, como zona de produção extensiva, que, por sua vez, abastecia tanto as salgadeiras como as feiras pernambucanas, paraibanas e baianas.

Foi essa atividade que segundo Cavalcanti (2008), efetivamente deu destaque ao que pode ser considerado o nível mais alto da hierarquia da rede urbana de então, na figura das vilas do Aracati e de Sobral. A primeira, conhecida como “o pulmão da economia provincial” de então, principal porto exportador e mais progressista vila da Capitania no século XVIII era digna de ser a capital. A segunda, Sobral, também exercendo importante papel regional, centro distribuidor do norte do estado através do porto da vila de Acaraú, entreposto próximo. Fechando o topo dessa hierarquia estava a vila do Icó que, embora não fosse porto, desempenhava papel da maior relevância no sertão central da província, sendo ponto focal do encontro das principais estradas de boiadas de então. Secundariamente, ainda com relação à hierarquia, temos as vilas de Granja e Acaraú, também importantes e situadas na porção norte da Província.

As charqueadas cearenses passaram a enfrentar dificuldades, devido às secas que assolaram o Ceará na metade do século XVIII. Porém, na segunda metade do século XIX, a economia cearense deixa de ser exclusivamente pastoril, passando a uma maior diversificação da produção, com o algodão, cultivado de forma extensiva no sertão e serras próximas a Fortaleza, que passa a ser o principal produto agrícola. Com o início da guerra da Secessão (1861-1865) e a necessidade do algodão no mercado europeu, a produção nordestina entra no circuito das exportações regionais. Surge assim uma nova fase para a economia cearense, pois as primeiras exportações estimularam e incentivaram o cultivo do algodão nas zonas serranas e sertanejas. Dessa forma, a lavoura algodoeira vai perder a sua característica de subsistência e, aos poucos, recompor a economia do Ceará que vinha sofrendo dificuldades desde as secas do fim século XVIII (SOUZA, 2007).

As serras e chapadas vão abrigar pequenas propriedades agrícolas, destacando-se as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, além da Chapada do Araripe e o planalto

da Ibiapaba. A expansão das atividades agrícolas e a necessidade de mão de obra vão atrair populações aumentando a densidade demográfica nessas áreas.

O desenvolvimento da cultura do algodão e a implantação do sistema ferroviário foram fundamentais para as modificações da estrutura econômica e urbana do Ceará. Caracteriza-se pela implantação das primeiras indústrias têxteis (beneficiamento de algodão e produção de tecidos), os primeiros estabelecimentos industriais implantam-se nas cidades coletoras dos produtos agrícolas e em Fortaleza, principal ponto de escoamento da produção cearense. A predominância do capital local na implantação das primeiras indústrias constitui outra característica relevante desse período, eram unidades de capital limitado, administradas, quase sempre, por teias familiares de proprietários.

Para Souza (2007), com o desenvolvimento da atividade algodoeira, as antigas cidades, dependentes do sistema portuário, cederam lugar de comando para aquelas mais próximas dos centros de produção do algodão e beneficiados pela presença da rede ferroviária (figura 3). A ferrovia foi construída por empresas estrangeiras, sendo implantada uma linha ligando Fortaleza ao Cariri, esta vai chegar à região em 1927, dotando de dinamismo as cidades onde foram implantadas as estações da estrada de ferro. Posto isto, fica claro a ascendência econômica e social da capital Fortaleza. Essa ascendência está diretamente relacionada ao desenvolvimento da cultura do algodão e suas exportações diretas para o exterior que provocaram dinamismo no comércio local, acumulação de capitais e melhorias nos serviços urbanos. O crescimento de cidades como Sobral, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim, além da expansão dos núcleos urbanos da região do Cariri, ocorre devido à produção do algodão ter propiciado a instalação de indústrias têxteis e estabelecimentos de beneficiamentos de algodão, além da comercialização deste e de outros produtos via ferrovia.

Para Lima (2007), fica evidente que no processo de crescimento dos centros urbanos no Ceará, foi fundamental o desenvolvimento da agricultura comercial, assim como a implantação das vias de comunicação (estradas das boiadas e ferrovia), que vieram facilitar o contato entre as regiões favorecendo o escoamento da produção agrícola e também intensificar as migrações rural-urbanas. Aponta-se também para o processo de urbanização que se deu de forma concentrada em Fortaleza, por razões já conhecidas como a sua condição de capital e de porto de escoamento da produção algodoeira. As cidades que mais se desenvolveram no Ceará, fora da capital, foram praticamente as antigas vilas cujo desenvolvimento antecedeu o de Fortaleza, mas que a partir da segunda metade do século XIX perderam não só importância como se

distanciaram dela em termos de população e crescimento econômico, sendo elas: Crato, Sobral e Iguatu desmembrada de Icó em 1851. Portanto não havendo grandes alterações na rede urbana cearense. A exceção cabe a Juazeiro do Norte, no Cariri, que de distrito do Crato foi elevada à categoria de cidade em 1911, ascendendo, nos anos de 1960 à condição de maior centro urbano do interior cearense.

Figura 3: Eixos ferroviários – Ceará dos séculos XIX e XX



Fonte: Cavalcanti (2008).

A figura acima mostra Fortaleza como a “cabeça” do sistema urbano do Ceará agora marcadamente estruturado por um sistema ferroviário estadual. Portanto, esse ciclo econômico do algodão articulado regionalmente pelas linhas do trem que

substituíram o sistema de estradas das boiadas, e os primeiros núcleos urbanos, marca o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mesmo com as políticas de desenvolvimento regional que serão implantadas no Ceará a partir da década de 1960, essa rede urbana sofrerá poucas modificações como será visto nas próximas seções.

2.1.1 O Cariri cearense e sua ocupação

No que concerne ao povoamento do Cariri cearense, este foi efetuado por baianos, secundados por sergipanos, em pleno período do ciclo do gado. Mas em virtude das qualidades ambientais propícias ao cultivo da terra formou-se uma economia agrícola com base na agroindústria canavieira. Em menor porte, o algodão e a cultura de subsistência tiveram participação significativa na economia local. As primeiras sesmarias caririenses datam do início do século XVIII, dentre elas destacam-se as que deram origem às vilas de Crato e Jardim.

O Cariri cearense, situado na sub-bacia sedimentar do Araripe apresenta aspectos diferenciados do sertão circundante. É um brejo de encosta e de vale que se estende em parte da depressão sertaneja. Este cariri se inicia a partir da Chapada do Araripe. É um verde vale, área de exceção no interior semiárido do Nordeste, resultante da formação edáfica, do relevo e das fontes que jorram das cabeceiras de drenagem da Chapada do Araripe. As condições físicas favoreceram a ocupação, daí ser ele densamente povoado e pontilhado de núcleos urbanos com certo destaque no estado. (MENEZES, 2007, p. 341).

Devido a sua condição climática, potencial hídrico e solos férteis, o Cariri cearense apresentava vantagens locais em relação ao sertão em geral. Isto contribuiu para que as vilas e cidades que ali surgiram fossem densamente habitadas já que, era possível ter uma produção agrícola diversificada. Os principais produtos agrícolas cultivados na época eram a mandioca (cultura mais antiga do lugar), a cana-de-açúcar (Crato e Barbalha firmaram-se como centros tradicionais da cana-de-açúcar do Vale), e o algodão ocupavam lugar de destaque, fazendo surgir indústrias elementares, como os engenhos de rapadura, casas de farinha e indústrias de beneficiamento de algodão. Em decorrência da sua pujante economia agrícola entre 1850 e 1870, a região começou a receber influências da chegada dos comerciantes vindos de outras partes do Ceará, transformando a economia da região, antes puramente agropastoril, em uma economia voltada ao comércio varejista este fator contribuiu para

dar a região uma configuração urbana já que, os serviços concentram-se espacialmente fazendo surgir aglomerações urbanas formadas por um conjunto de serviços de controle como atividades políticas, religiosas e financeiras. Segundo Pinheiro (1950):

A presença destes capitalistas causou grande impacto nas cidades, impulsionando uma onda de progresso. Grandes lojas foram abertas, surgiram os sobrados, farmácias foram construídas e cresceu a demanda por melhores serviços na área de educação, transportes e assistência médica. Era um tempo de revitalização econômica e a agricultura se expandia juntamente com os centros urbanos, crescendo a demanda por alimentos. (p. 50).

Nesta época, segundo Cortez (2011), as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha já se destacavam no território cearense. O Crato, cuja expansão não se deu predominantemente para o interior do Ceará, desenvolveu suas transações comerciais principalmente com centros urbanos de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Na segunda metade do século XIX, a cidade já exercia uma importante função educacional, judiciária e administrativa, além da função de entreposto comercial passando a exercer a liderança como centro comercial no sul do Ceará.

Juazeiro do Norte, povoado vizinho, por volta de 1891, em função da figura do Padre Cícero Romão Batista, começou a exercer influência religiosa sobre a população nordestina, provocando um grande afluxo em romarias periódicas. Juazeiro, que havia permanecido até fins do século XIX, como povoado sem representação, em 1911 foi elevado à categoria de cidade, passando a assumir, em ritmo acelerado, funções anteriormente desempenhadas pela cidade de Crato.

Barbalha, por sua vez, tinha produção quase que totalmente voltada à cultura de gêneros alimentícios. Embora sendo uma das menores vilas da Província, nela eram contados 36 engenhos de ferro, 31 de madeira e 28 alambiques montados próximos a treze nascentes que banhavam os sítios. Dessa forma, garantia-se uma significativa produção agrícola, em que constavam produtos para comércio e consumo imediato, como rapadura, aguardente, açúcar branco, café, tabaco, borracha de mangabeira; além de arroz, milho e feijão. O território de Barbalha era, então, basicamente voltado para a agricultura, o que explica apenas fazendas de criar na cidade.

Segundo Amora e Costa (2007), no período agrário-exportador a cidade era o local da comercialização da riqueza produzida no campo e a situação geográfica era fator determinante para o crescimento das cidades. Desta forma devido a sua posição

geográfica o Cariri se tornou uma região bastante visitada e assumiu uma posição comercial, pois mantinha relações mercantis não apenas com outras cidades e vilas desta Província, mas seu território era fronteiro às Províncias de “Piauí, Pernambuco e Paraíba”, conforme a afirmação de Menezes (2007). Isso fazia do Sul do Ceará um espaço em que mercadorias eram negociadas não apenas para o consumo interno, mas eram enviadas aos territórios vizinhos extinguindo, de certa forma, as fronteiras entre as províncias. Estabelecendo, assim, laços que não possuíam somente caráter fraterno, mas eram, em grande medida, comerciais.

Este cenário permitiu então que o Cariri, e mais precisamente a tríade Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, adentrasse a um novo momento de sua urbanização, o que será visto nas próximas seções.

2.2 Políticas de Planejamento para o Desenvolvimento Regional e suas Consequências na Rede Urbana Cearense

Como visto, a ocupação cearense ocorreu através da criação de gado e da produção de algodão, além da construção de estradas e ferrovias para o escoamento da produção o que delineou a rede urbana nos séculos XIX e início do XX. Essa organização da rede urbana estadual persiste ao longo do século XX, dando o tom da urbanização no estado. A primazia de Fortaleza será ainda mais e continuamente reforçada principalmente por dois fatos importantes que se destacam para esse período: i) a implantação do sistema rodoviário estadual, substituindo, em termos do conjunto de fluxos viários do estado, os caminhos férreos do século XIX e início do XX e; ii) a intensificação dos processos migratórios estaduais com destino as áreas em processo de urbanização.

Estes fatos estão ligados às políticas de desenvolvimento regional que foram implementadas a partir dos anos 1960. Antes deste período a economia cearense mostrava-se deficiente em relação a planejamento, recursos e iniciativas governamentais e empresariais que pudessem renovar seu dinamismo. Esta realidade não era apenas local, mas comum a todo o Nordeste, que não acompanhava o ritmo de crescimento econômico de outras regiões, como Sul e Sudeste.

De acordo com Araújo (2006), é no final da primeira metade do século XX que emerge a questão regional, retratadas por conflitos sociais e explicitadas no documento do GTDN. É neste século que se faz uma importante mudança na vida do país. O Brasil

passa da condição de país primário-exportador para um país de base industrial importante. Sobretudo, o mercado interno passa a comandar a dinâmica econômica do país, internaliza-se o comando da acumulação.

Esta fase é caracterizada como articulação comercial, segundo a definição de Guimarães Neto (1989), pois as diversas “ilhas” do Brasil começam a se articular entre si, a estabelecer relações cada vez mais intensas entre elas. Segundo Oliveira (1981) o país deixa de ser organizado com base em arquipélagos regionais para ter uma economia regionalmente localizada. É neste momento que se vai perceber as diferenças regionais que existiam no Brasil.

Essa articulação, que os estudiosos da economia brasileira, na primeira metade do século XX, apreciaram como forma de evolução tendente a integrar o país em uma só economia, trazia o germe dos problemas que hoje estamos enfrentando, pois reproduzia o mesmo esquema de divisão geográfica do trabalho que viciaria todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas. (FURTADO, 2009, p. 31)

Nesta fase de articulação comercial que vai do início do século XX até os anos 1950, a intensificação das relações entre a principal região do Brasil com as demais, teve consequências negativas principalmente para o Nordeste. De acordo com Furtado (2009), à medida que a industrialização se desenvolvia, as desigualdades dentro do Brasil tendiam a acentuar-se, por conta das relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tenderem sempre a forma de exploração. Desta forma surge o que Furtado chama de questão regional.

Esta vai emergir com força nos anos 1950, pois o Nordeste estava atravessando um período de forte seca, havia também um processo de expulsão dos moradores da zona da Mata para as periferias das cidades, florescendo, desta forma, movimentos sociais como as Ligas Camponesas e outras. Afora isto, o cenário internacional deste período coincide com a Guerra Fria, e a Revolução Cubana, o que amedrontava as elites da época. Desta forma, Robok (1964 *apud* ARAÚJO, 2006) considerou o Nordeste como um caldeirão prestes a explodir. Este cenário caracterizou a emergência da questão regional.

Diante destes fatores, surge com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (2005) um novo enfoque para a transformação da economia nordestina. Os estudos feitos pelo GTDN (2005) constataram que a disparidade de níveis de renda entre o Nordeste e o Sudeste do país constituía-se no problema mais grave a ser

enfrentado, pois o nível de renda no Nordeste era inferior a US\$ 100 por habitante, a renda média do nordestino era menos de um 1/3 parte da do habitante do Sudeste, outra questão de grande importância no relatório do GTDN refere-se às relações econômicas do Nordeste com o Sudeste que, segundo o documento, caracterizam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o Governo Federal) em sentido inverso (GTDN, 2005). Esses fluxos, embora de caráter bastante diverso, vinham-se contrabalançando. A principal diferença residia em que as transferências por parte do Governo Federal destinavam-se, basicamente, a obras assistenciais e avolumavam-se nos anos secos. Tais recursos têm efeito multiplicador muito reduzido.

O GTDN (2005) apontou como condição necessária para tirar o Nordeste do atraso econômico uma profunda transformação agrária e agrícola, além da industrialização. A política de industrialização deveria ter três objetivos: dar emprego à massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que tendem a migrar. Para cumprir o que recomendava o GTDN, seria necessário criar uma estrutura administrativa adequada, já que, nessa época, não havia, no Nordeste, nenhum órgão capacitado para implementar suas diretrizes propostas. Sendo assim, surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

A SUDENE, segundo Furtado (2009), pretendia ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacitaria a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilitaria a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos. Assim, segundo Araújo (2006) o plano de ação do GTDN estruturou-se em quatro diretrizes: intensificação dos investimentos industriais, visando absorver a massa enorme da população que estava sobrando nas zonas urbanas e criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; transformação da economia agrícola da faixa úmida, que visava proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos cuja industrialização deveria ser intensificada; transformação progressiva de economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar a economia da região em terras úmidas do *hiterland* maranhense, que estariam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

Mas com o Golpe Militar de 1964, estas diretrizes foram engavetadas, pois segundo Carvalho (2008), a partir deste período, a lógica do desenvolvimento regional se altera. Os planos elaborados pelo governo neste período passaram a atrelar a política de desenvolvimento regional ao objetivo de integração do território nacional, no intuito de concorrer para a formação de uma diversificação do mercado nacional. Assim foi atribuído à SUDENE o papel de “correia transportadora” de hegemonia burguesa do Sudeste para o Nordeste pela via dos incentivos fiscais do sistema 34/18 e, posteriormente, através do FINOR. (OLIVEIRA, 1981).

Neste clima de intervenção planejada do Estado no Nordeste, o Ceará, na intenção de competir com a oferta de condições para atrair novos investimentos cria o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), no governo Virgílio Távora. Este é considerado o primeiro plano de governo a fixar diretrizes para o desenvolvimento das atividades produtivas do Ceará. Neste plano, que estabeleceu metas para o período 1963-1966, o Governo do Ceará teve na industrialização a principal fonte de promoção do desenvolvimento estadual, dadas as características físicas do território do referido estado (PONTES, 2011).

Segundo Nunes (2005), O Plano de Metas Governamentais do governo Virgílio Távora diagnosticou como principal fator limitante à industrialização a falta de infraestrutura no território cearense. Por conseguinte, os investimentos em infraestrutura foram tidos como prioritários. Desta forma, inaugura-se a preocupação com o desenvolvimento econômico, especialmente nas áreas mais distantes da capital, tornando-se objeto de preocupação permanente nos diversos planos de governo formulados desde a década de 1960 (LIMA, 2008).

As principais políticas de infraestrutura e industriais adotadas no período foram as relacionadas a seguir: expansão da área de atracação do porto do Mucuripe, bem como o aumento da sua profundidade, de forma a permitir a atracação de navios de grande porte; aumento da oferta de energia elétrica, de forma a disponibilizar energia para todo o estado; atração de investimentos industriais por meio de incentivos fiscais e criação e implementação dos distritos industriais de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha; criação de órgãos visando à promoção do desenvolvimento industrial: Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) e Banco do Estado do Ceará (BEC). (NUNES, 2005)

De acordo com Silva Filho e Queiroz (2010), após o PLAMEG todos os governadores do estado do Ceará passaram a elaborar planos governamentais. Estes foram:

➤ Plano de Ação Integrada do Governo – PLAIG (1967-1970)

O Plano de Ação Integrada do governo Plácido Castelo, no tocante à política industrial e de infraestrutura, deu continuidade ao PLAMEG. As políticas prioritárias foram a continuidade das obras do porto do Mucuripe, a ampliação do fornecimento de energia elétrica e do sistema de telefonia, bem como a finalização das obras do Distrito Industrial de Fortaleza.

➤ Plano de Ação do Governo do Estado do Ceará – PLAGEC (1971-1974)

O Plano de Ação do governo César Cals, deu continuidade aos investimentos no porto do Mucuripe por meio da aquisição de equipamentos. Com relação à política de atração de investimentos industriais, o plano prioriza a atração de indústrias exportadoras, com atuação nos setores têxtil, de alimentos, químico, de vestuário, extrativo de produtos minerais, de couros e peles e de minerais metálicos.

➤ Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE (1975-1979)

O PLANDECE do governo Adauto Bezerra, no que se refere à política industrial, busca promover uma maior integração do parque industrial instalado no estado do Ceará. Quanto à política de atração de investimentos, por meio de incentivos, a política industrial privilegia os seguintes setores: têxtil, de alimentos, químico, de vestuário, extrativo de produtos minerais, de couro e peles e de minerais metálicos.

➤ II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG (1980-1983)

O II Plano de Metas Governamentais do governo Virgílio Távora adotou como principal projeto a implantação do III Polo Industrial do Nordeste no Ceará. Este projeto surgiu da constatação de que grande parte dos investimentos industriais estava concentrada nos estados da Bahia e de Pernambuco. A instalação do III Polo tinha como objetivo atrair a indústria na área metal mecânica, a partir da instalação de uma usina siderúrgica que desempenharia o papel de indústria motriz, gerando efeito dinamizador para a frente e para trás. Quanto à política industrial, o governo adotou como políticas prioritárias diversificar o parque produtivo, implantar o polo metal mecânico, ampliar e diversificar o parque têxtil, desenvolver a indústria de vestuário, desenvolver o parque coureiro calçadista, atrair as indústrias de base e promover a ampliação da profundidade do canal de acesso e do cais do porto do Mucuripe. No que se refere à política de incentivos fiscais, o governo procurou organizar e implementar o sistema de incentivos

fiscais para permitir a formação e consolidação do III Polo Industrial do Nordeste. O governo do Ceará propôs e aprovou a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) no ano de 1979 e, no início da década de 1980, criou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN).

➤ Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED (1984-1987)

O Plano Estadual de Desenvolvimento do governo Gonzaga Mota, em sua política industrial, reforça que as metas prioritárias do seu governo continuam sendo as mesmas traçadas na política industrial do II PLAMEG. No que tange à infraestrutura, o PLANED prevê a modernização do I Distrito Industrial de Fortaleza e a implantação do II Distrito Industrial de Fortaleza, a ser localizado no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza.

Para Silva Filho e Queiroz (2010), em todos os planos econômicos dos Governos citados, o incentivo fiscal tem sido um fator de grande relevância, objetivando impactar positivamente nas políticas de industrialização do Ceará e não conseguiu fugir da concentração, dedicando benefícios à Região Metropolitana de Fortaleza, coadunando-se com a decisão do Governo Estadual de transformar o Ceará no III Polo Industrial do Nordeste. Disponibilidade de mão de obra, infraestrutura razoável de transporte, energia e comunicações foram algumas das potencialidades observadas para a concretização do polo industrial.

Percebeu-se que diversas políticas objetivavam promover a desconcentração econômica estadual. Assim, foram formuladas ações nos diversos planos de governo, lançados desde o ano de 1963, cujo principal interesse seria a promoção do desenvolvimento regional. Como exemplo pode-se citar o I PLAMEG, de 1963, que identificava como prioritários investimentos em infraestrutura, tais como fornecimento de energia elétrica e pavimentação e abertura de estradas, para o desenvolvimento do interior. Nos planos de governos subsequentes, é possível identificar que ações voltadas à consolidação da infraestrutura no interior do Ceará foram previstas e consideradas como necessárias. Assim, priorizou-se, por exemplo, os investimentos para garantir o abastecimento de eletricidade fora da RMF e a expansão da rede de telefonia estadual, na década de 1970. Entretanto, nem todos os investimentos previstos foram efetivados, como por exemplo, a construção de uma rodovia que ligasse as regiões Norte e Sul do Ceará (LIMA, 2008).

As políticas industriais das décadas de 1960 e 1970 ficaram concentradas na Região Metropolitana de Fortaleza, principalmente após sua institucionalização em

1973 e nas cidades de Crato - Juazeiro do Norte - Barbalha (projeto Asimow) e Sobral (projeto PUDINE). A implantação destas políticas teve papel importante em relação à atual configuração espacial do estado. Elas promoveram significativo aumento da população urbana, (Tabelas 1 e 2) devido a maior dinâmica econômica (Tabelas 3 e 4) o que estimulou a migração campo-cidade, principalmente para Fortaleza passando a fortalecer sua primazia urbana.

Tabela 1: Número de Habitantes e Taxa de Urbanização do Ceará em 1970 (Mil Habitantes)

Município	População Total	Taxa Urbanização
Fortaleza	857.980	96%
Sobral	102.197	59%
Quixadá	98.509	21%
Juazeiro do Norte	96.047	84%
Itapipoca	94.846	18%
Iguatu	75.682	42%
Crato	70.996	59%
Demais Municípios	2.965.346	24%
Ceará	4.361.603	41%

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA.

Em 1970, Fortaleza consolidava sua primazia urbana com 96% da sua população adensada em áreas urbanas. Segundo Silva (2007) a capital cearense teve um acentuado crescimento demográfico a partir dos anos 1960, período marcado pela implementação de políticas públicas que propiciaram o fluxo migratório do campo para a cidade, outro fator importante destacado pelo autor foi o fato de Fortaleza ter sido escolhida para tornar-se sede do Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952, a criação da Universidade Federal do Ceará em 1954 e a transferência do DNOCS para a capital cearense, a criação desses órgãos e o início da instalação de infraestrutura básica e equipamentos repercutem no expressivo aumento de postos de trabalho mais selecionados, dando início a uma nova classe média, a cidade vai alterando seu perfil urbano ampliando seu leque funcional, firmando-se como centro de serviços.

Além da capital, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato eram os únicos centros com população urbana superior à rural. Historicamente estas cidades desempenharam o papel de centros dinâmicos do interior cearense e continuam a desempenhar este papel, por isso aparecem hierarquicamente abaixo de Fortaleza como principais centros urbanos na

rede cearense. Nota-se também que cidades como Quixadá e Itapipoca apesar de terem quase cem mil habitantes, têm taxas de urbanização muito baixas, isto pode ser reflexo das suas economias estarem baseadas em atividades agrícolas pouco dinâmicas.

Em 1980, Fortaleza passa a ter 100% da sua população vivendo em áreas urbanas, Juazeiro do Norte segue a mesma tendência com uma taxa de urbanização acima de 90%. Destacam-se as cidades de Caucaia e Maranguape que passaram a fazer parte da Região Metropolitana de Fortaleza e passaram a ter influências da capital como o adensamento das suas populações em áreas urbanas.

Tabela 2: Número de Habitantes e Taxa de Urbanização do Ceará em 1980 (Mil Habitantes)

Município	População Total	Taxa Urbanização
Fortaleza	1.307.608	100%
Juazeiro do Norte	135.620	93%
Sobral	118.024	70%
Itapipoca	103.815	26%
Quixadá	99.290	30%
Caucaia	94.106	78%
Maranguape	91.137	64%
Iguatu	82.946	55%
Crato	80.675	72%
Demais Municípios	3.175.208	32%
Ceará	5.288.429	53%

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA

Em relação ao PIB, em 1970 com exceção de Maranguape que tinha a agropecuária com maior peso no PIB, todas as outras cidades em destaque na Tabela 3 tinham os serviços como setor de maior participação no produto interno bruto. Mesmo com políticas industriais sendo implantadas neste período, o setor de serviços acabou sendo beneficiado, pois a dinâmica econômica trazida pela indústria atraiu pessoas para os espaços urbanos, o que aumenta a demanda por serviços.

Tabela 3: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Ceará em 1970 (R\$1.000)

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
Fortaleza	9.766,15	0,4%	638.208,78	27%	1.733.068,47	73%	2.381.043,41
Sobral	13.838,52	10,3%	40.664,90	30%	79.407,37	59%	133.910,79
Juazeiro do Norte	4.943,45	5,1%	31.104,13	32%	60.623,00	63%	96.670,57
Maranguape	33.670,98	37,5%	30.474,71	34%	25.691,92	29%	89.837,60
Crato	10.369,04	14,0%	14.368,61	19%	49.156,61	67%	73.894,27
Iguatu	15.628,09	22,1%	18.871,42	27%	36.100,35	51%	70.599,86
Demais Municípios	692.986,11	43,0%	247.651,10	15%	673.075,13	42%	1.613.466,72
Ceará	781.202,34	17,5%	1.021.343,65	23%	2.657.122,85	60%	4.459.423,22

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA
(Ano base = 2000)

Em 1980, os serviços continuaram a ser o setor com maior participação no PIB na maior parte das cidades em destaque na Tabela 4, porém Sobral, Caucaia, Maranguape e Pacajus, o setor industrial tinha maior peso no PIB. Isto se deve a maturação dos investimentos industriais ocorridos na década anterior e principalmente na formação do III Polo Industrial do Nordeste, concentrado na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo que esses investimentos se centralizaram fora de Fortaleza (Maranguape e Caucaia), Pacajus mesmo não fazendo parte da Região Metropolitana (passou a integrar a região em 1999) teve sua economia impactada por estes investimentos.

Tabela 4: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Ceará em 1980 (R\$1.000)

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
Fortaleza	38.941,27	0,6%	2.096.104,74	31%	4.602.802,42	68%	6.737.848,43
Sobral	41.244,79	14,1%	128.410,65	44%	121.940,65	42%	291.596,10
Maranguape	25.329,85	9,8%	142.993,69	55%	90.617,63	35%	258.941,17
Juazeiro do Norte	23.700,22	9,5%	96.501,94	39%	129.551,31	52%	249.753,48
Crato	12.388,88	6,0%	59.675,41	29%	135.520,27	65%	207.584,56
Iguatu	45.296,73	23,4%	68.265,60	35%	80.257,58	41%	193.819,91
Caucaia	21.963,96	13,2%	81.249,29	49%	62.693,49	38%	165.906,74
Pacajus	41.460,05	33,8%	48.164,50	39%	32.972,51	27%	122.597,06
Quixadá	42.284,68	37,7%	20.873,59	19%	49.147,85	44%	112.306,12
Quixeramobim	41.576,43	40,0%	35.077,90	34%	27.278,61	26%	103.932,94
Demais Municípios	1.568.727,69	44,9%	673.888,13	19%	1.253.006,80	36%	3.492.344,65
Ceará	1.902.914,55	15,9%	3.451.205,45	29%	6.585.789,12	55%	11.936.631,15

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA
(Ano base = 2000)

Para Souza (2007), além de Fortaleza, as cidades do interior cearense que mais se destacavam eram aquelas melhor servidas pelos transportes terrestres, pois tinham suas praças comerciais mais desenvolvidas, tornando-se, com o tempo, distribuidoras de bens e serviços para suas áreas vizinhas. Com o processo de crescimento urbano amplia-se a infraestrutura urbana e diversificam-se os serviços, permitindo a ampliação da área de influência das cidades.

Segundo Cavalcanti (2008), é possível identificar o comportamento neste período, da rede urbana cearense que, de forma resumida, apresentou as seguintes características que se considera de maior relevância: a) o reforço da primazia da capital Fortaleza; b) a manutenção, ao longo das décadas, da hierarquia de nível imediatamente inferior a Fortaleza, com destaque para o centro urbano de Sobral e o aglomerado urbano Crato-Juazeiro; c) um processo intenso de urbanização; d) uma fragilidade econômica onde a rede existente ainda não é suporte adequado ao desenvolvimento satisfatório das forças produtivas locais e; e) marcante seletividade espacial com destaque para a dinamização prioritária da economia dos vales férteis existentes no estado do Ceará em detrimento das áreas áridas.

A partir dos anos 1990, a desigualdade do crescimento econômico na rede urbana cearense será destacado como fator de empecilho para o desenvolvimento do estado. As políticas implantadas neste período terão o objetivo de modificar este quadro, como será tratado mais adiante.

2.3 As Políticas de Planejamento do Desenvolvimento Regional no Cariri Cearense

Como visto anteriormente, a ocupação do Cariri cearense ocorreu devido à expansão da agricultura, o que permitiu o surgimento de indústrias elementares, como os engenhos de rapadura, casas de farinha e indústrias de beneficiamento de algodão e o crescimento do comércio local, o que atraiu pessoas de outras cidades e estados vizinhos para a região, tornando-a um centro econômico importante para o estado do Ceará. Segundo Giannella e Callou (2011), na década de 1930 o Cariri se destacava na então economia rural, chegando a representar cerca de 30% do PIB estadual, através de uma pujante produção agrícola e significativo movimento comercial alimentado pelo crescente fluxo de comerciantes e peregrinos religiosos que visitavam a região.

Devido ao seu destaque econômico e ao poder dos políticos e da elite local, a região a partir da década de 1960 passou por mudanças na sua estrutura produtiva, em

decorrência da política de planejamento industrial para o interior do estado. Esta surgiu com o acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, em abril de 1962, resultando no Projeto *Asimow*. Na tentativa de ampliar recursos e garantir seu projeto de reformas, a SUDENE buscou apoio junto à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) sob o patrocínio da Aliança para o Progresso. O projeto foi coordenado pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia (UCLA), em cooperação com a Universidade Federal do Ceará (UFC), o BNB, a SUDENE e a CODEC, no sentido de fomentar o desenvolvimento industrial do interior, com base no beneficiamento e na transformação de produtos do setor primário.

O Cariri foi escolhido segundo Beserra (2006), por ser a única área com acesso à energia elétrica da rede de Paulo Afonso, com disponibilidade de água e concentração humana, recurso considerado importante. Também dispunha de desenvolvidas atividades artesanais e de indústrias tradicionais, assegurando a possibilidade de sucesso industrial. Igualmente relevante foi a importância e o poder de barganha alcançado pela classe política do Cariri no contexto da política cearense, classe política fundada em grupos familiares da aristocracia rural e da nova elite surgida com advento comercial da região ainda no século XIX e que soube se manter no poder político e econômico adaptando-se aos momentos políticos estadual e nacional. A política de planejamento industrial concentrou-se nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha em decorrência da dinâmica econômica destes municípios, num processo que mais tarde iria resultar na conurbação CRAJUBAR. A ideia era mudar as estruturas agrárias pelo ingresso na fase industrial, valendo-se dos capitais locais com os estímulos oficiais.

Junto com técnicos do BNB, a equipe do Projeto *Asimow* deslocou-se para o Cariri a fim de investigar as oportunidades industriais mais adequadas para as vocações da região. O resultado alcançado resultou na sugestão dos seguintes empreendimentos:

- Fábrica de telhas e tijolos;
- Fábrica de cimento;
- Fábrica de doces;
- Beneficiamento do milho;
- Confecção de sapatos;
- Montagem de rádios transistorizados.

Os resultados foram diversos. A indústria de sapatos ainda conseguiu funcionar como empresa limitada, mas a fábrica de cimentos só seria implantada em 1967, aprovada pela SUDENE, sem modificações substanciais em seu projeto. As fábricas de

rádios, tijolos e beneficiamento do milho iniciaram suas produções em 1963, com impacto inicial promissor.

Porém, os resultados alcançados na época, não corresponderam às expectativas, uma vez que a maior parte dessas empresas paralisou suas atividades momentos depois. O Plano *Asimow* deparou-se com dificuldades que impediram o pleno êxito do projeto. Os motivos foram os mais diversos: superdimensionamento de plantas, falhas na elaboração dos projetos com insuficiência de estudos preliminares, carências econômicas da região, as condições econômicas nacionais e a escassez de recursos humanos qualificados, as fábricas de alimentos e rádios não suportaram as pressões concorrenciais exercidas por firmas situadas fora do Cariri. Enquanto durou, o *Asimow* foi responsável pela implantação de 75% do total dos investimentos feitos na Região e equivalente a 67% das implantações realizadas em Fortaleza no mesmo período. Segundo Araújo (2006), foram implantadas no Cariri, pelo Projeto *Asimow*, as seguintes empresas:

- CECASA (1962) — fabricação de ladrilhos, telhas e manilhas. Localizada em Barbalha.
- IESA (1962) — fabricação de máquinas de costura, rádios e motores elétricos. Instalada em Juazeiro do Norte.
- IBACIP (1963) — fabricação de cimento Portland. Com sede em Barbalha.
- LUNA (1963) — fabricação de calçados. Em Juazeiro do Norte.
- INAESA (1962) — produção de alimentos enlatados. Instalada no Crato.
- IMOCASA (1962) — empresa beneficiadora de milho, no Crato.

Passada essa experiência, na década de 1970 houve um incremento na industrialização do Cariri com a implantação de indústrias de grande porte na agroindústria canavieira, como é o caso da usina Manuel Costa Filho em Barbalha. Em Juazeiro do Norte, ocorreu um dinamismo na indústria de plásticos e borrachas, como também na produção de sandálias de material sintético a partir de investimentos em tecnologia.

Nos anos 1980, o impulso no setor ocorreu com o surgimento de micro e pequenas unidades industriais que receberam financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e pelo Programa de Apoio à Micro Empresa PROMICRO-SEBRAE.

O impacto da política de planejamento industrial na urbanização e na estrutura produtiva da região pode ser observado a seguir.

Em 1970 a RM Cariri tinha população de 308.852 habitantes como visto na Tabela 5, sendo que 54% se concentravam nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte, que também agrupavam a população urbana da região (78%) e eram as únicas com taxa de urbanização superior a 50% (59% e 84%, respectivamente), refletindo na taxa de urbanização da região como um todo, sendo esta de 51%. No ano de 1980, a população da região era de 365.787 habitantes, a população urbana elevou-se em 4% entre uma década e outra chegando a 230.491, enquanto a população rural diminuiu em 1%. A taxa de urbanização da região chegou a 63%. No entanto a população total (59%) e urbana (79%) permanecia concentrada nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte que continuaram sendo as únicas cidades da região com altas taxas de urbanização. Isto ocorria devido à formação histórica destas cidades que junto com Barbalha despontavam desde o início da ocupação do Cariri cearense como polo comercial e agrícola, atraindo populações para seus territórios e pelas políticas públicas do governo do estado do Ceará concentradas nestas três cidades.

Tabela 5: Evolução da População e Taxa de Urbanização do Cariri Cearense nos anos 1970 e 1980 (Mil Habitantes)

Município	1970		1980	
	População Total	Taxa de Urbanização	População Total	Taxa de Urbanização
Barbalha	25.370	38%	30.955	49%
Caririaçu	23.766	17%	23.530	22%
Crato	70.996	59%	80.675	72%
Farias Brito	17.277	21%	17.362	30%
Jardim	19.472	17%	22.514	18%
J. do Norte	96.047	84%	135.620	93%
Missão Velha	30.087	26%	28.754	30%
Nova Olinda	9.862	26%	9.769	35%
S. do Cariri	15.975	22%	16.608	27%
Total	308.852	51%	365.787	63%

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA

No que concerne ao PIB, em 1970 este era de R\$ 254,3 milhões como pode ser observado na Tabela 6, sendo o setor de serviços com maior participação 33%, a indústria vinha em seguida com 24%. Excluindo a tríade Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, a agropecuária era o principal setor em termos de PIB nas demais cidades da

região, corroborando com a Tabela 5 onde se vê que a maior parte da população destas cidades vivia na zona rural. Barbalha mesmo tendo 51% da sua população habitando na zona rural, tinha o setor industrial com maior participação no seu PIB, reflexo do seu polo agroindustrial da cana de açúcar. Crato e Juazeiro do Norte tinham o setor de serviços como principal em termos de PIB. Nestas cidades o comércio e os serviços eram o grande sustentáculo das economias locais e também foram os principais responsáveis pela forte atração que exerceram junto aos centros locais circunvizinhos. Com a política estadual voltada para a indústria, esses centros reduzem seus papéis como coletores e beneficiadores da produção agrícola regional, o setor terciário passa a crescer, principalmente em função dos empregos diretos no setor público e dos indiretos ligados ao comércio e aos serviços que se ampliaram devido os investimentos industriais.

Tabela 6: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Cearense em 1970 (R\$ 1.000)

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Comércio	%	Serviços	%	Total
Barbalha	6.644,11	28%	8.880,90	38%	2.728,70	12%	5.328,92	23%	23.582,63
Caririáçu	4.805,59	68%	324,24	5%	391,15	6%	1.549,21	22%	7.070,19
Crato	10.369,04	14%	14.368,61	19%	20.334,06	28%	28.822,56	39%	73.894,27
Farias Brito	5.901,98	69%	299,14	4%	749,17	9%	1.585,53	19%	8.535,82
Jardim	4.571,72	54%	594,10	7%	788,99	9%	2.460,80	29%	8.415,60
Juazeiro do Norte	4.943,45	5%	31.104,13	32%	25.955,19	27%	34.667,81	36%	96.670,57
Missão Velha	11.433,66	46%	3.531,24	14%	1.423,69	6%	8.506,72	34%	24.895,32
Nova Olinda	2.074,34	60%	155,97	5%	316,29	9%	891,28	26%	3.437,87
Santana do Cariri	5.170,48	67%	793,86	10%	587,03	8%	1.213,45	16%	7.764,82
Total	55.914,37	22%	60.052,19	24%	53.274,27	21%	85.026,27	33%	254.267,10

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA
(Ano base = 2000)

Em 1980, o PIB da região chegou a R\$ 639,9 milhões (Tabela 7). Este teve uma taxa de crescimento de 10% entre uma década e outra. Os serviços e a indústria continuaram a ter as maiores participações no PIB, 35% e 34%, respectivamente, sendo que o crescimento do PIB da indústria foi de 14% nestes dez anos e o dos serviços apenas 6%. Pode-se dizer que a maturação dos investimentos ocorridos na década anterior proporcionou este crescimento do PIB industrial. Barbalha tinha 60% do seu PIB concentrado na indústria, enquanto Crato e Juazeiro do Norte continuavam a ter os serviços como principal setor em termos de PIB. Para Costa e Amora (2007), o setor de serviços ampliou sua participação no PIB destas cidades devido à indústria que gerou

empregos diretos e indiretos, ampliando a massa de consumidores de bens e serviços, sobretudo de educação e saúde.

Tabela 7: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Cearense em 1980 (R\$ 1.000)

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Comércio	%	Serviços	%	Total
Barbalha	10.468,12	13%	46.954,01	60%	2.308,79	3%	19.058,09	24%	78.789,00
Caririaçu	6.859,22	55%	1.226,71	10%	1.112,06	9%	3.187,94	26%	12.385,92
Crato	12.388,88	6%	59.675,41	29%	63.707,05	31%	71.813,22	35%	207.584,56
Farias Brito	10.113,70	64%	1.219,56	8%	452,28	3%	3.944,07	25%	15.729,62
Jardim	9.078,65	61%	842,62	6%	544,73	4%	4.373,42	29%	14.839,42
Juazeiro do Norte	23.700,22	9%	96.501,94	39%	21.999,39	9%	107.551,92	43%	249.753,48
Missão Velha	17.773,89	51%	7.711,63	22%	662,78	2%	8.674,93	25%	34.823,22
Nova Olinda	4.044,54	50%	1.428,36	18%	357,79	4%	2.217,59	28%	8.048,28
Santana do Cariri	10.426,37	70%	727,08	5%	556,90	4%	3.250,84	22%	14.961,19
Total	104.853,59	16%	216.287,32	34%	91.701,77	14%	224.072,01	35%	636.914,69

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA
(Ano base = 2000)

A importância adquirida pela região do Cariri em termos econômicos e demográficos, entre os séculos XIX e início do XX, foi de fundamental importância para que esta recebesse investimentos industriais e de infraestrutura, o que propiciou uma maior dinâmica econômica e urbana no sul do Ceará. Porém, estes investimentos se concentraram nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, propiciando desta maneira a formação da conurbação CRAJUBAR, que junto com Sobral e Fortaleza se tornaram os principais centros da rede urbana cearense e terão suas posições consolidadas na década de 1990, como será visto no próximo capítulo.

3 AS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E A INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO NO CEARÁ NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

3.1 O Neoliberalismo como Modelo de Gestão: O Governo dos “Jovens Empresários”

De acordo com Holanda e Amora (2011), no estado do Ceará, mudanças expressivas aconteceram no modelo de governança cearense depois de 1985, dentro do conhecido “choque de gestão” inerente ao modelo neoliberal.

É uma fase de consolidação, de efetivação das mudanças que desde muito se despontavam no cenário estadual. É também um momento em que os discursos se renovam e que a palavra-chave do momento parecia ser modernização. Nesse cenário um grupo de atores importantes para o entendimento do contexto são os “jovens empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC)” que se apresentavam à sociedade com “um projeto civilizatório para o Estado” (TEIXEIRA, 1995).

Para Pereira Junior (2011), ao assumir o poder no Ceará, esse grupo reuniu esforços para apresentar-se como “sujeito coletivo”, portador de um “projeto realmente transformador”, que se contrapunha ao que havia sido feito até então na política estadual pelas lideranças tradicionais, caracterizadas por gestões ineficazes e práticas políticas clientelistas. Uma nova organização territorial materializou-se em razão de um desenvolvimento induzido pelos rumos mais recentes da reprodução capitalista internacional (financeirização), tornada possível, sobretudo, em função do desenvolvimento das tecnologias e da fluidez dos investimentos. Projetou-se um redesenho do território, que passou a ser esquadrihado e reestruturado a partir do soerguimento de inúmeros objetos técnicos, e uma ousada política de benefícios tributários foi montada para garantir a “alavancagem” de investimentos que pudessem materializar o plano de transformação do estado.

O contexto nacional e internacional favoreceram às intencionalidades dos programas cearenses. A partir dos anos 1970 a economia mundial passou por mudanças que até a atualidade, trouxe impactos irreversíveis. Sobressai-se a inflexão no paradigma de regulação e suas consequências sociais, econômicas, políticas, culturais. Todos os aspectos associados diretamente aos avanços do processo de acumulação capitalista sofreram reorientação atendendo aos imperativos desta lógica, e as

problemáticas relacionadas à questão urbana se constitui uma de suas expressões mais intensas. (LIMA JUNIOR E MACEDO, 2011).

Segundo Marques (2010), o capitalismo das últimas décadas foi dominado pela face mais perversa do capital, o financeiro. Essa nova realidade se impôs soberana e modificou o quadro econômico, social e político de praticamente todos os países. E o Brasil não ficou imune às forças que determinaram e movimentaram o novo mundo que se descortinou com a instalação dessa dominância. Destacam-se as transformações manifestadas no seio do regime fordista de acumulação que redefiniu inúmeras características do capitalismo, a alteração do papel central do Estado enquanto regulador das demandas socioeconômicas, a crise dos sistemas produtivos industriais e a ação mais efetiva de agentes financeiros controladores de novas formas de gerar e acumular valor.

No Brasil, os anos 1980 foram marcados pela crise fiscal do Estado fruto da exaustão das suas fontes de financiamento, com a eclosão da crise da dívida externa provocada pelo aumento brutal das taxas de juros pelo Federal Reserve System (FED). Estes fatos contribuíram para a insatisfação popular e para a redemocratização do país e abriu espaço para a entrada de jovens intelectuais ocuparem espaços dentro das instituições do Governo Federal. Esses intelectuais acabaram por disseminar a ideologia neoliberal, já dominante em escala mundial. Desta forma, os governos brasileiros na década de 1990 apoiados nas teses neoliberais promoveram a estabilização monetária, aprofundaram a abertura comercial e financeira, aceleraram o processo de privatização das empresas estatais e desmontaram o aparelho de Estado comprometido com o desenvolvimento econômico (MARQUES, 2010).

De acordo com Pereira Junior (2011), os empresários-políticos cearenses perceberam os rumos dos acontecimentos e participaram ativamente dessas transformações em âmbito nacional, principalmente ao saírem em defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como essência de uma sociedade aberta e democrática, criticando o intervencionismo estatal e a visão corporativa patronal. Estes empresários são o produto de uma transformação econômica processual, dada desde os tempos em que o BNB e a SUDENE financiavam investimentos na indústria local cearense e incentivavam médios produtores a redefinirem suas produções e seus mercados, na busca de superar as dificuldades impostas, entre outros, pelos problemas climáticos crônicos do estado. O grupo desses “jovens empresários” era composto, de uma forma geral, pelos herdeiros naturais dos grupos empresariais

familiares tradicionais locais e, diferentemente dos seus patriarcas, eles destacavam-se pela sua ação empreendedora no estado e no país como um todo, mas suas formações acadêmicas, realizadas nos cursos de administração e economia de centros como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) davam-lhes uma característica diferenciada, marcada pela proposta racionalista de intervenção planejada na economia e na política.

Diante deste contexto, em 1987, Tasso Jereissati e o grupo de empresários cearenses ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC) e à Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), assumiram o comando da política estadual. Nesta nova política, o governo estadual, de acordo com Cavalcanti (2008), teve por base a construção de uma retórica de mudanças, reveladora de uma sintonia entre diretrizes locais e nacionais da gestão do poder, projetando o Ceará para o restante do país. O estado, dessa forma, passou a fazer parte de um projeto de modernização vigente no país, que bebe nas fontes da proposta neoliberal.

O autor destaca o “papel de relevo” que o planejamento teve para essa administração, aludindo às práticas de desenvolvimento regional. Dentro da linha de reforma administrativa ganharam destaque, nesse tema, a reestruturação do Sistema Estadual de Planejamento (SEP) e o papel essencial do Instituto de Pesquisa e Informação do Estado do Ceará (IPLANCE), hoje Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Outro ponto importante foi fortalecimento de centros regionais estratégicos, para servir de apoio ao desenvolvimento industrial e da agropecuária e a divisão do estado para fins de planejamento do desenvolvimento regional em 20 regiões administrativas baseada em critérios como número de municípios por região, área total da região, sistema viário dentre outros. A atuação do governo visou mesmo a centralização dos esforços de estruturação da economia regional nos centros regionais, ou melhor, nas cidades em nível hierárquico logo abaixo ao da capital.

Segundo Nunes (2005), durante o período em que Tasso Jereissati e o grupo de empresários do CIC estiveram no poder, o governo do Ceará elaborou cinco planos de governo. Os planos de ação do governo pretendiam modernizar e adaptar a agricultura estadual, fomentar a implantação de indústrias e desenvolver o turismo no estado. O ponto principal das políticas para o setor primário era o da necessidade de enfrentar a questão fundiária cearense por meio de uma política de reforma agrária. Além disso, a recuperação de culturas agrícolas tradicionais no estado, como a do algodão, já há muito debilitada e constantemente vulnerabilizada por pragas e o incentivo ao setor pecuário

também se conformaram como estratégias essenciais. Da maior importância, entretanto, é entendido o incentivo dado aos projetos de irrigação que deveriam favorecer, principalmente, o agronegócio nos vales férteis do Ceará.

Para a política industrial, o governo dos “jovens empresários” pretendia fomentar uma política de implantação de indústrias, partindo do pressuposto essencial da interiorização dos investimentos nessa atividade. O objetivo central era desconcentrar a implantação de indústrias na RMF, tendência corrente dados os maiores atrativos lá existentes – serviços especializados, economias de aglomeração, infraestrutura - e ao mesmo tempo, preocupante, com relação às disparidades de emprego, PIB e renda entre esses dois polos Interior e RMF.

O turismo também ganhou destaque no governo dos “jovens empresários” como base de sustentação do desenvolvimento do estado. Houve uma programação mais bem planejada e mais abrangente desta atividade - no sentido da “venda” de uma maior variedade de ecossistemas locais - do que anteriormente. Durante esse período destacou-se o esforço daquelas administrações no planejamento da ordenação espacial dessa atividade no estado, contemplada de forma destacada nos planos de governo das administrações mudancistas e implementadas principalmente através da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR).

Os cinco planos traçados nesse período foram assim denominados:

- Plano de Mudanças (1987-1991) – Governo Tasso Jereissati;
- Plano Ceará Melhor (1991-1994) – Governo Ciro Gomes;
- Plano de Desenvolvimento Sustentável (1994-1998) – Governo Tasso Jereissati;
- Plano de Desenvolvimento Sustentável: Consolidando o Novo Ceará (1998-2002) – Governo Tasso Jereissati.
- Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social (2002 – 2006) – Lucio Alcântara.

Nos dois primeiros planos do governo cearense (Tasso Jereissati e Ciro Gomes), tinham como principais objetivos: a) o crescimento econômico; b) a geração de empregos e; c) a melhoria das condições de saúde e educação do estado. Com isso, visavam reduzir as desigualdades econômico-sociais, eliminando a pobreza absoluta existente no Ceará (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1987).

As metas delineadas para o alcance destes objetivos eram os investimentos na agricultura irrigada e a agroindústria, no turismo e nos grandes projetos industriais. O instrumento utilizado para a realização destes investimentos foi a reforma

administrativa. Com isso, o governo pretendia fazer uma mudança profunda na prática política e administrativa. Trata-se de eliminar o clientelismo político, o empreguismo no setor público, a má aplicação dos recursos do governo e a falta de transparência das ações estatais, práticas que caracterizavam a maneira de governar até aqui dominante no Ceará e que foram responsáveis pelo agravamento das precárias condições de vida da população e pela deterioração da estrutura e do funcionamento da máquina administrativa do Estado (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1987).

Outras ações que ganharam destaque foram o ajuste fiscal para garantir as linhas de financiamento aos projetos do governo, moralização e modernização do serviço público, a consideração dos temas da justiça social e da cidadania como fundamentos de desenvolvimento social e o planejamento como ferramenta primordial para a orientação das propostas da administração com uma visão de desenvolvimento regionalizado.

Um ponto fundamental dos planos de governo era a interiorização do desenvolvimento econômico. Essa estratégia visava reduzir as disparidades econômicas entre a capital - Fortaleza e sua região metropolitana - e as outras regiões do estado, imersas em uma situação econômica extremamente fraca, com cidades incapazes de oferecer, por exemplo, ao mesmo tempo, oferta de empregos e suporte à dinâmica da produção rural. Essa forte concentração de investimentos e atividades produtivas, em especial no setor secundário, na RMF, deveria ser enfrentada através de ações de desenvolvimento regional, ou seja, uma política de desenvolvimento descentralizado que garantisse o crescimento acelerado das regiões.

De acordo com os planos, a política regional foi direcionada para o planejamento integrado dos principais centros urbanos com vistas à hierarquização das cidades dentro das regiões, de conformidade com suas funções econômicas e sociais. Foram desenvolvidas estratégias de descentralização urbana orientadas para a estruturação das pequenas cidades de apoio ao desenvolvimento rural, onde seriam criadas oportunidades de trabalho e condições de comodidade mínimas, capazes de atuarem como forças de retenção da população residente.

No governo Tasso, o fortalecimento de centros regionais estratégicos serviria de apoio ao desenvolvimento industrial e da agropecuária. Desta maneira o estado do Ceará foi dividido para fins de planejamento do desenvolvimento regional em 20 regiões administrativas (Fortaleza, Maracanaú, Itapipoca, Acaraú, Camocim, Tianguá, Sobral, Canindé, Baturité, Aracati, Russas, Quixadá, Crateús, Tauá, Senador Pompeu, Limoeiro do Norte, Icó, Crato, Juazeiro do Norte e Iguatu) baseada em critérios como

número de municípios por região, área total da região, sistema viário dentre outros. A atuação do governo visava mesmo a centralização dos esforços de estruturação da economia regional nos centros regionais, ou melhor, nas cidades em nível hierárquico logo abaixo ao da Capital. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1987).

No Governo Ciro, foi concretizada a divisão regional para fins de planejamento do território cearense, considerou sete Áreas de Desenvolvimento Regional, as ADR's, estas eram: Cariri; Centro-Sul / Vale do Salgado; Baixo Jaguaribe; Ibiapaba / Camocim; Vale do Acaraú; Maciço de Baturité; Vale do Coreaú. Estas foram concebidas segundo os critérios da funcionalidade e da homogeneidade, conceitos advindos dos trabalhos de regionalização da Geografia. Preferencialmente, portanto, os conjuntos posteriores das ações dessa gestão na forma de suas políticas públicas deveriam considerar o espaço estadual segundo essa classificação.

Para Cavalcanti (2008), os dois primeiros governos dos “jovens empresários” acreditavam que através de toda essa proposta de desenvolvimento regional estava indicado o caminho para o que consideravam “um novo estilo de progresso”.

3.2 Estruturação do Espaço Cearense como Base para o Desenvolvimento Econômico

O “Plano de Desenvolvimento Sustentável (1994-1998)” da segunda administração de Tasso Jereissati marca o início de uma segunda fase do governo dos “jovens empresários”. Além de terem dado, desde 1987, continuidade a práticas como a do ajuste fiscal e da modernização da máquina estatal, essas administrações, a partir da segunda gestão Tasso, consolidaram uma linha alternativa, do ponto de vista espacial e setorial, de atuação para o desenvolvimento estadual.

O ponto de partida, portanto, para essa etapa de propostas seria a interiorização do desenvolvimento do estado através de um planejamento regionalizado. Isso deveria ter como resultado a reestruturação do espaço urbano, tendo muita relevância os programas estruturantes propostos nas áreas de transportes, energia, social, turística, hídrica etc. Segundo o Plano, portanto, a ação governamental deveria concentrar esforços principalmente naqueles centros urbanos que absorveriam os impactos decorrentes da implantação de programas estruturantes. Nesses aspectos ressalta-se a importância do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROURB), programa de desenvolvimento urbano e regional de grande abrangência aplicado a partir dessa segunda administração Tasso.

Segundo Carvalho (2013), o PROURB foi implementado a partir da segunda administração de Tasso Jereissati (1995-1998) quando da assinatura do contrato entre o Governo do Estado e o Banco Mundial em fins de 1995. Suas atividades se estenderam até o ano de 2003. Três secretarias que foram essenciais à execução do PROURB, quais sejam, a Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN), a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Secretaria de Agricultura e Irrigação (SEAGRI). A primeira responsável mais diretamente pelos projetos de desenvolvimento regional, com destaque para a atuação do IPLANCE (hoje IPECE), a segunda com projetos de desenvolvimento rural, incentivando o emprego não agrícola e a última, responsável direta pelos agros polos.

Como política urbana do estado o PROURB passou a ter como um dos seus principais objetivos a estruturação de um conjunto de cidades estratégicas, dando apoio e permitindo a potencialização dos investimentos econômicos que estavam sendo incentivados pelo estado. O planejamento estratégico municipal, o planejamento urbano e o fortalecimento da administração municipal, para a estruturação de cidades atrativas aos investimentos e com qualidade de vida para a população, são elementos básicos dessa política.

Originalmente, o PROURB tinha como principais objetivos, fortalecer a capacidade institucional e de gestão financeira dos governos locais e dos órgãos estaduais de desenvolvimento urbano e gestão dos recursos hídricos, por meio de treinamento, assistência técnica e incentivos adequados; melhorar as condições de vida nas comunidades mais pobres das cidades selecionadas, através de investimentos em infraestrutura urbana básica direcionada para aquela camada social; aumentar a eficiência do uso da água no estado, através da implementação de gestão de bacias fluviais e reforço da manutenção da infraestrutura de armazenagem e distribuição de água e fornecer uma fonte confiável, econômica e segura de abastecimento de água para as comunidades urbanas com necessidade crucial (vazios hídricos), via construção de infraestrutura para armazenamento, transporte e distribuição de água. (CARVALHO, 2013).

O PROURB tinha como critério de seleção das cidades os seguintes requisitos: a) população de preferência acima dos 20.000 habitantes; b) função regional da cidade e c) a presença ou perspectiva de implantação de atividades econômicas destacadas como: indústria, turismo, agricultura irrigada e centros universitários e de serviços especiais. Com relação aos projetos de infraestrutura do programa, destacou-se três grupos de

projetos: i) obras hídricas, onde se inserem a possibilidade de projetos de irrigação (agronegócio); ii) viárias e iii) equipamentos de médio e grande porte.

Para Pereira Junior (2011), na lógica implementada pelo PROURB para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbanos (PDUs) primou, portanto, a busca a descentralização das ações, tendo como referência um projeto de valorização dos municípios do interior do estado, no intuito de transformá-los em municípios estrategicamente fortes, atrativos e competitivos. Nesse sentido, o discurso utilizado na construção dos planos de ação embute a necessidade do modelo de adaptar os municípios à lógica da gestão empresarial, tendo como uma das características a ênfase dada à implementação de projetos de impacto, na busca de obtenção de um resultado mais imediato. Neste sentido, os lugares transformados consistiram basicamente nas sedes dos municípios, locais mais propícios à implementação dos projetos estruturantes estabelecidos.

Com o passar dos anos, o projeto original do PROURB sofreu diversas modificações. A mais significativa ocorreu em 1997, no bojo de uma mudança filosófica na política urbana do estado. A política urbana do estado passou a ter como um dos seus principais objetivos a estruturação de um conjunto de cidades estratégicas, dando apoio e permitindo a potencialização dos investimentos econômicos que estavam sendo incentivados pelo Estado. O planejamento estratégico municipal, o planejamento urbano e o fortalecimento da administração municipal, para a estruturação de cidades atrativas aos investimentos e com qualidade de vida para a população, são elementos básicos dessa política. Essa mudança filosófica foi atribuída ao componente urbano, direcionado mais como instrumento de estruturação urbana de uma rede de cidades no interior do estado (PEREIRA JUNIOR, 2011).

A ideia inicial, de direcionar a estruturação urbana para as cidades com mais de 20 mil habitantes que tivessem capacidade de endividamento, foi substituída por uma política urbana que buscava compatibilidade com os preceitos estabelecidos para o desenvolvimento econômico do estado, que enfatizava o estímulo à indústria, ao turismo e à agricultura irrigada. Assim definido, foram selecionados 43 municípios para serem beneficiados pelo PROURB, onde foram aplicados os planejamentos estratégicos, como relacionado no Quadro 1.

Quadro 1: Municípios do Ceará Beneficiados com o PROURB

Acarape	Eusébio	Morada Nova
Acaraú	Guaiúba	Nova Russas
Aquiraz	Horizonte	Pacajus
Aracati	Icó	Pacatuba
Barbalha	Iguatu	Quixadá
Baturité	Ipu	Quixeramobim
Beberibe	Itaitinga	Redenção
Brejo Santo	Itapajé	Russas
Camocim	Itapipoca	São Benedito
Campos Sales	Jaguaribe	São Gonçalo do Amarante
Canindé	Jijoca de Jericoacoara	Sobral
Cascavel	Juazeiro do Norte	Tauá
Caucaia	Limoeiro do Norte	Tianguá
Crateús	Maracanaú	
Crato	Maranguape	

Fonte: Carvalho 2013.

Para Carvalho (2013), a aposta nos complexos agroindustriais como fator de mudança econômica e social ganhou mais força com o PROURB. O programa identificou regiões com potencial para irrigação superior a 300 mil hectares, que, se bem aproveitado, poderia significar a implantação de vários polos agroindustriais, com grande contribuição para a geração de renda e emprego e, indo mais além, ratificaria a força transformadora dessa proposta, pois estes polos poderiam redefinir a geografia humana do Ceará. É preciso acrescentar que a expansão da agropecuária deveria ocorrer simultaneamente com a evolução dos setores industrial e de serviços.

Para a indústria, além das essenciais obras de infraestrutura econômica, como na área portuária e aeroviária, teve, segundo o Plano, a oferta de incentivos fiscais e financeiros, de apoio tecnológico e de mercado. Isso deveria reforçar, a médio prazo, o papel do setor como um dos polos mais dinâmicos da economia cearense. A meta maior aqui seria implementar um processo de desconcentração dessa atividade, com relação à RMF e em direção ao interior do Estado.

Outro importante conjunto de propostas na área do desenvolvimento econômico seria para a promoção do turismo considerado tanto no mesmo nível de prioridade governamental conferida à indústria convencional, como uma atividade de forte impacto sobre a base física do Estado, guardando íntima relação com as políticas de ordenamento urbano, de recursos hídricos, de transportes e, primordialmente, de meio ambiente. Neste quesito, o espaço físico do estado foi dividido em MRTs -

Macrorregiões de Desenvolvimento Turístico, sendo a que compreende o Litoral a com maior nível de prioridade.

O último plano dos governos das mudanças foi o “Ceará Cidadania – Crescimento com Inclusão Social”, plano de governo do governador Lúcio Alcântara. Neste, de uma forma mais clara que os planos anteriores, foi ratificada a necessidade do ordenamento do sistema urbano estadual. O Plano apostava no estímulo a um processo de dispersão concentrada. Este seria constituído por um conjunto de polos intermediários fortes e do efeito de sua ‘metropolização’ na área de influência mais próxima. A hierarquia pensada para o sistema de cidades estadual deveria atender a critérios demográficos, de urbanização, de PIB per capita e da classificação dos centros no Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2002).

Os centros urbanos, portanto, seriam divididos em 4 (quatro) grandes grupos: 1) O centro primaz, Fortaleza e sua região metropolitana - RMF (13 municípios); b) os centros secundários; c) os centros regionais e; d) cidades de pequeno porte ou de abrangência local. O programa responsável pelo direcionamento dessas ações foi o “Cidades do Ceará” que deu continuidade ao PROURB e que, considerou para além do foco urbano deste, uma ênfase complementar na escala regional. Para tanto, tinha como estratégia fundamental a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional – PDR’s para áreas do Estado previamente definidas. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2002).

Essa orientação também foi resultado de uma consultoria de equipe de pesquisadores de Israel que na verdade foi a responsável pela maior parte desse ideário de desenvolvimento regional e planejamento. Essa consultoria foi fruto da colaboração de um grupo de consultores em desenvolvimento regional e economia da Universidade Ben-Gurion do Estado de Israel, sob a coordenação de Raphael Bar-El. Nele, foram definidos os pressupostos que embasariam a hierarquização da rede urbana cearense, apoiada nos chamados “centros secundários”, o que definiria também, nos anos vindouros, a orientação de toda e qualquer política pública de desenvolvimento regional e combate à pobreza das administrações mudancistas.

No trabalho da equipe de Israel (2000), em primeiro lugar, fica claro o entendimento que considera a polarização RMF e Interior como a maior responsável pela pobreza estadual. A constatação dessa polarização reforça o fato corrente da concentração de recursos, investimentos, indústrias e população na área metropolitana

de Fortaleza em contraponto ao interior do estado pontuado de espaços estagnados por conta de economias fracas.

A estratégia central foi o reforço à criação de emprego não agrícola. A ideia era criar condições para a absorção no mercado de trabalho para a mão de obra liberada, do meio rural, com a diminuição da participação da agricultura na geração de riquezas no estado. São de interesse então, os meios pelos quais as ações corretivas propostas deveriam se dar, ou seja, exatamente com a reorganização do território estadual através da reestruturação da distribuição de sua população urbana, criando centros urbanos secundários, principalmente, mas também terciários. A proposta visava fortalecer centros urbanos no interior, com capacidade de absorver parte dos excedentes de trabalhadores rurais no processo de crescimento e urbanização, suprimindo a área rural com serviços de apoio e demanda para seus produtos (BAR-EL, 2000. p. 24).

De uma forma geral, o ideário do estudo se propõe alternativo, principalmente às ações clássicas de ordenação espacial, em especial em países desenvolvidos, que apostam na centralização de investimentos preferencialmente nas metrópoles ou maiores cidades, prevendo que esse crescimento-desenvolvimento se espalhe, gradativamente, pelas regiões polarizadas (regiões de influência) por esses centros, distribuindo os ganhos em riquezas.

O fortalecimento de um segundo nível hierárquico no Ceará, passava, portanto, pela definição do que seriam esses centros urbanos secundários e quais os critérios para sua seleção. Segundo Shachar (2000), a maioria dos analistas supõe que as “cidades secundárias” desempenham funções de “lugar central”. Isto significa que suas atividades econômicas e sociais - e assim as próprias cidades – devem servir às pessoas que vivem fora de seus limites. Outros argumentam que as funções devem também ser interativas, que as “cidades secundárias” devem conectar-se e servir de canais para o fluxo de bens e serviços, mediar relações sociais e difundir impulsos de desenvolvimento econômico em sua região. As “cidades secundárias” são caracterizadas pelo papel de intermediação funcional nos fluxos de poder, inovação, pessoas e recursos entre lugares.

Segundo Bar – El (2000), o processo de seleção das “cidades secundárias” bem como dos centros regionais baseou-se em procedimentos de pesquisa em que o sistema de localidade inteiro foi examinado, a fim de se identificarem aqueles que preencheram uma sequência de condições predeterminadas para o processo de investigação.

A primeira condição a ser satisfeita foi o tamanho mínimo da população. Revendo a distribuição de tamanho das cidades do Ceará, decidiu-se adotar como tamanho mínimo para *status* de “cidade secundária” a população de 50.000 do município em que uma determinada cidade está situada. Esta condição foi satisfeita pelas seguintes cidades: Sobral, Limoeiro do Norte, Russas, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha. (BAR-EL, 2000).

A segunda condição satisfeita foi o elevado nível de urbanização do município. O valor mínimo adotado foi 60%. As cidades que satisfizeram esta condição foram Sobral, Limoeiro do Norte, Russas, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha.

Uma terceira condição foi o PIB “per capita” para o ano de 1996 que foi, pelo menos, 40% do PIB “per capita” de Fortaleza para o mesmo ano. A aplicação rigorosa deste critério teria excluído duas cidades da lista proposta, Russas e Barbalha. No entanto, permaneceram na lista proposta com base na média do PIB “per capita” para toda a conurbação.

A quarta condição foi a taxa de crescimento econômico de cada cidade no período 1991-1996, onde o valor mínimo necessário para inclusão foi fixado em 1,5% de crescimento anual. Esta condição foi satisfeita por todas as cidades da lista básica com exceção de Iguatu (0,67% de taxa de crescimento anual) e Crato (1,08%). Crato permaneceu na lista básica porque é parte de uma conurbação de crescimento rápido, liderada por Juazeiro do Norte. Atenção especial foi concedida a Iguatu devido a constituir-se o eixo central no desenvolvimento do interior, permanecendo, assim, na lista. (BAR-EL, 2000).

A última condição é uma classificação elevada, baseada no indicador global do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM). Foram classificadas sete cidades incluídas na proposta básica: 1) Crato, 2) Iguatu, 3) Barbalha, 4) Sobral, 5) Juazeiro do Norte, 6) Limoeiro do Norte e 7) Russas. Com exceção de Russas, todas as cidades da lista estão no topo das dez posições do sistema urbano do Ceará. Esta é a prova mais importante de suas capacidades econômicas, sociais e organizacionais que as tornaram localização ótima para a aplicação de uma estratégia de “cidades secundárias”. O atual nível de desenvolvimento elevado ofereceu uma garantia de que os investimentos públicos e privados teriam efeitos multiplicadores, tornando-se oportunidades intervenientes para Fortaleza no significado pleno deste conceito. (BAR-EL, 2000).

A partir daí, o trabalho da equipe de Israel (2000) definiu as cidades ou conurbações de cidades secundárias como sendo: a) Sobral e região circundante de 16

municípios, no Norte; b) Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova (posteriormente incorporado) como região de influência de 8 municípios, no Leste; c) Iguatu com dez municípios em sua influência, no Centro-Sul e; d) Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (posteriormente incorporado) e oito municípios em sua região de influência, no Sul. Os resultados combinados deste tipo de análise indicam o grupo de Juazeiro com o potencial mais elevado para se tornar um contraimã para as grandes ondas de migração para Fortaleza e, portanto, deve receber a mais alta prioridade dentro da estratégia de desenvolvimento das “cidades secundárias”.

Neste estudo também foram destacados os centros terciários: Aracati, Acaraú, Quixadá, Quixeramobim, Tianguá, Tauá, Baturité, Brejo Santo, Campos Sales, Canindé, Crateús, Jaguaribe, Itapipoca e Camocim. Eles fazem a interface direta, com o meio rural (atividades agrícolas) e são definidos como lugares urbanos menores, que atendem a uma periferia de municípios e são projetados para servir como um centro preferencialmente para atividades rurais locais que necessitam de um apoio urbano, tal como marketing, serviços de produção, infraestruturas para atividades não agrícolas, educação, etc. (BAR-EL, 2000, p.33).

Para Cavalcanti (2008), o Ceará do governo dos “jovens empresários”, passou por modificações nas últimas duas décadas, apoiadas nas estratégias de promoção do desenvolvimento a partir dos vetores indústria, agronegócio e turismo, as políticas implementadas concentraram seus esforços na viabilização de grandes obras de infraestrutura, voltadas ao apoio logístico desses setores e como suporte à reestruturação espacial do capital global. Foram divididas, principalmente, em: i) obras hídricas, onde assumem destaque os projetos de irrigação e o grande eixo de abastecimento Açude Castanhão-Porto do Pecém; ii) obras viárias, com o destaque para o setor rodoviário e a duplicação das rodovias de acesso a RMF, suporte essencial aos fluxos industriais, agroindustriais e turísticos e; iii) equipamentos de médio e grande porte, onde se destacam o aeroporto internacional.

A política de interiorização do desenvolvimento do estado do Ceará como base para a desconcentração dos investimentos da Região Metropolitana de Fortaleza acabou adquirindo características de política de desconcentração concentrada, já que observando o resultado desta nas três grandes linhas de atuação (agropecuária, indústria e turismo) vê-se que, na agropecuária o ponto principal das políticas para o setor foi a necessidade de enfrentar a questão fundiária cearense por meio de uma política de reforma agrária. O governo cria o Projeto São José, que segundo Alencar (2007), se

caracterizou pela adoção, sob forma de projeto piloto, de uma abordagem inovadora para, através da concessão de crédito fundiário, viabilizar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem-terra e minifundiários do estado, juntamente com outros investimentos que lhes assegurasse o desenvolvimento sustentável. O Projeto São José se encontrava com os financiamentos devidamente negociados com o Banco Mundial, foi programado para atuar no estado no período de 1996 até o ano 2000, com um total de recursos financeiros na ordem de US\$ 116,7 milhões.

De acordo com Xavier (1999), o objetivo do projeto era melhorar as condições de vida das populações mais carentes; descentralizar o processo de tomada de decisões; melhorar mecanismos, para intensificar o atendimento aos segmentos mais pobres da área rural; fornecer apoio financeiro, não reembolsável às comunidades rurais; estimular a participação dos municípios e comunidades beneficiárias, por meio da mobilização de recursos próprios para aplicação nos subprojetos. A área de atuação do PSJ era de 176 municípios do estado do Ceará. Somente os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza não estavam incluídos nesta área de atuação, com exceção do município de Caucaia, por possuir áreas de assentamento da reforma agrária. Porém, segundo Elias (2007), este programa não possuía as características clássicas de projetos de assentamentos de reforma agrária, nem os beneficiários destes podem ser chamados de assentados, este era na verdade um programa de compra e venda de terras e se baseava na chamada “reforma agrária apoiada no mercado”.

Este tipo de reforma apoiada pelo Banco Mundial não é uma modalidade de reforma agrária redistributiva, pois tem como princípio a compra e venda voluntária de terra entre agentes privados, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos sócio-produtivos. Já a reforma agrária redistributiva (tradicional) consiste em uma ação do Estado que, num curto espaço de tempo, redistribui uma quantidade significativa de terras privadas apropriadas por uma classe de grandes proprietários. O objetivo da reforma agrária via mercado é democratizar a estrutura agrária e promover o desenvolvimento nacional, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Enquanto a política redistributiva, implica, antes de tudo, a desapropriação "punitiva" (isto é, mediante indenização abaixo do preço de mercado) de terras privadas que não cumprem a sua função social (ELIAS, 2007).

Além da reforma agrária, o governo dos “jovens empresários” também priorizou a implantação de um vasto programa de irrigação que permitiria a modernização da

agricultura acarretando transformação radical do sistema produtivo, com elevação da produtividade e do emprego. Segundo Cavalcanti (2008), a definição do agronegócio (agroindústria) como um dos vetores econômicos principais estruturadores do desenvolvimento estadual também significou, em paralelo, a definição do papel que determinados centros urbanos do Estado deveriam desempenhar com relação àquela atividade.

No caso dessa atividade econômica, sua localização estava condicionada às regiões do estado inseridas nos vales úmidos de seus principais rios e bacias hidrográficas. São áreas que já de antes se apresentaram como adequadas à atividade agrícola de base técnica na irrigação se configurando assim como regiões consolidadas. Essas regiões agrícolas são comandadas exatamente pelos centros definidos no escopo do PROURB e do estudo da consultoria israelense - com as possibilidades dos vales úmidos estaduais.

De acordo com Cavalcanti (2008), essa lógica desigual define verdadeiros “corredores verdes”, “oásis” ou “ilhas de prosperidade” nos vales dos principais rios cearenses, em especial a bacia do rio Jaguaribe em suas porções baixa e média, comandados certamente ainda pela capital Fortaleza, mas vinculados ao seletivo grupo das cidades secundárias, “cabeças” dessa hinterlândia irrigada. Em oposição, está a maior parte do território cearense, ainda dependente das condições climáticas, portanto, seca, sem recursos hídricos suficientes e perenes e de agricultura ainda vinculada à subsistência, ao sequeiro e às técnicas arcaicas. Isso reproduz, em escala local, aquilo que, em escala nacional foi definido por Santos (1980), como uma oposição entre espaços inteligentes e espaços opacos.

Os programas do governo cearense na agropecuária serviram para manter os esquemas fundiários tradicionais que garantiram e garantirão o poder econômico e político dos grupos que detêm as terras cultivadas ou estrategicamente localizadas nas áreas a serem beneficiadas com os projetos de irrigação, conformando uma verdadeira especulação fundiária no meio rural. Ocorre a associação imbatível de frações do capital, no caso vinculadas ao agronegócio, ou melhor, do poder econômico, com o poder político, representado pela priorização de políticas públicas e a facilitação de financiamento da atividade agroindustrial no estado. Dessa forma, novos e seletos espaços são inseridos na realidade da acumulação capitalista mundializada.

No que concerne à indústria, a política voltava-se ao incentivo da plena utilização de fatores de produção ociosos, favoráveis ao desenvolvimento da indústria

no interior, à consolidação do III Polo Industrial, que não foi efetuado em parte por falta de investimento do governo federal e a implantação de grandes projetos industriais (NUNES, 2005).

O objetivo geral da política industrial era mudar o perfil industrial do estado, de modo a elevar o número de empregos e os níveis de renda da população cearense. Observou-se uma nítida preocupação com o intuito de interiorizar a indústria estadual, de modo a contribuir para a minimização das desigualdades regionais, por meio da ampliação de oportunidades de emprego e de renda para as comunidades interioranas, ao lado de assegurar a fixação do homem no campo. O Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) foi o instrumento empregado na implantação de novas empresas industriais no estado, bem como na expansão daquelas já existentes.

Para Nunes (2005), a política industrial posta em prática teve como tônica a integração, consolidação e modernização da estrutura industrial do estado do Ceará, além da indução de novos investimentos que representassem focos de irradiação do desenvolvimento. Entre as linhas de ação da política industrial, pode-se destacar a consolidação de complexos industriais voltados para o desenvolvimento de atividades do ramo tradicional, tais como: indústria têxtil, confecções, couro e calçados, estes setores da economia eram expressivos tanto pelo poder de absorver mão de obra quanto pelo aproveitamento das matérias-primas locais. Assim sendo, o governo estimulou esses setores por meio de incentivos fiscais e financeiros, além de apoio técnico e gerencial com o intuito de elevar a produtividade.

No âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), o governo em sua política, determinou ser essencial a promoção do desenvolvimento industrial em todo o estado sob a forma de empréstimos, via incentivo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às empresas consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento do estado. Este tipo de apoio envolveu empresas em implantação, ampliação e em processo de realocização. Esse sistema de incentivos teve como base renúncias diferenciadas do ICMS, levando em consideração a distância em relação à RMF. As renúncias diferenciadas de ICMS poderiam chegar até 75%. Estes incentivos seriam oferecidos por mecanismos e programas de caráter regional para o Nordeste, merecendo destaque o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), liberados para empresas que atendessem ao perfil exigido pelos programas do estado. Além disso, também seriam realizados estudos para verificar a viabilidade de instalação de empreendimentos

industriais em pontos estratégicos bem como a capacitação de pessoal para uso como mão de obra (ARAÚJO, 2006).

O processo de desconcentração da indústria pautava-se segundo Lima Junior (2011), na redução da carga tributária, que ocorreria em maior valor para aquelas empresas que optassem em instalar-se nos municípios fora da RMF, sendo que foi construído um mapeamento da distância dos municípios do estado em um raio de 300 km, entre 300 e 500 km e mais de 500 km. Os municípios foram identificados pela quantidade de polos formados por cadeias produtivas, nas quais seriam beneficiados por incentivos à produção. Dentre estes se destacam: os municípios da RMF, Sobral, Itapipoca, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatu, Juazeiro do Norte, Tauá, Bela Cruz, Morada Nova e Crato.

Os resultados desta política segundo Arruda e Sampaio (1999) foi a vinda de indústrias que obedeciam a critérios ditados pelas necessidades de redução de custo e de fatores locacionais para os ramos que já possuíam tradição na região. Do ponto de vista dos mercados consumidores e do ponto de vista da experiência da mão de obra local, fortaleceram os ramos industriais onde o Ceará já tinha tradição, como têxtil, calçados, alimentos, metalurgia e embalagens. Outro fator importante é que estes empreendimentos na sua maioria são formados pelo capital local e por investimentos de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Quando distribuídas as atividades industriais pelos municípios cearenses é possível observar que estão fortemente concentradas, prevalecendo a presença das indústrias de transformação. Isso se dá, preferencialmente, nas cidades: i) da RMF, com o destaque para a desproporcional presença das empresas em Fortaleza; ii) nos centros médios definidos pelo PROURB e consultoria israelense, destacando-se Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu e iii) em alguns outros centros que normalmente tinham certo destaque na hierarquia estadual desde os anos 1970, como Quixadá, Aracati, Crateús, Maranguape, Russas, dentre outros. Além disso, há um comprometimento em sustentar economicamente as já tradicionais atividades industriais lideradas pelos ramos de confecções e calçadista e o conjunto das indústrias instaladas no período não elege novos espaços e se concentra nos municípios onde tais ramos já apresentavam dinamismo, reforçando a seletividade de sua implantação e reforçando o padrão de desenvolvimento desigual. (ARAÚJO, 2006).

Com relação ao turismo, a política se caracterizou por uma programação mais bem planejada e mais abrangente da atividade turística - no sentido da “venda” de uma

maior variedade de ecossistemas locais - do que anteriormente. Durante esse período, deve-se destacar o esforço daquelas administrações no planejamento da ordenação espacial dessa atividade no estado, contemplada de forma destacada nos planos de governo das administrações mudancistas e implementadas principalmente através da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR).

De acordo com Coriolano e Fernandes (2007), o turismo ocupa importante papel no conjunto das relações e políticas do Ceará e insere-se na dinâmica da mundialização do capital. Como atividade do setor de serviços, reorganiza espaços geográficos, produz territorialidades em diferentes escalas espaciais e movimenta economias em muitos municípios. Como vetor do planejamento territorial tem ajudado a fortalecer e dinamizar alguns lugares, oferecendo oportunidades de organização de territórios, além de colaborar para inserção do local nas escalas nacional e global. Segundo estas autoras o turismo é mais uma forma de consumo, podendo ser considerada uma das mais novas formas de reprodução do capital. Porém, o turismo não deve ser superestimado, não pode substituir nenhuma atividade econômica tradicional, pois se sustenta nelas ele deve, pelo contrário, agir como atividade complementar às demais.

O Ceará ocupa uma posição privilegiada com relação ao turismo, pois ele se localiza na fachada norte oriental do Atlântico Sul, tendo assim maior proximidade com os grandes mercados emissores de fluxo turísticos internacionais, como a Europa, a Ásia e os Estados Unidos. Dada a posição estratégica do litoral cearense, segundo Cavalcanti (2008), essa região se configurou como a de maior destaque nas políticas de planejamento territorial da atividade turística do governo cearense nas décadas de 1990 e 2000. Nesse período, para efeito de planejamento, o estado do Ceará foi dividido em seis macrorregiões turísticas que pretendiam abranger as potencialidades do litoral, das serras e do sertão. É fato, entretanto, que as ações se concentraram no litoral, dividido em “Costa do Sol Nascente” e “Costa do Sol Poente”, litorais leste e oeste, respectivamente. A faixa litorânea conhecida como a Costa do Sol Nascente se estende de Fortaleza até a fronteira do Rio Grande do Norte, enquanto a Costa do Sol Poente vai de Fortaleza até a fronteira com o Piauí.

Cavalcanti (2008), afirma que são os municípios inseridos nesse grande eixo de desenvolvimento do turismo que vão ser beneficiados com os principais programas estaduais e nacionais. O elo de articulação dessa região litorânea é a capital, Fortaleza, onde se localiza o aeroporto internacional Pinto Martins, portanto, a entrada principal dos fluxos turísticos, nacionais e internacionais. Isso indica, ao contrário do discurso

corrente no período, descentralizador, “interiorizador”, um fator de forte concentração e comando da atividade turística na capital, porta de entrada e saída, por ar ou terra, dos principais destinos turísticos no estado.

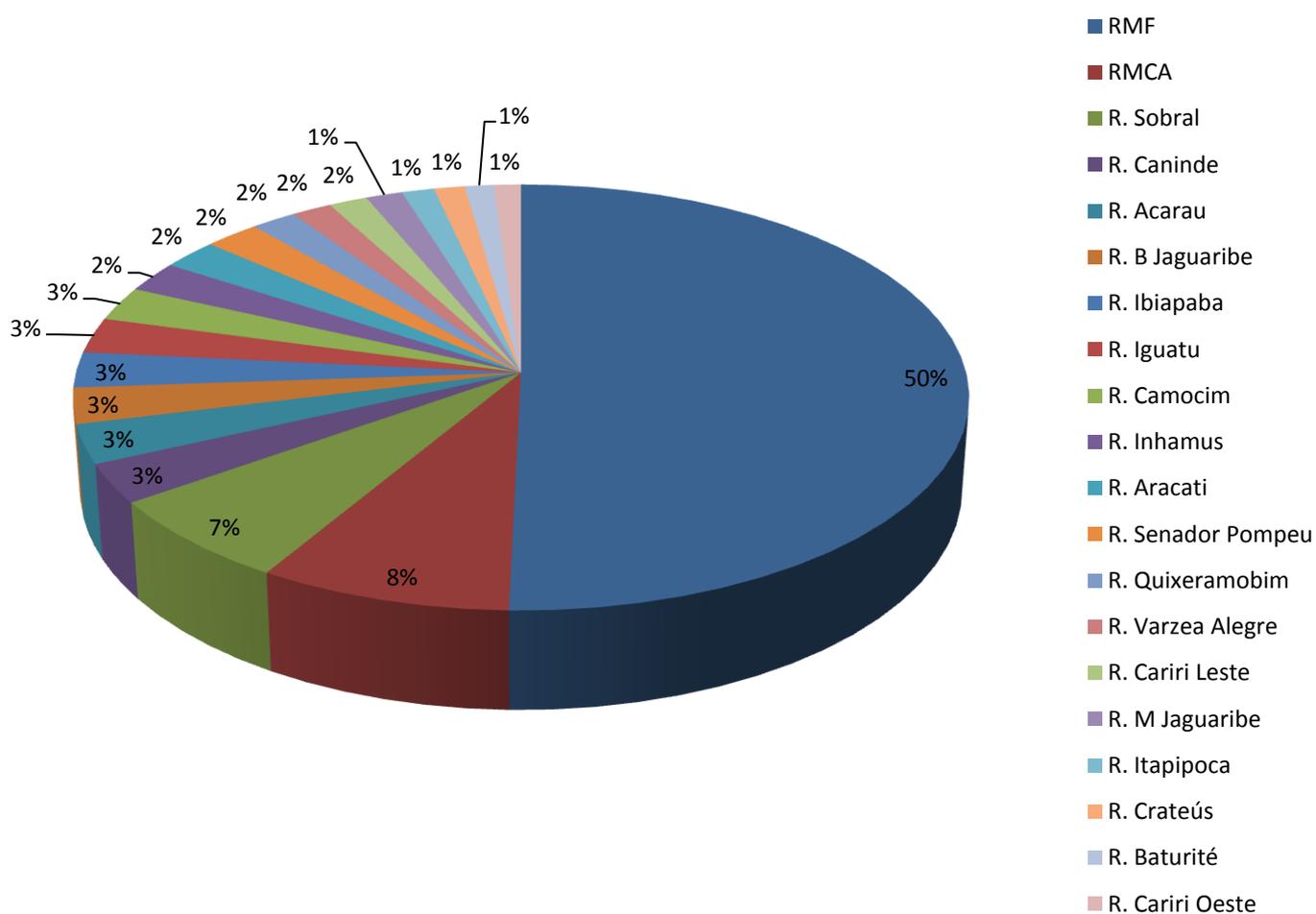
Ficou evidente que a distribuição do planejamento urbano e regional dos programas cearenses concentrou-se nos municípios ou áreas inseridas nas regiões que se consideram eleitas para o turismo, das quais se destacam, em primeiro lugar, a zona litorânea e em um plano inferior, as serras úmidas (Ibiapaba, Uruburetama e etc) que também se constituíram como foco dos investimentos. Uma terceira possibilidade são os roteiros que envolvem os acontecimentos religiosos mais importantes do estado, em especial as romarias aos municípios de Canindé (culto a São Francisco) e Juazeiro do Norte (culto a Pe. Cícero). Um quarto componente, por último, seria o sertão, mas entende-se ser este o lado menos beneficiado e com menores possibilidades quando comparado aos investimentos nas outras áreas acima.

Além dos fatos acima citados, analisou-se a distribuição da população, PIB e do emprego formal nas décadas de 1990 e 2000, nas microrregiões cearenses definidas pelo IPECE em 2010, como observado na seção a seguir, para mostrar que a política de interiorização do desenvolvimento do estado do Ceará adquiriu características de política de desconcentração concentrada.

3.3 Resultado das Políticas de Atração de Investimentos

Com relação à população, esta em 1991 era de 5.130.007 de habitantes como observado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Participação da População Total por Microrregiões do Ceará em 1991



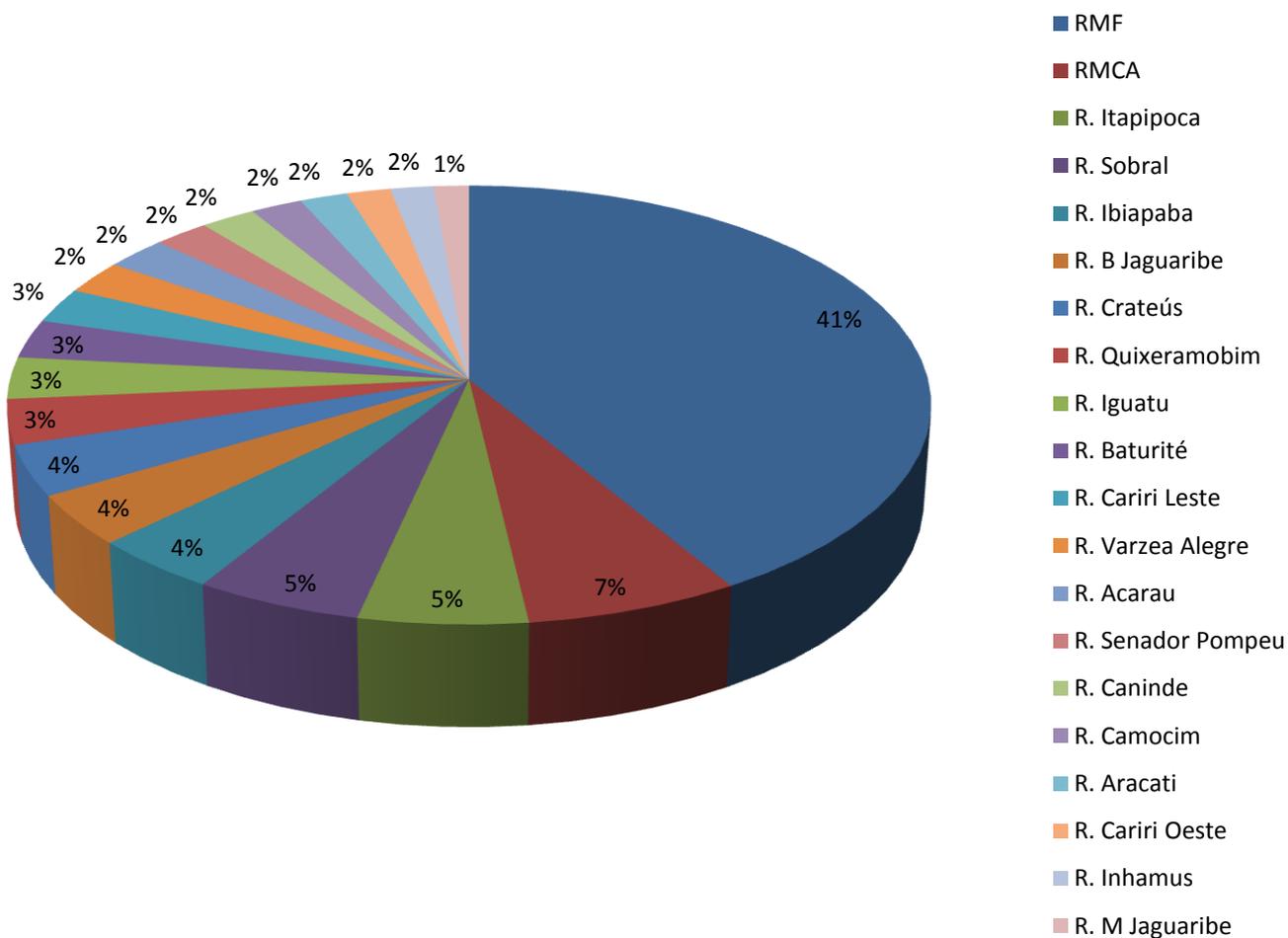
Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA

Observa-se que a população se encontrava concentrada em apenas três regiões do estado, Região Metropolitana de Fortaleza e do Cariri e na microrregião de Sobral, as

três juntas respondiam a quase 70% da população do Ceará. Somente a RMF adensava 50% da população, a RMCA 8% e Sobral 7%. As três regiões junto com a região de Camocim apresentavam taxas de urbanização superiores a 50%.

Em 2000, a população cearense chegou a 7.381.505 de habitantes como se vê no Gráfico 2. A taxa de crescimento entre 1991 e 2000 foi de 4%, todas as microrregiões obtiveram taxas de crescimento da população positivas, com destaque para Baturité (15%), Cariri Leste (10%), Crateús (18%), Itapipoca (22%) e Quixeramobim (11%).

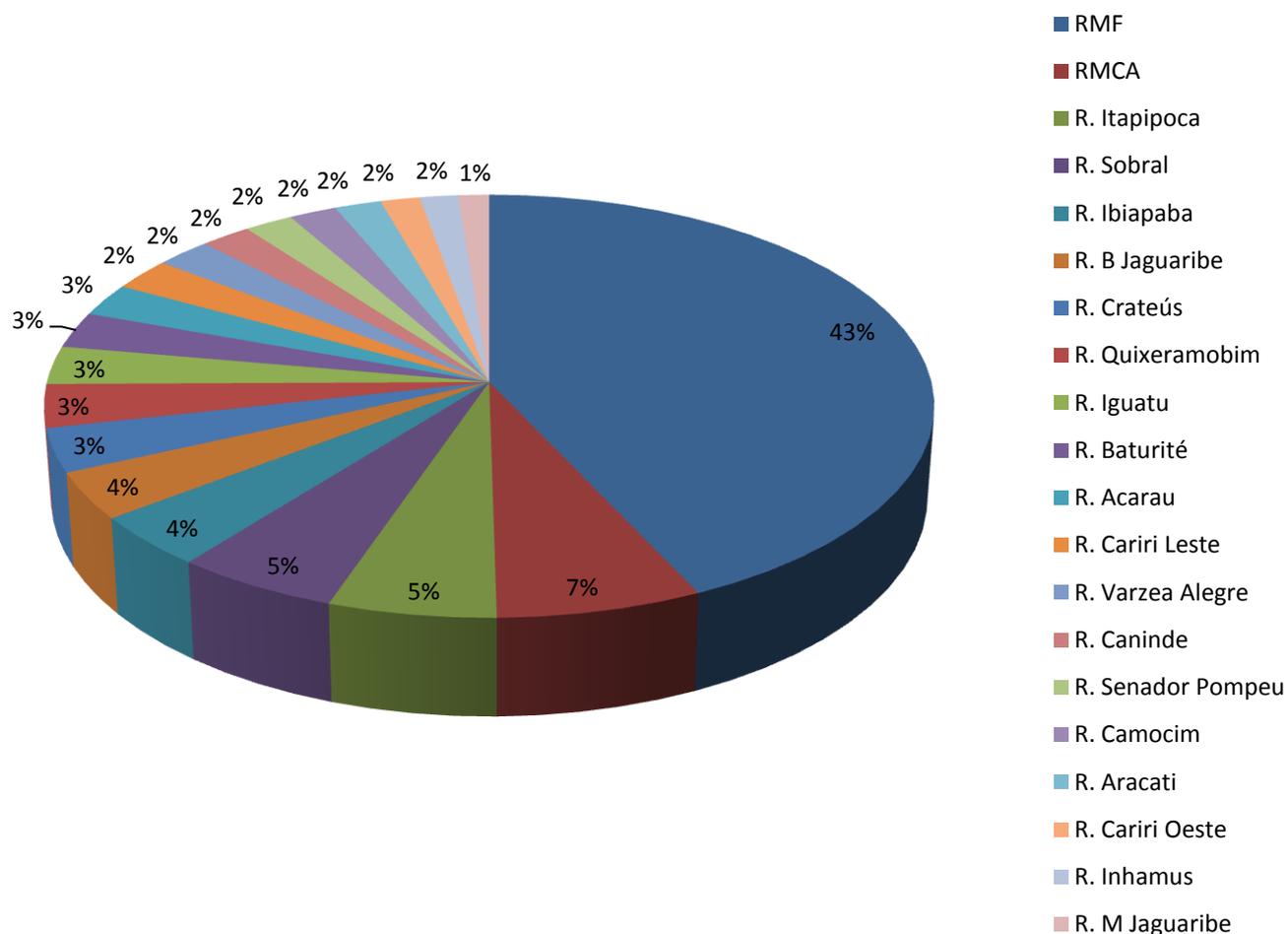
Gráfico 2: Participação da População Total por Microrregiões do Ceará em 2000



Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA

Percebe-se que houve uma leve desconcentração da população, a RMF diminuiu sua participação relativa da população para 41%, a RM Cariri para 7% e a região de Sobral para 5%. Destaca-se também a região de Itapipoca, que aumentou sua participação relativa para 5%. Com exceção da microrregião do Médio Jaguaribe, todas as outras aumentaram suas participações relativas. 60% das microrregiões cearenses passaram a ter taxas de urbanização superiores a 50%. Pode-se dizer que esta mudança no padrão demográfico decorre da dinâmica econômica cearense que durante a década de 1990 implantou políticas de atração de investimentos que possibilitaram a incorporação mais rápida do interior do Estado ao circuito de valorização do capital.

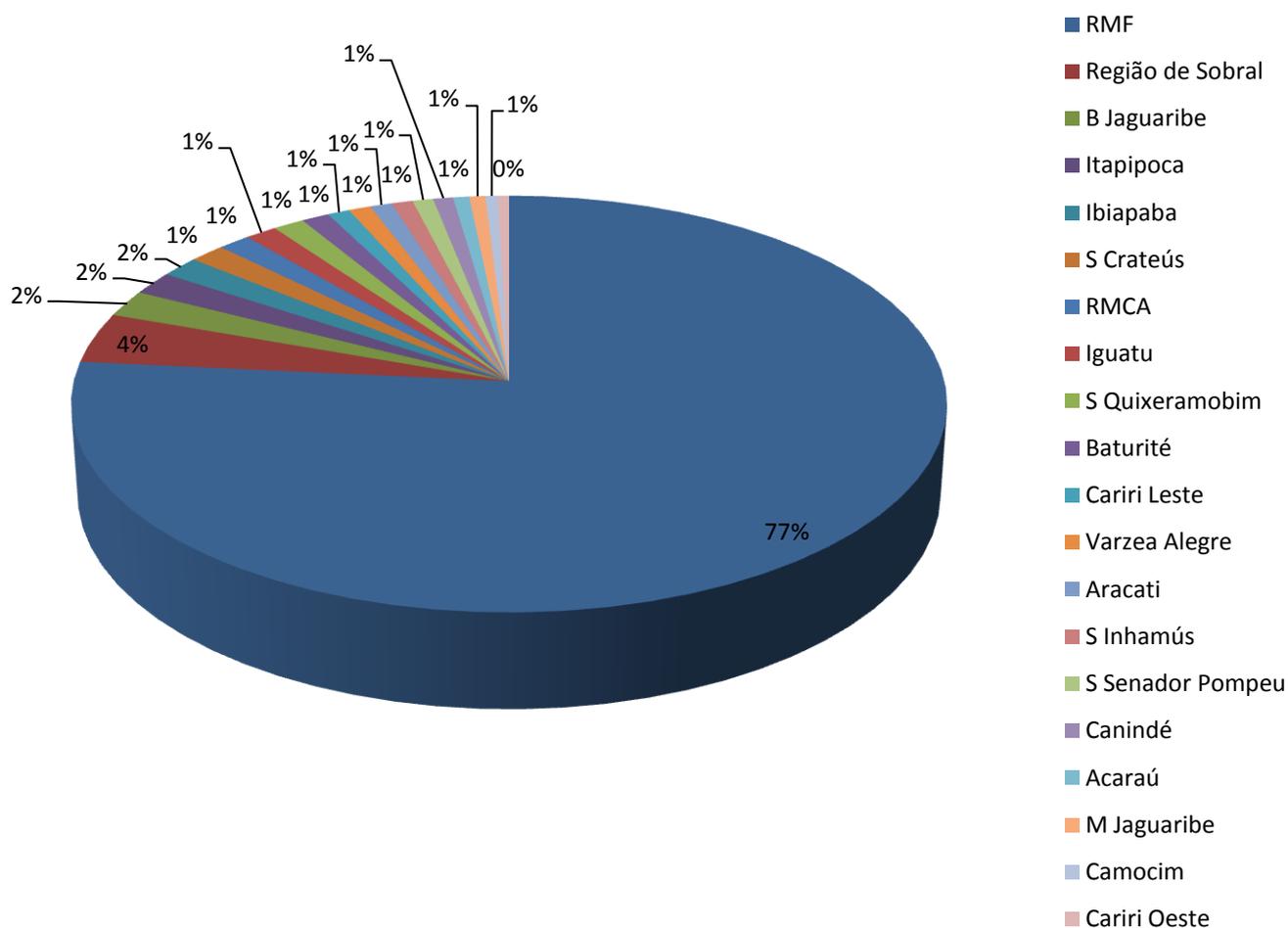
Em 2010 a população do Ceará era de 8.401.640 de habitantes, houve poucas modificações com relação a 2000 como se vê no Gráfico 3. Apenas a RMF que aumentou sua participação relativa para 43% e 15% das microrregiões não apresentaram taxas de urbanização superior 50%. Porém, 68% da população cearense continua concentrada, agora em quatro regiões, a RMF, RM Cariri e nas microrregiões de Sobral, Itapipoca. Com exceção da RMF, nas outras encontram-se as cidades médias de Sobral, Itapipoca, Juazeiro do Norte e Crato, estas foram beneficiadas pelas políticas de desenvolvimento do governo do estado do Ceará nas últimas décadas, o que influenciou o adensamento da população nas suas respectivas regiões.

Gráfico 3: Participação da População Total por Microrregiões do Ceará em 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto, este em 1996 foi de R\$ 17,26 bilhões como se vê no Gráfico 4. 77% do PIB do estado estava concentrado na RMF. A agropecuária tinha forte participação no PIB de 85% das microrregiões cearenses, apresentando as maiores participações nas microrregiões da Ibiapaba (56%), Inhamús (56%), Senador Pompeu (50%), Médio Jaguaribe (56%) e RM Cariri (48%). A indústria apresentou significativa participação no PIB das microrregiões de Sobral (41%) e RM Cariri (38%). Com exceção da RM Cariri, o setor de serviços apresentou expressiva participação no PIB das demais microrregiões, sendo as maiores participações na RMF (71%) e Camocim (61%).

Gráfico 4: Participação do Produto Interno Bruto a Preços Constantes por Microrregiões do Ceará em 1996

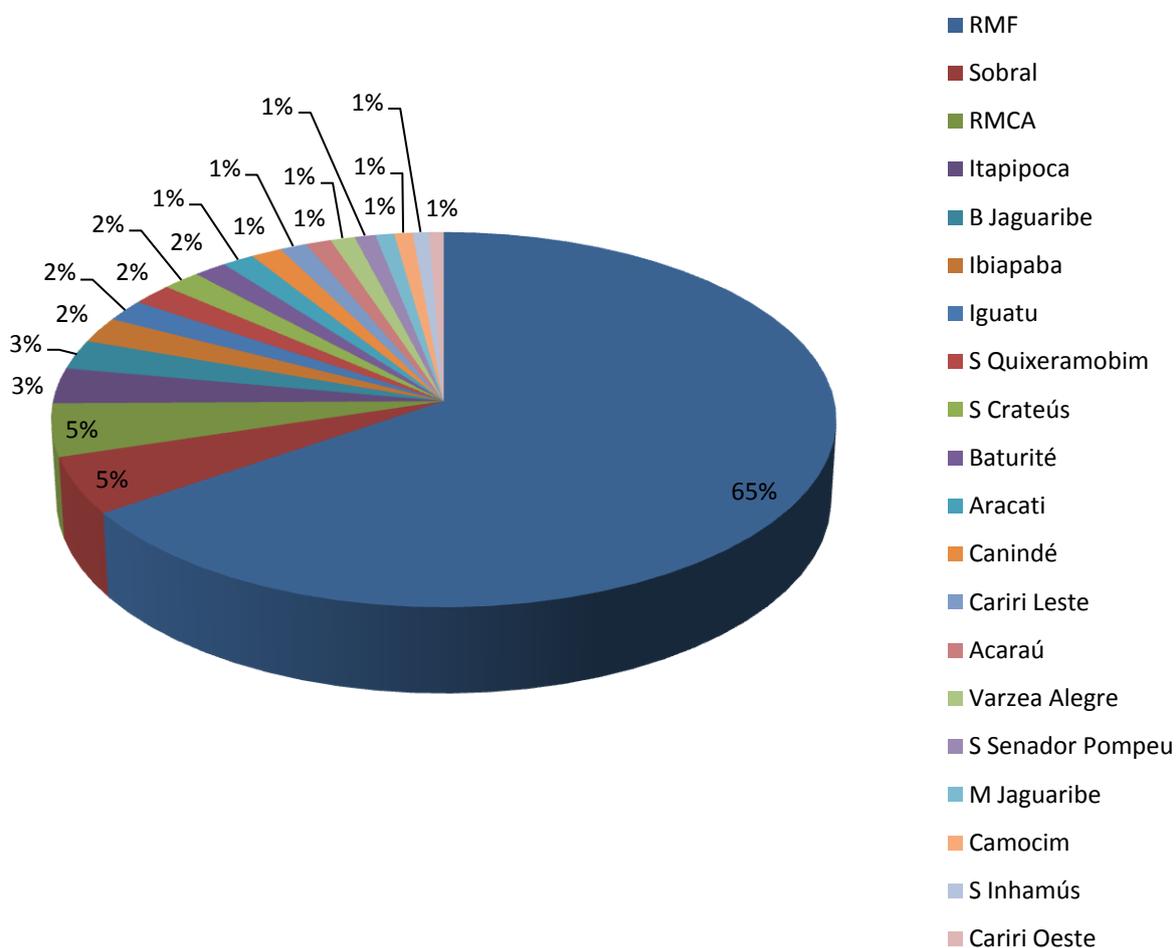


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA
(Ano base =2000)

Em 2000 o PIB cearense elevou-se para 22,6 bilhões como se observa no Gráfico 5. A taxa de crescimento entre 1996 e 2000 foi de 7%, todas as microrregiões apresentaram taxas de crescimento do PIB positivas, sendo a RM Cariri a mais expressiva 45,5%. O PIB agrícola decresceu em 2,5%, reflexo do que ocorreu nas microrregiões cearenses, sendo que 60% delas apresentaram taxas de crescimento negativas neste setor. O PIB industrial cresceu 3,23%, em 85% das microrregiões este setor apresentou expressivo crescimento variando de 12,8% (Inhamús) a 106,9%

(Canindé), em parte isto se deve ao fato de que antes das políticas de investimentos serem implementadas, estas microrregiões tinham suas economias voltadas para a agropecuária e os setores industriais e de serviços eram limitados e pouco dinâmicos. E as políticas de atração de investimentos, estas microrregiões acabaram sendo beneficiadas com a instalação de indústrias, principalmente a calçadista. O setor de serviços também apresentou taxa de crescimento positiva 4,7%, todas as microrregiões apresentaram taxas de crescimento positivas para este setor com destaque para a RM Cariri (95,2%), onde este setor sempre teve importância para a região e que se beneficiou com os investimentos vindos para RM Cariri nos anos 1990, pois desencadeou aumento na demanda dos serviços. Houve uma significativa desconcentração do PIB na RMF, de 77% para 65%. A microrregião de Sobral e RM Cariri aumentaram suas participações no PIB, Sobral de 4% para 5% e a RMCA de 1% para 5%. A agropecuária mesmo apresentando taxas de crescimento negativas apresentou participação expressiva nas regiões da Ibiapaba (33%) e Médio Jaguaribe (31%), já a indústria teve participação significativa nas regiões de Sobral (28%), Itapipoca (26%), Aracati (25%) e Canindé (29%). O setor de serviços se tornou a principal atividade em termos de PIB em todas as regiões com participação acima de 50%.

Gráfico 5: Participação do Produto Interno Bruto a Preços Constantes por Microrregiões do Ceará em 2000

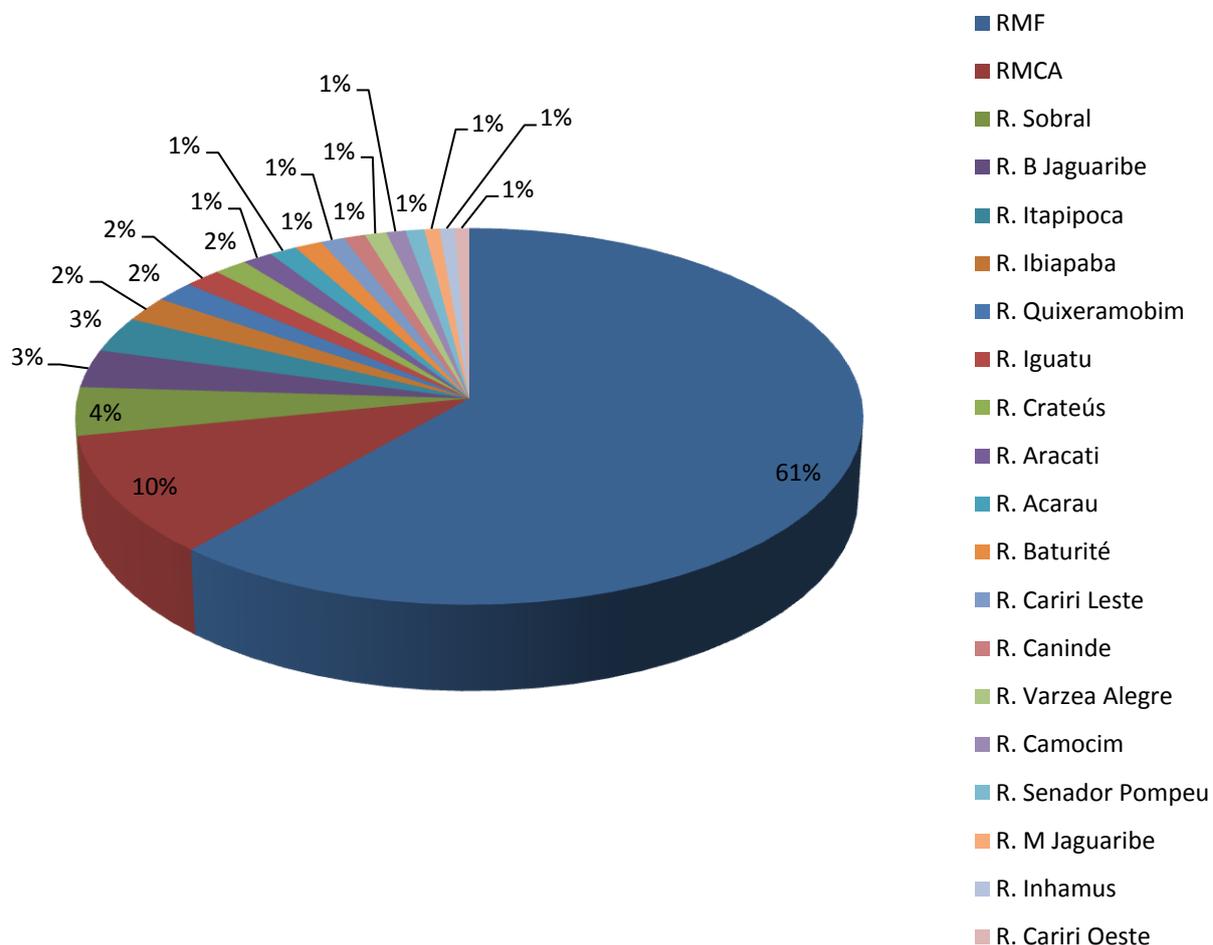


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA
(Ano base = 2000)

Em 2010 o PIB cearense foi de R\$36,76 bilhões como se vê no Gráfico 6. Entre 2000 e 2010 o PIB cresceu 5%, todas as microrregiões cearenses apresentaram taxas positivas de crescimento, com destaque para a RM Cariri que cresceu 14% entre as duas décadas, os setores agrícola (6,2%), industrial (13,4%) e de serviços (14,8%) da região também apresentaram elevadas taxas. Em parte isto se deve a maturação das políticas implementadas na década de 1990 e 2000 no Ceará que dinamizou a economia da região, diversificou os setores industriais e de serviços e possibilitou a vinda de investimentos privados como a construção de shoppings, condomínios, a chegada de

empreendimentos comerciais de nível nacional e regional, empreendimentos educacionais e de saúde. Os PIBs industriais e de serviços do Ceará cresceram 4,6% e 5,6%, respectivamente, a agricultura continuou a apresentar taxa de crescimento negativa (-1,6%). A tendência de desconcentração do PIB na RMF continuou em 2010, passando 61%. A RM Cariri teve um expressivo aumento da sua participação no PIB, passando de 5% para 10%. A microrregião de Sobral teve sua participação reduzida para 4%. Apenas na região da Ibiapaba o setor agropecuário apresentou expressiva participação 21%, devido esta região ser um polo de fruticultura irrigada. A indústria teve participação significativa nas regiões de Sobral (26%), RMF (23%) e Itapipoca (21%). Sobral e Itapipoca foram beneficiadas com a vinda de indústrias na década de 2000, principalmente a calçadista.

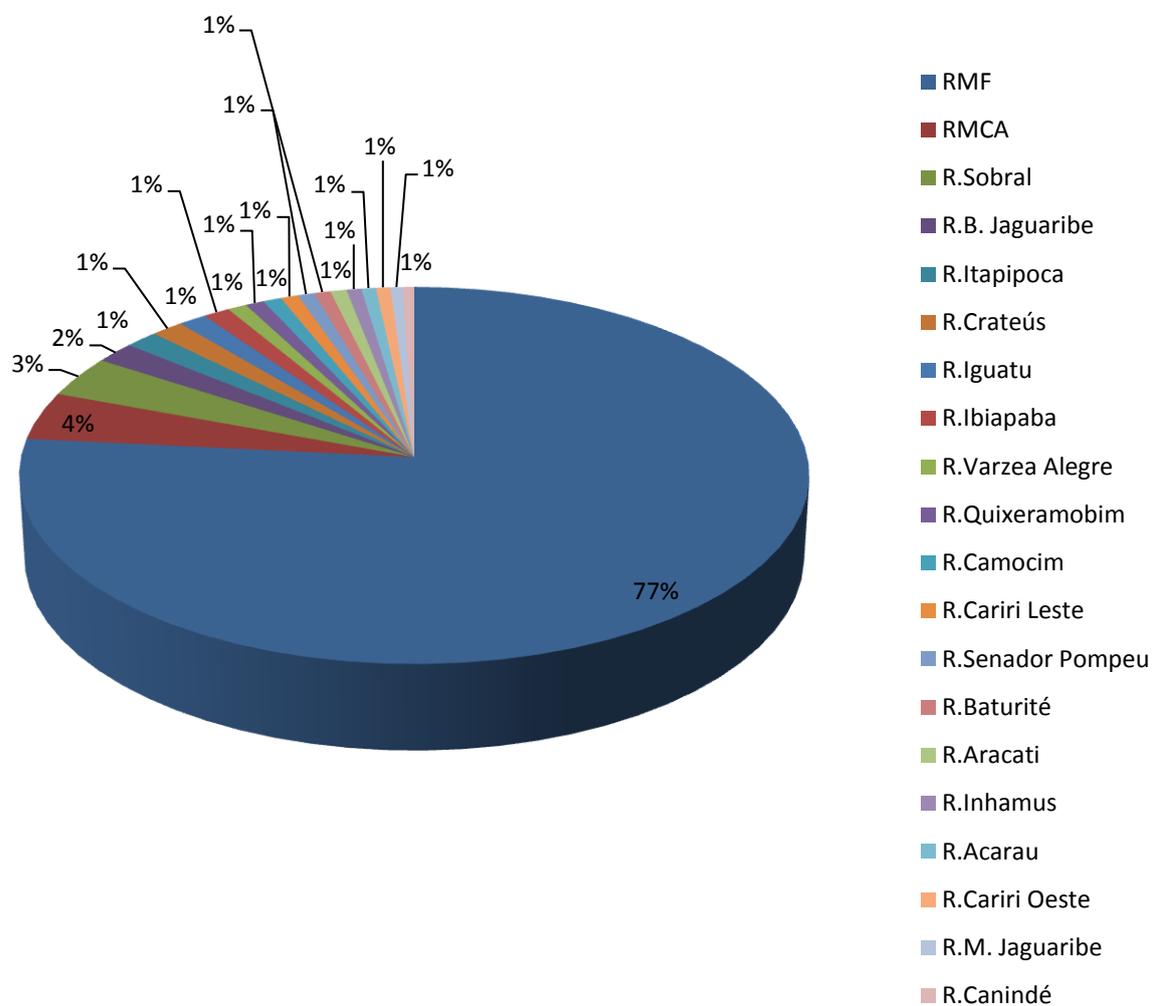
Gráfico 6: Participação do Produto Interno Bruto a Preços Constantes por Microrregiões do Ceará em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA
(Ano base = 2000)

No que concerne ao emprego formal em 1991 este era de 509.985 mil empregos como se vê no Gráfico 7.

Gráfico 7: Emprego Formal por Microrregiões do Ceará em 1991

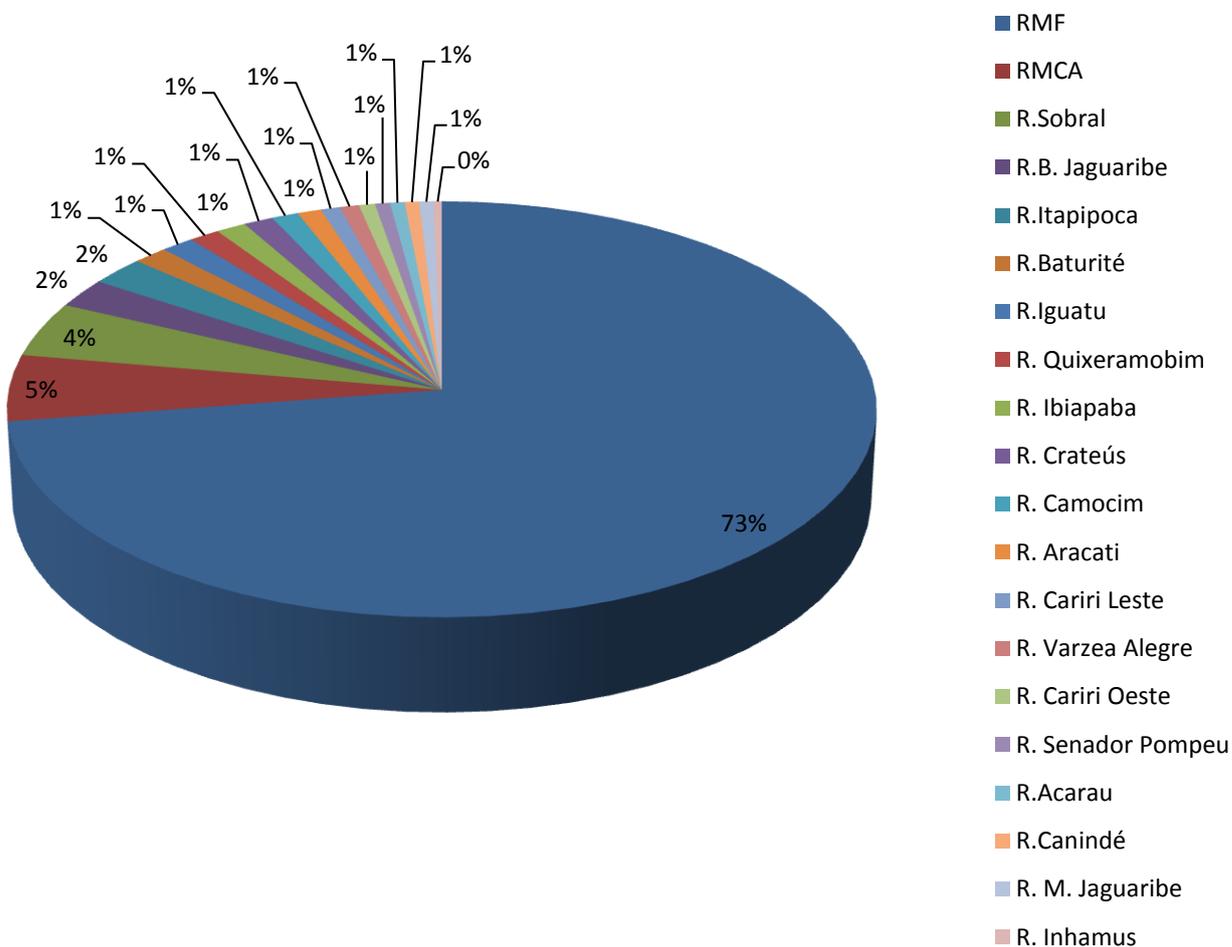


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Observa-se que, 77% do emprego formal concentrava-se na RMF, os setores com maior participação relativa do emprego eram os serviços e administração pública chegando a mais de 90% em 35% das regiões do Ceará. O setor industrial também se destacava em termos de emprego em algumas regiões como RMF (21%), RM Cariri (21%), Aracati (33%), Acarau (27%) e Sobral (16%).

Em 2000 o número de emprego formal aumentou para 690.373 mil como pode ser observado no Gráfico 8. A taxa de crescimento do emprego foi de 3%, o emprego na indústria cresceu 3,9%, o comércio 4,2%, serviços e administração pública 2,7% e agropecuária decresceu 0,8%. Houve uma relativa desconcentração do emprego na RMF, diminuindo de 77% para 73%, a RM Cariri e a região de Sobral aumentaram suas participações relativas (5% e 4% respectivamente).

Gráfico 8: Emprego Formal por Microrregiões do Ceará em 2000

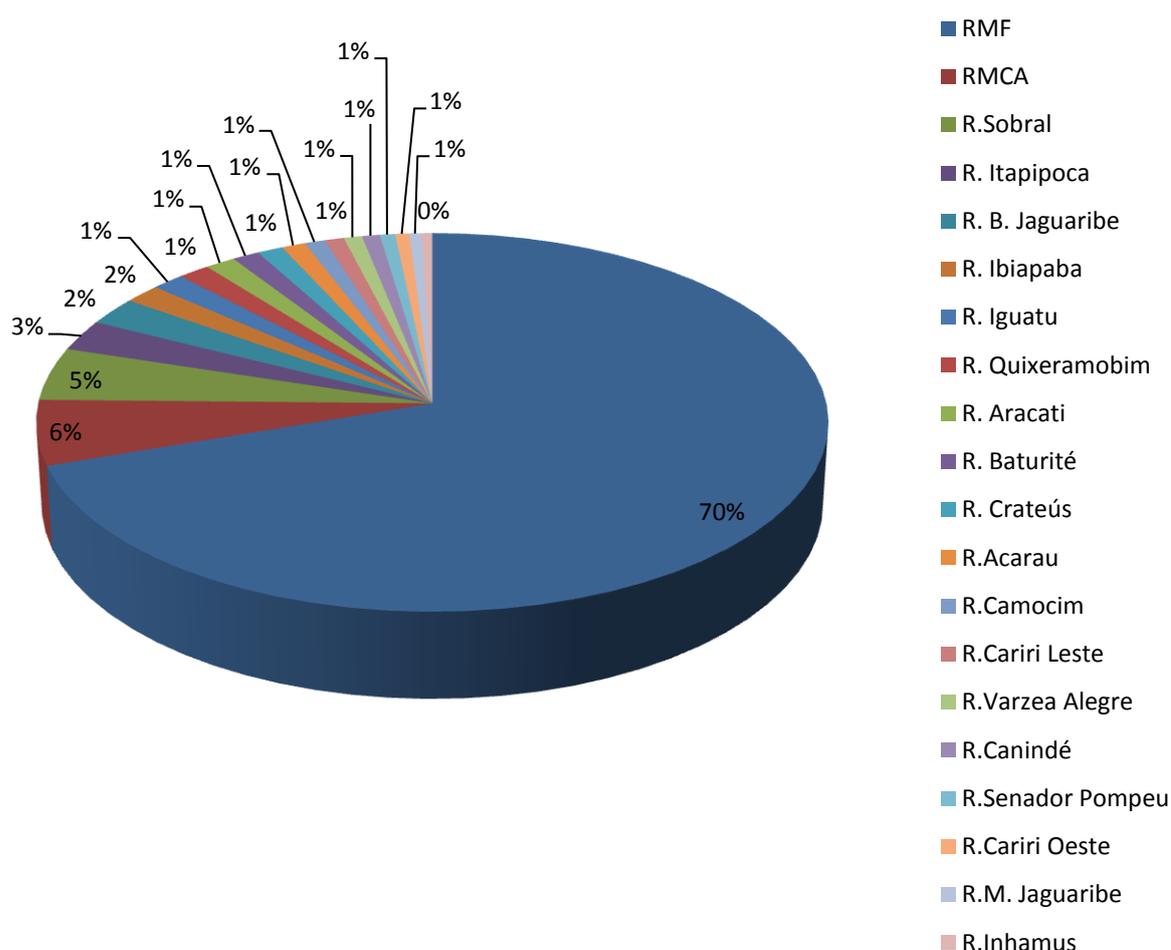


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Os serviços e a administração pública continuaram a ser os setores que mais empregavam, o setor industrial se destacou, pois aumentou sua participação na geração de emprego em 55% das regiões, com evidência para Sobral (41%), Baixo Jaguaribe (34%), Iguatu (28%), Camocim (45%) e RM Cariri (29%). Este aumento na participação relativa da indústria no emprego formal está relacionado com a política de incentivos fiscais e financeiros do governo do estado do Ceará que propiciou a vinda de várias indústrias para o interior cearense.

Em 2010 o emprego formal chegou a 1.314.019 milhões como visto no Gráfico 9. De 2000 a 2010 o emprego cresceu 7%, as regiões cearenses também apresentaram taxas positivas, variando de 5% (Camocim) a 13% (Acarau).

Gráfico 9: Emprego Formal por Microrregiões do Ceará em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

As taxas de crescimento do emprego formal entre 2000 e 2010 foram superiores às taxas apresentadas em 1990/2000. Além da maturação dos investimentos da política de atração do governo cearense, o contexto da economia nacional favoreceu o crescimento do emprego formal. Segundo Silva Filho e Queiroz (2010), o cenário pessimista da década de 1990 foi rompido na década de 2000. No quadro interno, a manutenção e aplicação de políticas fiscais e monetárias restritivas pelo novo governo, instaurado em janeiro de 2003, trouxe calma ao ambiente macroeconômico. São mantidas as metas de inflação, o câmbio flexível e o superávit primário. Entretanto, a novidade residiu no fato de que é dado novo ímpeto ao papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o processo de privatizações é desacelerado. No ambiente externo, as condições favoráveis da economia mundial, com o crescimento da China, aumentam as exportações brasileiras de *commodities* e favoreceu a balança comercial. Essa sinergia entre a economia brasileira e as condições externas permitiu uma elevação significativa do Produto Interno Bruto (5,7%) em 2004, tendência que persistiu até 2008. A referida dinâmica mostrou logo os resultados positivos no mercado de trabalho, aumentando o número de empregos.

Silva Filho e Queiroz (2010) destacam que além da permanência das condições externas e internas favoráveis, há que se atentar para outros pontos importantes: a) a necessidade de melhorar a máquina de arrecadação do Estado para fazer frente ao crescente endividamento público (gerado para produzir superávit fiscal como forma de garantir condições de honrar o pagamento da dívida); b) o papel das instituições públicas, especialmente as incumbidas de fiscalizar e garantir cumprimento da legislação social e trabalhista; c) a formalização de micro e pequenas empresas (onde se concentra grande parte do trabalho sem proteção) para acesso ao crédito e aos programas de incentivos fiscais; d) a atuação sindical, canalizando uma aspiração social para acesso à seguridade social.

O emprego continuou a se desconcentrar na RMF, chegando a 70%, a RM Cariri e a região de Sobral continuaram a aumentar suas participações relativas (6% e 5% respectivamente). Os serviços e a administração pública continuaram a ser os setores que mais empregavam, o setor industrial continuou tendo importante participação na geração de emprego na RM Cariri (26%), Sobral (40%), Itapipoca (25%), Baixo Jaguaribe (29%) e Iguatu (23%).

Analisando o emprego formal por setor, em 1991, 88% do emprego industrial concentrava-se na RMF, os setores da indústria que mais empregavam em 1990 nas regiões do Ceará eram, extrativa mineral, minerais não metálicos, têxtil, alimentos e bebidas, serviços industriais de utilidade pública e construção civil. Na extrativa mineral as regiões que mais se destacavam eram Aracati (12%), Camocim (15%), Iguatu (29%) e Cariri Oeste (21%). A indústria de minerais não metálicos apresentavam importante participação nas RM Cariri (26%), Sobral (27%), Aracati (36%), Baixo Jaguaribe (47%) e Canindé (50%). O setor têxtil tinha significativa participação no emprego industrial da RMF (30%), Sobral (31%) e Quixeramobim (30%). A indústria de alimentos e bebidas tinha importante participação nas regiões do Acaraú (93%), Itapipoca (82%), Ibiapaba (89%), Baturité (61%) e Camocim (68%). Na construção civil a região de Senador Pompeu concentrava 70% do seu emprego industrial neste setor, como se observa no Tabela 8.

Tabela 8: Emprego Formal na Indústria por Microrregiões do Ceará em 1991

	Ind. Extr. Min.	Ind. Min.não metal.	Ind. Metalúrg.	Ind. Mecân.	Ind.mat. Eléct. e comunic.	Ind.mat. de transp.	Ind. Mad. e mob.	Ind. do papel
RMF	1.297	2.841	5.265	1.484	1.364	741	2.985	3.544
RMCA	103	1.356	83	52	13	4	171	77
R.Sobral	60	793	38	0	0	0	53	27
R.Aracati	152	448	0	0	0	0	8	2
R.Acarau	2	29	0	0	0	0	11	0
R.B. Jaguaribe	56	428	1	2	0	0	22	7
R.Itapipoca	0	5	2	0	0	0	23	6
R.Cariri Leste	0	64	0	4	0	0	15	3
R.Ibiapaba	0	0	2	4	0	0	6	2
R.Quixeramobim	0	40	0	0	0	0	11	12
R.Baturité	0	28	34	0	0	0	4	0
R.Camocim	33	8	0	0	0	0	1	5
R.Iguatu	63	8	0	0	0	0	4	1
R.Canindé	12	80	0	0	0	0	12	1
R.M. Jaguaribe	0	0	1	0	0	0	5	0
R.Crateús	0	1	0	0	0	0	10	6
R.Cariri Oeste	16	1	1	0	0	0	0	1
R.Senador Pompeu	0	2	0	0	0	0	7	1
R.Varzea Alegre	0	1	0	0	0	0	0	0
R.Inhamus	0	0	0	0	0	0	1	0
Ceará	1.794	6.133	5.427	1.546	1.377	745	3.349	3.695

	Ind. bor. couros	Ind. Químc. prod farmac.	Ind. têxtil	Ind. calçados	Ind. Alim.beb.	Serv. Ind. utilid. púb.	Constr. Civil	Total
RMF	3.536	4.917	33.402	1.141	21.302	6.992	18.747	109.558
RMCA	890	213	164	356	719	104	982	5.287
R.Sobral	428	57	924	0	341	130	105	2.956
R.Aracati	0	0	0	0	602	11	17	1.240
R.Acarau	1	0	0	0	861	10	8	922
R.B. Jaguaribe	0	4	130	0	101	61	97	909

R.Itapipoca	0	0	25	0	593	42	27	723
R.Cariri Leste	0	0	0	0	23	93	425	627
R.Ibiapaba	0	0	1	0	512	33	14	574
R.Quixeramobim	5	17	123	0	134	45	22	409
R.Baturité	2	3	1	0	147	15	8	242
R.Camocim	0	0	0	0	152	23	0	222
R.Iguatu	0	0	130	0	2	7	0	215
R.Canindé	0	0	11	0	17	14	12	159
R.M. Jaguaribe	0	15	9	0	34	16	48	128
R.Crateús	0	0	33	0	7	42	16	115
R.Cariri Oeste	0	0	29	0	4	15	9	76
R.Senador Pompeu	0	0	1	28	9	11	4	63
R.Varzea Alegre	0	0	10	0	8	19	19	57
R.Inhamus	0	0	1	0	1	4	2	9
Ceará	4.862	5.226	34.994	1.525	25.569	7.687	20.562	124.491

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em 2000, o emprego industrial desconcentrou-se significativamente da RMF, caindo de 88% para 74%, a região de Sobral e a RM Cariri aumentaram suas participações relativas (7% e 6%, respectivamente). A mudança mais significativa no emprego industrial neste período foi o aumento expressivo do emprego no setor calçadista, de 1990 para 2000 a taxa de crescimento foi de 33% no estado como um todo, 30% na RM Cariri e mais de 100% em Sobral, Itapipoca, Baixo Jaguaribe e Iguatu, consequência da política de atração de investimento do governo cearense que beneficiou principalmente a indústria calçadista. Em termos de participação no emprego industrial as regiões que se destacavam eram Sobral (68%), RM Cariri (42%), Baixo Jaguaribe (38%), Iguatu (39%), Itapipoca (30%) e Canindé (52%), como se vê na Tabela 9.

Tabela 9: Emprego Formal na Indústria por Microrregiões do Ceará em 2000

	Extr. Min.	Ind. Min.não metal.	Ind. Metalúrg.	Ind. mecânica	Ind.mat. Eléct. e comunic.	Ind.mat. transp.	Ind. Mad. E mob.	Ind. do papel
RMF	870	3.412	4.828	1.845	1.306	1.157	3.105	3.969
R. Sobral	266	737	32	0	2	37	185	50
RMCA	313	603	371	401	0	8	260	178
R. B. Jaguaribe	470	1.202	6	27	0	0	168	20
R. Camocim	277	40	0	0	0	0	14	6
R. Iguatu	129	177	98	31	0	0	395	28
R. Itapipoca	81	15	9	0	0	0	47	3
R. Aracati	76	296	2	3	1	0	27	5
R.Quixeramobim	0	112	109	1	0	0	21	10
R. Canindé	170	90	0	0	0	0	17	6
R. Baturité	40	109	12	52	12	3	9	0
R. Acarau	1	71	0	0	0	0	465	4
R. Ibiapaba	0	0	13	4	0	0	20	14
R. M. Jaguaribe	0	13	0	0	0	0	168	3
R. Crateús	0	41	5	0	0	6	11	14
R. Cariri Leste	0	110	2	0	0	0	17	13
R. Varzea Alegre	0	75	0	0	0	0	9	0
R. Senador Pompeu	0	16	0	0	0	0	10	4
R. Inhamus	0	0	14	0	0	0	5	1
R. Cariri Oeste	21	17	0	0	0	0	2	0
Ceará	2.714	7.136	5.501	2.364	1.321	1.211	4.955	4.328
	Ind. bor. couros	Ind. Quím. prod farmac.	Ind. têxtil	Ind. calçados	Ind. Alim.beb.	Serv. Ind. de utilid. púb.	Const. Civil	Total
RMF	2.601	5.275	46.073	8.718	22.082	4.857	23.729	133.827
R. Sobral	113	114	541	8.596	1.035	321	541	12.570
RMCA	986	458	612	4.771	1.046	311	937	11.255
R. B. Jaguaribe	181	7	376	2.288	450	128	665	5.988
R. Camocim	0	10	0	230	2.782	33	26	3.418
R. Iguatu	9	32	264	1.098	172	167	188	2.788
R. Itapipoca	0	1	33	827	1.620	44	50	2.730
R. Aracati	0	0	11	16	602	0	279	1.318
R.Quixeramobim	2	11	149	52	145	135	326	1.073
R. Canindé	0	3	41	443	9	55	24	858
R. Baturité	0	164	5	20	395	0	10	831
R. Acarau	0	0	0	0	154	0	25	720
R. Ibiapaba	2	10	51	228	170	74	106	692
R. M. Jaguaribe	0	25	24	0	17	21	396	667
R. Crateús	0	0	254	0	32	23	27	413
R. Cariri Leste	0	3	9	0	72	33	119	378
R. Varzea Alegre	0	49	34	0	67	30	0	264
R. Senador Pompeu	0	0	0	0	3	31	146	210
R. Inhamus	0	0	1	0	5	82	89	197
R. Cariri Oeste	0	0	0	0	21	93	10	164
Ceará	3.894	6.162	48.478	27.287	30.879	6.438	27.693	180.361

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em 2010, a RMF continuou a concentrar 74% do emprego industrial, a região de Sobral e a RM Cariri aumentaram suas participações relativas (8% e 7% respectivamente). O setor calçadista continuou a ser o mais importante em termos de emprego, seguido da construção civil, alimentos e bebidas e minerais não metálicos. Outro ramo que passou a se destacar foi o de madeira e do mobiliário com relevância nas regiões do Acaraú (64%) e Médio Jaguaribe (39%), como observa-se no Tabela 10.

Tabela 10: Emprego Formal na Indústria por Microrregiões do Ceará em 2010

	Ind. Extr. Min.	Ind. Min.não metal.	Ind. Metalúrg.	Ind. mecânica	Ind.mat. Eléct. e comunic.	Ind.mat. transp.	Ind. Mad. E mob.	Ind. do papel
RMF	1.275	5.607	12.192	3.962	1.871	3.342	4.811	7.133
R.Sobral	262	737	138	4	1	0	160	432
RMCA	339	1.598	1.164	409	6	268	284	405
R.B. Jaguaribe	110	2.506	77	51	0	264	210	38
R.Itapipoca	112	32	359	20	0	116	56	94
R.Iguatu	177	438	150	216	8	172	1.017	71
R.Quixeramobim	10	100	181	3	5	0	15	13
R.Aracati	42	231	6	2	0	0	31	20
R.Acarau	7	148	23	7	0	1	1.079	2
R.Baturité	44	191	51	2	1	1	1	9
R.Canindé	124	62	2	3	0	0	21	14
R.Camocim	6	31	1	0	0	1	7	4
R.Senador Pompeu	1	13	5	0	0	0	47	10
R.Ibiapaba	32	29	33	3	0	12	32	6
R.Cariri Leste	7	137	4	1	0	2	35	9
R.M. Jaguaribe	0	0	10	0	3	0	219	68
R.Crateús	50	49	11	0	0	13	18	13
R.Varzea Alegre	1	67	16	0	0	1	21	17
R.Cariri Oeste	7	39	0	0	0	0	2	1
R.Inhamus	48	26	2	0	0	0	0	0
Ceará	2.654	12.041	14.425	4.683	1.895	4.193	8.066	8.359
	Ind. bor. couros	Ind. Quím. prod farmac.	Ind. têxtil	Ind. calçados	Ind. Alim.beb.	Serv. Ind. de utilid. púb.	Const. Civil	Total
RMF	5.409	10.581	66.953	20.599	33.874	5.391	67.149	250.149
R.Sobral	117	269	929	19.603	1.206	339	1.564	25.761
RMCA	1.971	1.715	797	8.304	1.382	507	2.814	21.963
R.B. Jaguaribe	7	48	808	3.917	1.125	131	1.186	10.478
R.Itapipoca	27	13	88	5.920	1.926	138	873	9.774
R.Iguatu	68	5	208	1.682	160	103	251	4.726
R.Quixeramobim	1	64	34	848	337	157	215	1.983
R.Aracati	10	14	87	366	854	35	274	1.972
R.Acarau	0	2	8	0	377	5	25	1.684
R.Baturité	0	102	719	22	258	18	132	1.551
R.Canindé	0	104	134	749	21	50	15	1.299
R.Camocim	0	26	1	702	209	6	140	1.134
R.Senador Pompeu	8	32	46	784	11	7	20	984
R.Ibiapaba	19	37	133	62	260	83	224	965
R.Cariri Leste	30	6	2	0	128	43	498	902
R.M. Jaguaribe	11	30	7	0	24	26	165	563
R.Crateús	1	1	2	4	113	80	181	536
R.Varzea Alegre	25	40	42	0	38	60	68	396
R.Cariri Oeste	0	0	0	0	7	0	101	157
R.Inhamus	2	1	8	0	19	8	41	367
Ceará	7.706	13.090	71.006	63.562	42.329	7.187	75.936	337.344

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Para observar as mudanças ocorridas no setor industrial cearense em termos de distribuição espacial e especialização, analisou-se o quociente locacional. Em 1991, 70% das regiões cearenses apresentaram $QL > 1$ em pelo menos um setor da indústria, como pode ser observado na Tabela 11. Destas a RMF destacava-se, pois tinha $QL > 1$ em onze setores da indústria, o que demonstrava que sua indústria era bem diversificada, efeito das políticas industriais implantadas em décadas anteriores que concentraram os investimentos na RMF. Os setores industriais que se destacavam nas outras regiões eram, extrativa mineral ($QL > 1$ em 7 regiões), minerais não metálicos ($QL > 1$ em 6 regiões) e alimentos em bebidas ($QL > 1$ em 5 regiões), demonstrando que fora da RMF a indústria se caracterizava como elementar (ramos tradicionais), de baixo custo tecnológico e de mão de obra barata.

Tabela 11: Quociente de Localização da Indústria nas Microrregiões Cearenses em 1991

	Ext. Min.	Ind. Min. não metal.	Ind. metalúrgica	Ind. mecânica	Ind.mat. Elét. comunic.	Ind.mat. trans.	Ind.mad. mob.	Ind. papel
RMF	0,944	0,605	1,267	1,254	1,294	1,299	1,164	1,253
RMCA	1,399	5,386	0,373	0,819	0,230	0,131	1,244	0,508
Sobral	0,956	3,695	0,200	0,000	0,000	0,000	0,452	0,209
B. Jaguaribe	1,724	3,855	0,010	0,071	0,000	0,000	0,363	0,105
Itapipoca	0,000	0,054	0,025	0,000	0,000	0,000	0,459	0,109
Crateús	0,000	0,011	0,000	0,000	0,000	0,000	0,204	0,111
Iguatu	2,757	0,102	0,000	0,000	0,000	0,000	0,094	0,021
Ibiapaba	0,000	0,000	0,031	0,215	0,000	0,000	0,149	0,045
Várzea Alegre	0,000	0,019	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Quixeramobim	0,000	0,778	0,000	0,000	0,000	0,000	0,392	0,387
Camocim	2,221	0,158	0,000	0,000	0,000	0,000	0,036	0,163
Cariri Leste	0,000	1,310	0,000	0,325	0,000	0,000	0,562	0,102
Senador Pompeu	0,000	0,044	0,000	0,000	0,000	0,000	0,280	0,036
Baturité	0,000	0,618	0,848	0,000	0,000	0,000	0,162	0,000
Aracati	11,704	10,090	0,000	0,000	0,000	0,000	0,330	0,075
Inhamús	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,045	0,000
Acaraú	0,171	0,725	0,000	0,000	0,000	0,000	0,503	0,000
Cariri Oeste	1,387	0,025	0,029	0,000	0,000	0,000	0,000	0,042
M. Jaguaribe	0,000	0,000	0,033	0,000	0,000	0,000	0,266	0,000
Canindé	1,318	2,570	0,000	0,000	0,000	0,000	0,706	0,053
	Ind. borracha couros	Ind. Quím. farmac.	Ind. têxtil	Ind. calçados	Ind. Alim. bebidas.	Serv. Ind. de util. púb.	Constr. Civil	
RMF	0,950	1,229	1,246	0,977	1,088	1,188	1,191	

RMCA	4,459	0,993	0,114	5,687	0,685	0,330	1,163
Sobral	2,516	0,312	0,755	0,000	0,381	0,483	0,146
B. Jaguaribe	0,000	0,042	0,205	0,000	0,218	0,438	0,261
Itapipoca	0,000	0,000	0,048	0,000	1,550	0,365	0,088
Crateús	0,000	0,000	0,064	0,000	0,019	0,373	0,053
Iguatu	0,000	0,000	0,292	0,000	0,006	0,072	0,000
Ibiapaba	0,000	0,000	0,002	0,000	1,664	0,357	0,057
Várzea Alegre	0,000	0,000	0,033	0,000	0,036	0,284	0,106
Quixeramobim	0,123	0,388	0,419	0,000	0,625	0,698	0,128
Camocim	0,000	0,000	0,000	0,000	0,718	0,361	0,000
Cariri Leste	0,000	0,000	0,000	0,000	0,113	1,518	2,594
Senador Pompeu	0,000	0,000	0,004	2,460	0,047	0,192	0,026
Baturité	0,056	0,078	0,004	0,000	0,778	0,264	0,053
Aracati	0,000	0,000	0,000	0,000	3,252	0,198	0,114
Inhamús	0,000	0,000	0,004	0,000	0,006	0,078	0,015
Acaraú	0,032	0,000	0,000	0,000	5,162	0,199	0,060
Cariri Oeste	0,000	0,000	0,129	0,000	0,024	0,303	0,068
M. Jaguaribe	0,000	0,511	0,046	0,000	0,237	0,371	0,416
Canindé	0,000	0,000	0,062	0,000	0,131	0,359	0,115

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Já em 2000, 80% das regiões apresentaram $QL > 1$. Além da RMF, a RM Cariri passou a apresentar o setor industrial diversificado com $QL > 1$ em 8 ramos industriais, como se vê na Tabela 12. Em parte isto se deve a política de atração de investimentos que trouxe várias indústrias para a região, como a calçadista o que fortaleceu o segmento de couros e calçados da região que já demonstrava importância neste segmento, é importante destacar também a implantação de indústrias de capital local neste período, como a química farmacêutica, mecânica e metalúrgica. O setores da indústria extrativa mineral e minerais não metálicos continuaram a ter importância nas regiões cearenses ($QL > 1$ em 10 e 11 regiões, respectivamente). Os principais produtos destes ramos eram calcário, pedras ornamentais, pedras e cascalhos e argila com comercialização a nível nacional. O setor calçadista passou a se destacar, com $QL > 1$ em 6 regiões, isto decorre da abertura econômica dos anos 1990 que provocou uma crise no setor calçadista, afetado pela concorrência do produto importado, tendo início um processo de reestruturação com deslocamento espacial de parte dessa produção em busca de incentivos fiscais e vantagens locacionais, principalmente pelas indústrias exportadoras. Desta maneira, novas regiões produtoras e exportadoras se constituíram, principalmente no Nordeste, aproveitando os incentivos, o custo da mão de obra e a

maior proximidade com os mercados de exportação com destaque para o Ceará, que tornou-se rapidamente grande produtor e exportador, atraindo fábricas através de renúncia fiscal, fornecendo infraestrutura, treinamento remunerado da força de trabalho. Segundo Araújo (2006), o Ceará na década de 2000 era o terceiro produtor brasileiro de calçados, ficando atrás somente dos estados do Rio Grande do Sul (Vale dos Sinos) e de São Paulo (Franca).

Tabela 12: Quociente de Localização da Indústria nas Microrregiões Cearenses em 2000

	Ext. Min.	Ind. Min. não metal.	Ind. metalúrgica	Ind.mecânica	Ind.mat. Elét. comunic.	Ind.mat. trans.	Ind.mad. mob.	Ind. papel
RMF	0,442	0,659	1,209	1,075	1,362	1,316	0,863	1,263
Sobral	2,289	2,412	0,136	0,000	0,035	0,714	0,872	0,270
RMCA	2,234	1,637	1,307	3,286	0,000	0,128	1,017	0,797
B. Jaguaribe	7,579	7,372	0,048	0,500	0,000	0,000	1,484	0,202
Camocim	9,317	0,512	0,000	0,000	0,000	0,000	0,258	0,127
Iguatu	3,495	1,824	1,310	0,964	0,000	0,000	5,862	0,476
Itapipoca	1,335	0,094	0,073	0,000	0,000	0,000	0,424	0,031
Aracati	2,876	4,260	0,037	0,130	0,078	0,000	0,560	0,119
Quixeramobim	0,000	1,258	1,589	0,034	0,000	0,000	0,340	0,185
Canindé	10,691	2,153	0,000	0,000	0,000	0,000	0,586	0,237
Baturité	1,044	1,082	0,155	1,558	0,644	0,176	0,129	0,000
Acaraú	0,063	1,693	0,000	0,000	0,000	0,000	15,965	0,157
Ibiapaba	0,000	0,000	0,192	0,138	0,000	0,000	0,328	0,263
M. Jaguaribe	0,000	0,316	0,000	0,000	0,000	0,000	5,889	0,120
Crateús	0,000	0,475	0,075	0,000	0,000	0,410	0,184	0,268
Cariri Leste	0,000	1,952	0,046	0,000	0,000	0,000	0,435	0,380
Várzea Alegre	0,000	1,349	0,000	0,000	0,000	0,000	0,233	0,000
Senador Pompeu	0,000	0,364	0,000	0,000	0,000	0,000	0,328	0,150
Inhamús	0,000	0,000	0,751	0,000	0,000	0,000	0,298	0,068
Cariri Oeste	1,182	0,364	0,000	0,000	0,000	0,000	0,062	0,000
	Ind. borracha couros	Ind. Quím. farmac.	Ind. têxtil	Ind. calçados	Ind. Alim. bebidas.	Serv. Ind. de util. púb.	Constr. Civil	
RMF	0,920	1,179	1,309	0,440	0,985	1,039	1,181	
Sobral	0,678	0,432	0,261	7,357	0,783	1,164	0,456	
RMCA	4,905	1,440	0,245	3,387	0,656	0,936	0,655	
B. Jaguaribe	2,034	0,050	0,339	3,670	0,638	0,870	1,051	
Camocim	0,000	0,148	0,000	0,769	8,224	0,468	0,086	
Iguatu	0,170	0,382	0,400	2,959	0,410	1,907	0,499	
Itapipoca	0,000	0,007	0,030	1,356	2,347	0,306	0,081	
Aracati	0,000	0,000	0,023	0,060	2,002	0,000	1,035	
Quixeramobim	0,041	0,143	0,246	0,153	0,377	1,681	0,944	
Canindé	0,000	0,083	0,144	2,771	0,050	1,458	0,148	
Baturité	0,000	1,885	0,007	0,052	0,906	0,000	0,026	

Acaraú	0,000	0,000	0,000	0,000	0,848	0,000	0,154
Ibiapaba	0,042	0,132	0,086	0,679	0,448	0,934	0,311
M. Jaguaribe	0,000	0,705	0,086	0,000	0,096	0,567	2,484
Crateús	0,000	0,000	0,434	0,000	0,086	0,296	0,081
Cariri Leste	0,000	0,062	0,024	0,000	0,295	0,649	0,544
Várzea Alegre	0,000	1,021	0,090	0,000	0,279	0,598	0,000
Senador Pompeu	0,000	0,000	0,000	0,000	0,016	0,783	0,857
Inhamús	0,000	0,000	0,006	0,000	0,048	3,761	0,949
Cariri Oeste	0,000	0,000	0,000	0,000	0,104	2,207	0,055

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em 2010 houve poucas modificações com relação a 2000. 85% das regiões passaram a apresentar $QL > 1$, a RM Cariri junto com a RMF tem uma estrutura industrial diversificada e adquiriram maior capacidade de crescimento em comparação com as outras regiões. Já regiões como Sobral apresentam especialização no setor calçadista ($QL=6,81$), o Baixo Jaguaribe em minerais não metálicos ($QL=8,695$) e Acaraú no setor da madeira e mobiliário ($QL=12,43$). Como pode ser observado na tabela 13. Desta forma percebe-se que apesar da política de atração de investimentos, a indústria cearense continuou sendo de baixo custo tecnológico e mão de obra barata, além de continuar concentrada em poucas cidades.

Tabela 13: Quociente de Localização da Indústria nas Microrregiões Cearenses em 2010

	Ext. Min.	Ind. Min. não metal.	Ind. metalúrgica	Ind. mecânica	Ind.mat. Elét. comunic.	Ind.mat. trans.	Ind.mad. mob.	Ind. papel
RMF	0,689	0,667	1,212	1,213	1,415	1,143	0,855	1,223
Sobral	2,181	1,352	0,211	0,019	0,012	0,000	0,438	1,142
RMCA	2,305	2,395	1,456	1,576	0,057	1,153	0,635	0,874
B. Jaguaribe	1,732	8,695	0,223	0,455	0,000	2,630	1,088	0,190
Itapipoca	1,599	0,101	0,943	0,162	0,000	1,048	0,263	0,426
Iguatu	4,524	2,467	0,705	3,129	0,286	2,782	8,552	0,576
Quixeramobim	0,263	0,581	0,877	0,045	0,185	0,000	0,130	0,109
Aracati	1,156	1,401	0,030	0,031	0,000	0,000	0,281	0,175
Acaraú	0,245	1,142	0,148	0,139	0,000	0,022	12,430	0,022
Baturité	1,359	1,300	0,290	0,035	0,043	0,020	0,010	0,088
Canindé	5,791	0,638	0,017	0,079	0,000	0,000	0,323	0,208
Camocim	0,249	0,284	0,008	0,000	0,000	0,026	0,096	0,053
Senador Pompeu	0,055	0,158	0,051	0,000	0,000	0,000	0,852	0,175
Ibiapaba	0,734	0,147	0,139	0,039	0,000	0,174	0,241	0,044
Cariri Leste	0,300	1,295	0,032	0,024	0,000	0,054	0,494	0,123
M. Jaguaribe	0,000	0,000	0,126	0,000	0,289	0,000	4,952	1,484

Crateús	1,615	0,349	0,065	0,000	0,000	0,266	0,191	0,133
Várzea Alegre	0,046	0,677	0,135	0,000	0,000	0,029	0,317	0,247
Cariri Oeste	0,420	0,516	0,000	0,000	0,000	0,000	0,040	0,019
Inhamús	3,754	0,448	0,029	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Ind. borracha couros	Ind. Quím. farmac.	Ind. têxtil	Ind. calçados	Ind. Alim. bebidas.	Serv. Ind. de util. púb.	Constr. Civil	
RMF	1,006	1,159	1,352	0,465	1,147	1,075	1,268	
Sobral	0,335	0,454	0,289	6,814	0,629	1,042	0,455	
RMCA	4,616	2,364	0,203	2,358	0,589	1,273	0,669	
B. Jaguaribe	0,038	0,153	0,475	2,575	1,110	0,762	0,653	
Itapipoca	0,133	0,038	0,047	3,529	1,724	0,728	0,436	
Iguatu	0,599	0,026	0,199	1,795	0,256	0,972	0,224	
Quixeramobim	0,009	0,342	0,033	0,933	0,557	1,528	0,198	
Aracati	0,095	0,078	0,089	0,421	1,473	0,356	0,264	
Acaraú	0,000	0,014	0,010	0,000	0,828	0,065	0,031	
Baturité	0,000	0,639	0,830	0,028	0,500	0,205	0,142	
Canindé	0,000	0,985	0,234	1,460	0,061	0,862	0,024	
Camocim	0,000	0,219	0,002	1,216	0,544	0,092	0,203	
Senador Pompeu	0,152	0,357	0,095	1,802	0,038	0,142	0,038	
Ibiapaba	0,150	0,172	0,114	0,059	0,374	0,703	0,179	
Cariri Leste	0,443	0,052	0,003	0,000	0,344	0,681	0,747	
M. Jaguaribe	0,260	0,418	0,018	0,000	0,103	0,660	0,396	
Crateús	0,011	0,007	0,002	0,005	0,229	0,954	0,204	
Várzea Alegre	0,395	0,372	0,072	0,000	0,109	1,015	0,109	
Cariri Oeste	0,000	0,000	0,000	0,000	0,026	0,000	0,212	
Inhamús	0,054	0,016	0,023	0,000	0,093	0,231	0,112	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Com relação ao setor de serviços, este era de 372.703 mil em 1990, 73% estava concentrado na RMF como se observa na Tabela 14. A administração pública era o ramo com maior participação relativa no emprego, 90% das regiões cearenses tinham mais de 50% da sua mão de obra concentrada nesta atividade. Isto reflete o peso que o Estado historicamente assumiu na dinâmica econômica nacional, fato que também se reflete em parte das esferas estaduais. Para Cavalcante, Paiva e Trompieri Neto (2010), o significativo peso assumido pela administração pública na geração de empregos formais no Ceará deve ser visto com cautela, já que, em via geral, a intensidade desse setor no total de emprego pode ser considerada inversamente proporcional ao nível de atividade econômica, sendo elevada quando essa é escassa. As RMF e RM Cariri eram as únicas que apresentavam participações relativas do emprego menores que 50% para esta atividade. Outras atividades com participações significativas no emprego eram, o comércio varejista com destaque para RMF (15%), RM Cariri (20%) e Quixeramobim

(14%) e serviços de alojamento e alimentação com destaque para RMF (17%) e Camocim (37%).

Tabela14: Emprego Formal no Setor de Serviços por Microrregiões do Ceará em 1991

	Com. Var.	Com. Atac.	Inst. crédito e afins	Com. e adm. imóveis	Transp. e comunic.	Serv. alojam. aliment.	Serv. médicos	Ensino	Adm púb	Total
RMF	41.985	9.428	12.530	21.775	17.186	46.603	5.340	5.061	112.145	272.053
RMCA	3.050	706	917	263	977	1.113	1.466	182	6.894	15.568
R.Sobral	1.188	709	382	475	484	604	724	8	10.197	14.771
R.B. Jaguaribe	498	181	260	87	33	396	169	0	6.442	8.066
R.Iguatu	102	18	81	4	24	149	70	0	5.831	6.279
R.Itaipoca	171	40	205	89	110	253	68	17	5.143	6.096
R.Crateús	310	64	222	27	48	107	2	45	5.056	5.881
R.Ibiapaba	230	39	246	27	44	213	54	0	4.368	5.221
R.Varzea Alegre	339	46	181	77	16	340	54	35	3.268	4.356
R.Camocim	108	126	90	18	8	1.424	2	0	2.086	3.862
R.Senador Pompeu	111	21	146	59	22	141	45	0	3.190	3.735
R.Quixeramobim	509	108	240	39	43	216	13	17	2.431	3.616
R.Baturité	103	18	137	58	29	254	21	0	2.883	3.503
R.Cariri Leste	362	35	173	35	11	121	234	10	2.439	3.420
R.Inhamus	67	21	80	7	5	30	7	0	3.172	3.389
R.Cariri Oeste	58	13	97	2	2	57	23	0	2.952	3.204
R.M. Jaguaribe	91	46	94	13	1	86	32	0	2.370	2.733
R.Canindé	197	35	102	40	5	146	97	7	1.742	2.371
R.Acarau	16	15	72	19	2	76	0	0	2.109	2.309
R.Aracati	233	221	99	16	35	228	90	2	1.346	2.270
Ceará	49.728	11.890	16.354	23.130	19.085	52.557	8.511	5.384	186.064	372.703

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em 2000, o emprego formal no setor de serviços chegou a 498.110 mil, este continuava concentrado na RMF (72%) como se observa na Tabela 15. A taxa de crescimento entre 1990 e 2000 foi de 3%, os serviços médicos e ensino foram as atividades que apresentaram as maiores taxas de crescimento (10% e 17%, respectivamente), as taxas nos serviços médicos nas regiões cearense variaram entre 6% (Sobral) a 57% (Crateús). No ensino a variação foi de 13% (Várzea Alegre) a 86% (Baixo Jaguaribe). A administração pública continuou sendo a atividade com maior participação no emprego em todas as regiões, o comércio varejista elevou sua participação no emprego em 65% das regiões cearenses. Em parte isto reflete as mudanças ocorridas nos anos 1990 no setor de serviços tanto a nível nacional como estadual. Este passou a absorver mais mão de obra que a indústria, isto se deve as alterações estruturais do sistema capitalista global, que no Brasil ocorreram

principalmente pós-política de estabilização do Plano Real e pós-aprofundamento das reformas institucionais iniciadas no começo da década. Nesse cenário, destacam-se as reformas de cunho neoliberal, envolvendo desregulamentação da economia, abertura e valorização cambial, reinserção do Brasil no fluxo internacional de capitais, além das privatizações. Os resultados são sentidos principalmente, no mercado de trabalho, onde se observa maior processo de terceirização, precarização do trabalho, aumento da rotatividade, maior jornada de trabalho. (ANTUNES, 1999; POCHMANN, 2001). No processo de ajuste do mercado de trabalho na década 1990, ocorre significativa redução do emprego no setor industrial. Porém, este fator acompanhado do crescimento do emprego no setor de comércio e serviços, que funciona como “acomodador” do desemprego, absorvendo parte da força de trabalho liberada pela indústria. Nesse sentido, a maior capacidade de geração de empregos, diferentemente do que acontecera nas décadas de anteriores, deslocou-se do setor industrial para o setor de serviços.

No tocante ao Ceará verificou-se que o crescimento do emprego formal no setor de serviços se apresentou bastante atrelado ao desenvolvimento local da indústria, fruto das políticas de incentivos fiscais e de atração de investimentos.

Tabela 15: Emprego Formal no Setor de Serviços por Microrregiões do Ceará em 2000

	Com. Var.	Com. Atac.	Inst. crédito e afins	Com. e adm. imóveis	Transp. e comunic.	Serv. alojam. aliment.	Serv. médicos	Ensino	Adm púb	Total
RMF	59.076	12.802	8.693	41.252	23.028	48.914	16.295	19.895	131.349	361.304
RMCA	5.605	974	369	466	962	2.325	2.173	1.932	9.319	24.125
R.Sobral	2.706	267	168	617	386	1.177	1.295	1.098	8.878	16.592
R.Itapipoca	573	119	77	1.465	121	2.737	196	290	7.756	13.334
R.B. Jaguaribe	1.465	123	101	46	80	239	318	503	5.556	8.431
R.Baturité	295	10	16	27	50	2.088	152	90	4.777	7.505
R.Crateús	759	85	78	16	63	306	182	190	5.745	7.424
R.Ibiapaba	969	119	97	28	43	352	160	267	5.278	7.313
R.Quixeramobim	983	127	95	133	44	440	429	175	4.741	7.167
R.Iguatu	1.418	254	98	62	127	310	331	325	3.606	6.531
R.Varzea Alegre	459	43	53	9	31	135	174	121	4.067	5.092
R.Cariri Leste	585	39	56	13	49	470	429	136	3.245	5.022
R.Cariri Oeste	108	7	31	4	1.141	222	120	28	2.691	4.352
R.Aracati	679	97	44	58	46	354	24	232	2.707	4.241
R.Senador Pompeu	211	30	42	7	16	337	66	75	3.246	4.030
R.Camocim	398	34	31	13	31	1.133	96	384	1.828	3.948
R.M. Jaguaribe	213	36	40	7	16	17	3	72	2.897	3.301
R.Canindé	381	15	39	16	23	138	229	150	2.160	3.151
R.Acarau	109	8	27	4	25	104	12	134	2.699	3.122
R.Inhamus	790	13	31	0	13	102	40	58	1.078	2.125
Ceará	77.782	15.202	10.186	44.243	26.295	61.900	22.724	26.155	213.623	498.110

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Em 2010, o emprego no setor de serviços chegou a 964.477 mil, houve uma leve desconcentração do emprego da RMF passando de 72% para 69%. A taxa de crescimento entre uma década e outra foi de 7%, as atividades que apresentaram as maiores taxas foram o comércio varejista (9%) e atacadista (7%). Nas regiões as taxas do comércio varejista variaram entre 8% (RMF) a 19% (Itapipoca), no comércio atacadista a variação foi de 7% (RMF) a 44% (Acarau). A administração pública e o comércio varejista continuaram a ser as principais atividades em termos de emprego, como se observa na Tabela 16.

Tabela 16: Emprego Formal no Setor de Serviços por Microrregiões do Ceará em 2010

	Com. Var.	Com. Atac.	Inst. crédito e afins	Com. e adm. imóveis	Transp. e comunic.	Serv. alojam. aliment.	Serv. médicos	Ensino	Adm púb	Total
RMF	125.850	25.151	13.287	119.335	35.915	94.765	21.302	36.760	192.858	665.223
RMCA	13.400	2.287	591	1.958	1.525	4.331	2.644	3.356	20.642	50.734
R.Sobral	6.808	917	505	1.068	588	2.897	2.677	1.274	17.275	34.009
R.Itapipoca	3.180	160	139	454	177	931	432	377	17.723	23.573
R.Ibiapaba	3.866	325	151	232	75	763	378	375	13.086	19.251
R.B. Jaguaribe	4.254	278	214	191	255	588	473	668	11.039	17.960
R.Quixeramobim	2.847	168	161	135	168	695	305	709	11.152	16.340
R.Iguatu	4.029	359	174	325	193	557	305	436	8.130	14.508
R.Baturité	1.538	34	90	383	278	377	226	265	11.062	14.253
R.Crateús	1.927	81	139	72	154	275	102	239	10.630	13.619
R.Camocim	1.096	109	56	80	29	1.690	104	49	9.043	12.256
R.Acarau	630	316	59	44	31	829	48	83	9.672	11.712
R.Cariri Leste	1.513	109	90	38	48	359	227	178	8.495	11.057
R.Aracati	2.295	278	90	158	165	1.015	157	469	6.105	10.732
R.Varzea Alegre	1.410	32	75	40	55	357	113	265	8.146	10.493
R.Canindé	1.163	81	73	41	54	634	39	192	7.230	9.507
R.Cariri Oeste	504	10	44	201	29	102	10	55	7.324	8.279
R.Senador Pompeu	1.035	68	78	19	43	117	50	116	6.507	8.033
R.M. Jaguaribe	640	72	51	179	50	101	6	39	5.471	6.609
R.Inhamus	597	58	48	16	25	1.075	17	82	4.411	6.329
Ceará	178.582	30.893	16.115	124.969	39.857	112.458	29.615	45.987	386.001	964.477

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

No que concerne à especialização das regiões nas atividades de serviços, torna-se importante conhecer, pois segundo Singer (1978), este setor contribui para a expansão da urbanização, já que são atividades que se concentram espacialmente, dando lugar a aglomerações urbanas. Os núcleos destas áreas são constituídos por complexos de serviços, formado por um conjunto de atividades de controle (atividades políticas,

religiosas, financeiras, informática, fiscais e etc.) ao redor das quais se organizam outros serviços que atendem as necessidades da população (escolas, hospitais e etc.). Ou seja, o que torna uma aglomeração ser urbana é o grau de terceirização da economia.

Em 1990 todas as regiões cearenses apresentaram $QL > 1$ em pelo menos uma atividade do setor de serviços, destas 85% apresentaram $QL > 1$ na atividade de administração pública como se observa na Tabela 17. As outras atividades que se destacavam eram o comércio atacadista ($QL > 1$ em 6 regiões), instituições de crédito e afins ($QL > 1$ em 10 regiões) e serviços médicos ($QL > 1$ em 6 regiões). As RMF e RM Cariri apresentavam um setor de serviços bem diversificado ($QL > 1$ em 7 e 5 atividades, respectivamente).

Tabela 17: Quociente de Localização dos Serviços nas Microrregiões Cearenses em 1990

	Comércio varejista	Comércio atacadista	Instituições de crédito e afins	Com. e adm. de imóveis	Transportes e comunic.	Serv. de alojam. aliment.	Serviços médicos	Ensino	Adm púb
RMF	1,103	1,035	1,001	1,229	1,176	1,158	0,819	1,228	0,787
RMCA	1,494	1,447	1,366	0,277	1,247	0,516	4,196	0,824	0,903
Sobral	0,683	1,704	0,668	0,587	0,725	0,328	2,431	0,042	1,566
B. Jaguaribe	0,553	0,841	0,878	0,208	0,096	0,416	1,097	0,000	1,912
Iguatu	0,161	0,119	0,389	0,014	0,099	0,223	0,646	0,000	2,461
Itapipoca	0,230	0,225	0,838	0,257	0,385	0,322	0,534	0,211	1,848
Cratú	0,426	0,368	0,928	0,080	0,172	0,139	0,016	0,571	1,857
Ibiapaba	0,384	0,273	1,250	0,097	0,192	0,337	0,527	0,000	1,951
Várzea Alegre	0,785	0,445	1,274	0,383	0,096	0,745	0,730	0,748	2,022
Camocim	0,262	1,280	0,665	0,094	0,051	3,272	0,028	0,000	1,354
Senador Pompeu	0,299	0,237	1,196	0,342	0,154	0,359	0,708	0,000	2,297
Quixeramobim	1,220	1,083	1,750	0,201	0,269	0,490	0,182	0,376	1,558
Baturité	0,280	0,205	1,134	0,339	0,206	0,654	0,334	0,000	2,097
Cariri Leste	0,914	0,369	1,327	0,190	0,072	0,289	3,450	0,233	1,645
Inhamús	0,202	0,265	0,734	0,045	0,039	0,086	0,123	0,000	2,559
Cariri Oeste	0,181	0,170	0,922	0,013	0,016	0,169	0,420	0,000	2,467
M. Jaguaribe	0,326	0,689	1,024	0,100	0,009	0,291	0,670	0,000	2,269
Canindé	0,781	0,580	1,229	0,341	0,052	0,547	2,246	0,256	1,845
Acaraú	0,049	0,193	0,675	0,126	0,016	0,222	0,000	0,000	1,737
Aracati	0,647	2,567	0,836	0,096	0,253	0,599	1,461	0,051	0,999

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

No ano de 2000, observou-se que a administração pública e os serviços médicos continuam a ter relevância para as regiões cearenses como pode ser observado na Tabela 18. O destaque é o comércio varejista que passou a ter $QL > 1$ em 6 regiões. Em

parte isto é reflexo das mudanças ocorridas no mercado de trabalho nacional, onde o setor de serviços, principalmente o comércio passou a absorver a mão de obra que saía da indústria, face à dificuldade que o setor estava passando devido a abertura comercial, reestruturação produtiva e o aumento da concorrência externa. Outro fator importante foi a previdência rural instituída na Constituição de 1988 e a implementação de políticas sociais de distribuição de renda na metade da década de 1990 que garantiram a boa parte da população o acesso ao consumo. Além das políticas adotadas pelo governo cearense que dinamizou as regiões cearenses.

Tabela 18: Quociente de Localização dos Serviços nas Microrregiões Cearenses em 2000

	Comércio varejista	Comércio atacadista	Instituições de crédito e afins	Com. e adm. de imóveis	Transportes e comunic.	Serv. de alojam. aliment.	Serviços médicos	Ensino	Adm púb
RMF	1,046	1,160	1,176	1,285	1,207	1,089	0,988	1,048	0,847
RMCA	1,396	1,241	0,702	0,204	0,709	0,728	1,852	1,431	0,845
Sobral	0,812	0,410	0,385	0,326	0,343	0,444	1,331	0,980	0,971
Itapipoca	0,330	0,350	0,338	1,482	0,206	1,978	0,386	0,496	1,624
B. Jaguaribe	0,824	0,354	0,434	0,046	0,133	0,169	0,612	0,842	1,138
Baturité	0,269	0,047	0,111	0,043	0,135	2,390	0,474	0,244	1,584
Crateús	0,808	0,463	0,634	0,030	0,198	0,409	0,663	0,601	2,226
Ibiapaba	1,013	0,636	0,774	0,051	0,133	0,462	0,572	0,830	2,008
Quixeramobim	1,013	0,670	0,748	0,241	0,134	0,570	1,514	0,536	1,780
Iguatu	1,340	1,229	0,707	0,103	0,355	0,368	1,071	0,914	1,241
Várzea Alegre	0,758	0,363	0,668	0,026	0,151	0,280	0,983	0,594	2,444
Cariri Leste	0,953	0,325	0,696	0,037	0,236	0,962	2,391	0,659	1,924
Cariri Oeste	0,212	0,070	0,465	0,014	6,629	0,548	0,807	0,164	1,924
Aracati	0,897	0,655	0,444	0,135	0,180	0,587	0,108	0,911	1,301
Senador Pompeu	0,441	0,321	0,670	0,026	0,099	0,885	0,472	0,466	2,469
Camocim	0,467	0,204	0,278	0,027	0,108	1,671	0,386	1,340	0,781
M. Jaguaribe	0,476	0,411	0,682	0,027	0,106	0,048	0,023	0,478	2,355
Canindé	0,836	0,168	0,653	0,062	0,149	0,380	1,720	0,979	1,726
Acaraú	0,238	0,090	0,451	0,015	0,162	0,286	0,090	0,872	2,149
Inhamús	2,999	0,253	0,899	0,000	0,146	0,487	0,520	0,655	1,490

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Houve poucas modificações na especialização do setor de serviços cearenses como observado na Tabela 19. O comércio varejista e a administração pública firmaram sua importância nas regiões cearenses. Os serviços médicos passou a se concentrar nas regiões mais dinâmicas (RMF, RM Cariri e Sobral). Desta forma percebe-se que o setor de serviços no Ceará está distribuído da seguinte maneira, a RMF especializou-se nos

serviços modernos que dependem das vantagens metropolitanas e as demais regiões nas atividades tradicionais.

Tabela 19: Quociente de Localização dos Serviços nas Microrregiões Cearenses em 2010

	Comércio varejista	Comércio atacadista	Instituições de crédito e afins	Com. e adm. de imóveis	Transportes e comunic.	Serv. de alojam. aliment.	Serviços médicos	Ensino	Adm púb
RMF	1,010	1,167	1,182	1,369	1,292	1,208	1,031	1,146	0,716
RMCA	1,354	1,336	0,662	0,283	0,690	0,695	1,611	1,317	0,965
Sobral	0,842	0,656	0,692	0,189	0,326	0,569	1,997	0,612	0,989
Itapipoca	0,675	0,196	0,327	0,138	0,168	0,314	0,553	0,311	1,740
Ibiapaba	1,317	0,640	0,570	0,113	0,114	0,413	0,777	0,496	2,063
B. Jaguaribe	0,995	0,376	0,555	0,064	0,267	0,218	0,667	0,607	1,195
Quixeramobim	1,115	0,380	0,699	0,076	0,295	0,432	0,720	1,078	2,020
Iguatu	1,530	0,788	0,732	0,176	0,328	0,336	0,699	0,643	1,429
Baturité	0,706	0,090	0,458	0,251	0,572	0,275	0,626	0,472	2,349
Crateús	0,925	0,225	0,740	0,049	0,331	0,210	0,295	0,446	2,361
Camocim	0,676	0,389	0,383	0,070	0,080	1,655	0,387	0,117	2,580
Acaraú	0,328	0,950	0,340	0,033	0,072	0,685	0,151	0,168	2,328
Cariri Leste	0,965	0,402	0,636	0,035	0,137	0,363	0,873	0,441	2,506
Aracati	0,939	0,657	0,408	0,092	0,302	0,659	0,387	0,745	1,155
Várzea Alegre	0,960	0,126	0,566	0,039	0,168	0,386	0,464	0,701	2,567
Canindé	0,807	0,325	0,561	0,041	0,168	0,699	0,163	0,517	2,321
Cariri Oeste	0,450	0,052	0,435	0,256	0,116	0,145	0,054	0,191	3,024
Senador Pompeu	0,847	0,322	0,707	0,022	0,158	0,152	0,247	0,369	2,463
M. Jaguaribe	0,654	0,425	0,577	0,261	0,229	0,164	0,037	0,155	2,585
Inhamús	0,694	0,390	0,618	0,027	0,130	1,984	0,119	0,370	2,372

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Mesmo com uma relativa desconcentração do emprego e do PIB, as disparidades entre as regiões cearenses permanecem, principalmente entre a Região Metropolitana de Fortaleza e as demais regiões, mostrando que as políticas adotadas pelo governo nas décadas de 1990 e 2000, estavam atreladas ao ideário neoliberal, tendo como prioridade a modernização produtiva com foco orientado para a reestruturação industrial e a integração produtiva através, da formulação de políticas de competitividade (isenção fiscal). O governo cearense seguiu o projeto hegemônico das elites brasileiras, que buscaram a modernização conservadora, priorizando as partes mais avançadas do país. No Ceará percebe-se que as políticas adotadas, tenderam a privilegiar as cidades do interior que apresentavam condições para a acumulação do capital e que a prioridade era o crescimento econômico. Com a persistência das desigualdades entre as regiões cearenses, a gestão Cid Gomes continuou com o discurso de políticas para a

interiorização do crescimento econômico e criou a Região Metropolitana do Cariri com o intuito de atenuar as disparidades entre o interior e a Região Metropolitana de Fortaleza, como será visto no próximo capítulo.

4 URBANIZAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA NO CARIRI CEARENSE PÓS 1990

4.1 As Políticas de Atração de Investimentos e a Consolidação do Polo Cariri Central

O Cariri Central se insere nas políticas do Governo do Estado, como uma das Áreas de Desenvolvimento Regional (ADR), recebendo investimentos no turismo, na agropecuária, (estes últimos somente a partir do governo Cid Gomes) e na indústria, sendo esta a que mais se destacou em termos de investimento. A economia da região, principalmente das cidades de Crato e Juazeiro do Norte nas décadas que precederam os anos 1990, foi marcada pelo predomínio das atividades terciárias, formadas pelo comércio e serviços. Porém, neste período, o setor industrial recebeu novos investimentos, novas indústrias chegaram às cidades da região, incentivadas pela política de industrialização do estado e atraídas pela mão de obra local – barata, disponível, abundante e menos organizada - pela isenção de impostos e pela infraestrutura (MARIA JUNIOR, 2009).

De acordo com Araújo (2006), em 1996, foram implantadas as indústrias de calçados GRENDENE gerando 1.400 empregos em Crato. Juazeiro do Norte atraiu a fábrica de máquinas de costura e motores elétricos, SINGER, com investimentos em torno de R\$ 8 milhões e 250 empregos diretos, além de pequenas e médias empresas no setor calçadista.

O deslocamento de empresas industriais de outras regiões do país para os municípios do Cariri Central segundo Maria Junior (2009) desencadearam o aumento do processo migratório entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha e as pequenas cidades próximas, pois muitos trabalhadores de vários municípios circunvizinhos incorporaram-se à grande indústria e passaram a consumir o comércio e os serviços dessas cidades dinamizando sua economia urbana.

De acordo com Menezes (2007), o resultado desta política no Cariri cearense foi a consolidação de um parque industrial diversificado tendo como principais setores os ramos calçadistas, medicamentos, confecções, folheados, cerâmica, cimento, alumínio e artesanato. Forma-se o Arranjo Produtivo Local de Calçados do Cariri. Embora a formação deste arranjo se remeta a meados dos anos 1960, momento em que a produção calçadista “evolui” da produção artesanal do couro para a produção de calçados e

produtos sintéticos, foi nos anos 1990, sobretudo com a instalação da Grendene, que o arranjo adquire maior visibilidade. Destaca-se também o setor de serviços, que se consolidou como o ramo de maior participação no PIB da região e maior absorvedor de mão de obra. Desta forma segundo Araújo (2006), as políticas de incentivos fiscais adotadas pelo estado do Ceará na década de 1990 acabaram por consolidar e diversificar o setor industrial e os serviços no Cariri cearense.

A agricultura também foi beneficiada a partir do Governo Cid Gomes (2007-2010/2011-2014), com a criação dos Polos de Desenvolvimento Agrícola (PDA) pelo Governo do Estado que visava fortalecer a agropecuária no cearense. O PDA Cariri é composto pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Barbalha, Brejo Santo, Jardim, Santana do Cariri, Mauriti, Porteiras, Milagres e Abaiara (sendo seis deles pertencentes à RM Cariri).

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2011), o setor agropecuário do Cariri possui relevância, tanto pela economia, no que diz respeito à segurança alimentar, quanto pela prática de cultura existente no território. A agropecuária do território, no entanto, ainda se utiliza de tecnologias ultrapassadas com práticas rudimentares e de subsistência. Somente o excedente do consumo é comercializado, que na maioria das vezes fica à mercê de intermediários.

O Cariri se destaca na produção de mandioca e cana-de-açúcar, chegando a 13 mil toneladas de mandioca com um valor total da produção de R\$ 2 milhões de reais, e a 10 mil toneladas de cana-de-açúcar com um valor total de R\$ 6 milhões de reais em 2010. Outras culturas que merecem destaque são o milho, o feijão e a fava. O território caracteriza-se por apresentar uma grande área de produção dessas culturas, além do que, faz parte da cultura do agricultor familiar cultivá-las. Somente a cultura do milho apresenta uma produção de 52 mil toneladas, correspondendo a um valor da produção de R\$ 20 milhões de reais em 2010. A cultura do feijão corresponde a um montante de R\$ 46 milhões de reais em 2010. Sua área plantada no território é de 63 mil hectares e o total produzido de 30.000 toneladas. Apesar do cultivo da fava não apresentar um valor de produção significativo, é tradicionalmente cultivada na região, chegando a ser comercializada a sua produção em todo estado do Ceará (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2011).

Além dessas culturas cultivadas, o território tem tradição no extrativismo do pequi, onde, o município de Crato se destaca como o maior produtor. O Cariri apresenta uma produção de 2,3 mil toneladas e um valor da produção de R\$ 3 milhões de reais em

2010. De modo geral, o Cariri é único produtor do estado do Ceará, e responde por 33% da produção nacional (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2011).

A pecuária do Cariri está baseada segundo o PTDRS (2011), principalmente, na bovinocultura de leite e na ovinocaprinocultura. Assim como a agricultura, a pecuária ocorre de forma muito rudimentar e sem expressiva importância econômica para a região. Quanto à bovinocultura de leite apresentou em 2010 um efetivo de 170.000 cabeças de bovinos, sendo deste total, 64.127 cabeças de vacas ordenhadas. O Cariri apresentou em 2010 uma produção média de 43 mil litros de leite, cerca de 10% da produção total do estado do Ceará.

A maior produção de mel do estado do Ceará em 2010, com 1,8 mil toneladas de mel e um valor total da produção de R\$ 8,2 milhões de reais, que corresponde a 33% da produção total do estado, é do Cariri. Vale ressaltar que esta atividade está em pleno desenvolvimento, em todo o estado do Ceará, bem como na região. (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2011).

Atividades econômicas como a fruticultura e horticultura também devem ser consideradas, pois apresenta importância no setor produtivo da agropecuária da região, os principais produtos são banana, manga e uva. A região tem agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar como aguardente, açúcar e rapadura; agroindústrias algodoeiras; de processamento de frutas e de produtos derivados do couro e pasteurização, processamento do leite e derivados. Apesar da relevante produção local de frutas e verduras, a agroindústria do Cariri está restrita às pequenas fábricas de cajuína e doces, casas de farinha e engenhos artesanais, além dos tradicionais produtores de aguardente de cana-de-açúcar, atividade primária e secular que se encontra em decadência (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2011).

Após diagnosticar a relevância do setor agropecuário, o Governo do Estado do Ceará elaborou vários projetos para fortalecer o setor, como observado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Programas para o Desenvolvimento Agrícola do Cariri Cearense

Programa Assegurar o Acesso a Terra.	OBJETIVOS
	1. Capacitar Jovens Rurais com vistas ao Acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário/ Nossa Primeira Terra
	2. Desenvolver ações para os agregados da reforma agrária
	3. Desenvolvimento de ações visando à desapropriação de terras
Programa Regularização Fundiária e Crédito	
	1. Georeferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais
	2. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
Programa Fortalecimento dos Assentamentos da Reforma Agrária	
	1. Planos de manejo para as áreas de assentamentos de reforma agrária
	2. Desenvolver ações para os agregados da reforma agrária
	3. Acelerar o processo de desapropriação de terras
Programa: Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Arranjos Produtivos Locais	
	1. Implantação de sistemas de produção integrada de base agroecológica – Sistema PAIS
	2. Produção de Hortaliças Orgânicas;
	3. Implantação de casas comunitárias de sementes (banco de sementes) para
– APL' s e de Atividades de Base Familiar	
	Agricultura Familiar
	1. Instalação de Laboratórios de Análise de Solos, Água e Tecidos Vegetais
	2. Estruturação e Fortalecimento do APL do Pequi e outros frutos oriundos da atividade extrativista
	3. Apoio ao desenvolvimento do APL de Apicultura com maquinário adequado
	4. Apoio ao desenvolvimento do APL de Caprinocultura e Ovinocultura
	5. Apoio ao desenvolvimento do APL de Mandiocultura e seus derivados e subprodutos
	6. Apoio ao desenvolvimento do APL de Leite e Derivados
	7. Apoio ao desenvolvimento do APL de Artesanato
	8. Apoio ao desenvolvimento do APL da Fruticultura
Programa Assegurar Bases de Serviços no Apoio ao Desenvolvimento Territorial	
	1. Apoio à estruturação de cooperativas de créditos, produção e comercialização
	2. Estruturação de Bases de Serviços de Comercialização

	3. Universalizar os Serviços de Assistência Técnica no Território
Programa Implantação de agroindústria	
	1. Implantação e modernização de mini unidades de processamento de Caju (semi-artesanal)
	2. Modernização e implantação de casas de farinha no território
	3. Modernização e implantação das casas de mel para obtenção de certificação
	4. Projeto de beneficiamento e aproveitamento dos subprodutos das agroindústrias;
	5. Construção de laticínios;
	6. Construção de entreposto de mel;

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2011.

Com relação ao turismo, os investimentos focalizaram o ecoturismo e a religiosidade da região. O turismo religioso segundo Mosinho e Moreira (2012), impulsionou o desenvolvimento econômico de Juazeiro do Norte e transformou a cidade em um fenômeno com referência à religiosidade, sendo um dos maiores centros de romarias e peregrinações da América Latina, além de ser uma das maiores cidades do estado do Ceará. Esta atividade originou-se a partir das manifestações de caráter religioso, como as romarias, motivadas pela figura de Padre Cícero, as imagens de Nossa Senhora das Candeias e de Nossa Senhora das Dores, atraindo visitantes a Juazeiro do Norte durante todo o ano. Todos estes fatos motivam romarias e, para quase a maioria dos romeiros que se deslocam para Juazeiro do Norte, cada um desses eventos é importante e considerado como religioso, tendo em vista que para eles Padre Cícero é santo e tem a mesma importância, se não mais que as outras padroeiras da cidade. Ano após ano, com as romarias, fazem gastos em consumo como alimentação e surgem investimentos no comércio, atividade calçadista, na produção joia folheada e na construção de meios de hospedagem. Mosinho e Moreira (2012) afirmam que os romeiros chegam a gastar R\$19.415.771,00 reais no período que ficam em Juazeiro do Norte. Desta maneira o Governo do Estado priorizou investimentos em infraestrutura na cidade, estes são o roteiro da fé, Avenida do Contorno e o Centro de Apoio ao Romeiro que estão em fase de construção.

No que concerne ao ecoturismo, de acordo com Gianella e Callou (2011), os investimentos do Governo do Estado se concentraram na construção da sede do Geopark Araripe e obras de infraestrutura nos geossítios. Para Gianella e Callou (2011), um geoparque ou geopark trata-se de uma área delimitada que tenha significativas

exposições geológicas, paleontológicas ou geomorfológicas e que seja grande o suficiente para o desenvolvimento sustentável e que haja uma população em seu interior, a qual, necessariamente, deverá ser beneficiada com sua criação. Os geoparques são gerenciados pelas mais diversas instituições, desde universidades, institutos, organizações privadas como também através de organizações não governamentais. Essas instituições procuram promover campanhas para a educação ambiental das comunidades que vivem nos geoparques, como também dos turistas que os visitam. O único geoparque brasileiro, o Geoparque Araripe, é gerenciado pela URCA (Universidade Regional do Cariri), como sede em Crato-Ce.

O Geoparque Araripe compõe uma área de aproximadamente 3.520,52 km², abrangendo as cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Nova Olinda e Missão Velha. Elas compõem os Geossítios, que são a Colina do Horto onde se encontra a estátua do Padre Cícero, fundador da cidade de Juazeiro do Norte. A Cachoeira de Missão Velha que surgiu a partir da escavação de 12 metros das águas do Rio Salgado em rochas de arenito, formando quedas de água. A Floresta Petrificada do Cariri que constitui uma gruta por volta de 8 metros, repleta de rochas muito antigas. O Geossítio Batateira que constitui uma cascata que vem do Rio Batateira. O Geossítio Pedra Cariri onde existe uma grande quantidade de fósseis, onde foram preservados num calcário amarelo desenhos de insetos, como baratas e grilos, além de outros animais já extintos. O Pontal de Santa Cruz que constitui um mirante com quase 900 metros de altitude. O Parque dos Pterossauros que é um geossítio administrado pelo Museu de Paleontologia da URCA, que fica em Santana do Cariri. Nessa localidade há uma grande quantidade de peixes fossilizados, além de rochas que contém restos de pterossauros. O geossítio Ponte de Pedra que constitui uma passagem de rocha natural, que fica sobre um estreito e profundo vale, resultante da movimentação das águas nos últimos 50 milhões de anos atrás. Por último, o geossítio Riacho do Meio, localizado no município de Barbalha. Esse geossítio é rico pela flora e pela fauna, além de possuir fontes de água natural. A criação de um geoparque, tende a estimular a sustentabilidade econômica das comunidades locais.

As políticas implantadas trouxeram grandes transformações na estrutura espacial das cidades do Cariri principalmente no CRAJUBAR e na paisagem urbana. Novos elementos espaciais passaram a fazer parte do cotidiano urbano dos cidadãos, dando um ar de modernização e de “capital” no interior. Dentre os principais investimentos feitos nos últimos anos na região do Cariri destacam-se a reforma do Cariri Shopping em

Juazeiro do Norte, onde o seu tamanho foi duplicado, um investimento de R\$ 50 milhões; o Atacadão, filial do grupo francês Carrefour, sendo a primeira filial no estado do Ceará, além da vinda do Hiper Bom Preço; a criação da Universidade Federal do Cariri e os Centros de Especialidades Odontológicas. Estão, ainda, em fase de construção outros equipamentos urbanos, sendo eles dois novos shoppings centers em Juazeiro do Norte, o primeiro será o Shopping Juazeiro, com um investimento de R\$ 50 milhões e o segundo o Shopping Juazeiro Open Mall, com um investimento de R\$ 30 milhões. O aumento significativo de condomínios e apartamentos também entra no rol dos grandes investimentos feitos na região, produzindo um novo espaço urbano, sobretudo em Juazeiro do Norte, com o processo de verticalização (MARIA JUNIOR, 2009).

De acordo com Beserra (2006), com os incentivos à indústria outros equipamentos também chegaram para dar suporte à região. O SEBRAE tem uma parceria ativa com a FIEC e o SINDINDÚSTRIA, na medida em que não só apoiam os micro e pequenos empresários com cursos de capacitação, mas também elaboram projetos e acompanham a sua execução para a instalação de novas unidades de produção. A SDLR é o braço do governo que gerencia muitas dessas atividades, inclusive orientando para a diversificação das atividades industriais. A FIEC e suas “casas” (SESC, SESI, SENAI), juntamente com o SINE-IDT, encarregam-se de capacitar a mão de obra e encaminhá-las na medida em que a demanda surge.

Para Lima Junior e Macedo (2011), o processo de modernização política e econômica, vivenciado no final da década de 1980 e início da década de 1990 teve como base programas de promoção do desenvolvimento combinando velhos instrumentos desenvolvimentistas a um contexto de intervenção neoliberal, cujo elemento importante foi a busca pela interiorização desse processo. Essa dinâmica foi intensificada na década de 2000 com outros ajustamentos feitos na gestão de Cid Gomes (2007-2010/2011-2014), que é filiado ao PSB, mas que deu continuidade à consolidação do projeto econômico de modernização capitalista dando prioridade à atração de empresas via incentivos fiscais e defendendo a efetivação de grandes obras para o estado, com forte discurso de atenção para a interiorização do crescimento econômico.

Os resultados destes investimentos na dinâmica urbana e econômica Cariri central podem ser visualizados a seguir.

No que concerne a população em 1991 esta era de 421.407 mil habitantes como se vê na Tabela 20. A taxa de urbanização da região chegou a 71%, no entanto 86% da população urbana da região se concentravam nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Esta ultima cidade passou a ter a taxa de urbanização superior a 50%, acentuando ainda mais a concentração da urbanização na tríade CRAJUBAR. Em 2000 a população total da região era de 497.782 mil habitantes, a taxa de crescimento foi de 2%, a população rural apresentou crescimento ínfimo de 0,2%, a população urbana apresentou um crescimento de 2%. A região passa a ter mais um município com taxa de urbanização superior a 50%, Nova Olinda, porém 85% da população urbana estavam concentradas no triângulo CRAJUBAR.

Tabela 20: Evolução da População e da Taxa de Urbanização do Cariri Central em 1991 e 2000 (Mil Habitantes)

Município	1991		2000	
	População Total	Taxa de Urbanização	População Total	Taxa de Urbanização
Barbalha	38.430	63%	47.031	65%
Caririaçu	21.318	34%	25.733	41%
Crato	90.519	78%	104.646	80%
Farias Brito	17.625	39%	20.315	43%
Jardim	23.964	22%	26.414	28%
Juazeiro do Norte	173.566	95%	212.133	95%
Missão Velha	29.228	37%	32.586	39%
Nova Olinda	11.354	42%	12.077	53%
Santana do Cariri	15.403	37%	16.847	49%
Total	421.407	71%	497.782	75%

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA.

Em 2010 a população da região era de 564.478 mil habitantes como observado na Tabela 21. A taxa de crescimento da população foi de apenas 1,3%, a população rural decresceu 0,5% e a urbana manteve a mensma taxa de crescimento de 2%. A taxa de urbanização da RM Cariri era de 79%, apenas três municípios da região apresentavam taxas de urbanização inferior a 50%, eram eles Jardim, Missão velha e Farias Brito. Porém a população total e urbana estavam adensadas (76% e 66% respectivamente) apenas em três cidades, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Tabela 21: População Total e Taxa de Urbanização do Cariri Central em 2010 (Mil Habitantes)

Municípios	População Total	Taxa de Urbanização
Juazeiro do Norte	249.939	96%
Crato	121.428	83%
Barbalha	55.323	69%
Missão Velha	34.274	45%
Jardim	26.688	34%
Caririaçu	26.393	53%
Farias Brito	19.007	47%
Santana do Cariri	17.170	51%
Nova Olinda	14.256	68%
Total	564.478	79%

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA

Com relação ao PIB, este em 1996 foi R\$629,7 milhões. O setor de serviços ampliou sua participação no Produto Interno Bruto com uma participação de 71% como observado na Tabela 22, essa tendência ocorreu em todo o estado do Ceará que na década de 1990 passou a concentrar o comércio e serviços na metrópole, como também nas cidades “regionais”, redirecionando parte dos fluxos e intensificando as relações interurbanas existentes no seio da rede urbana cearense. Principalmente as relações existentes entre essas cidades e os centros locais circunvizinhos, tornando as pequenas cidades dependentes das cidades polos, não somente do emprego, mas de serviços, principalmente de saúde e de educação. A participação da indústria no PIB caiu acentuadamente e ficou atrás da agropecuária, em parte isto se deve às mudanças econômicas que o país passava nesta época e que prejudicou o setor industrial como todo.

Tabela 22: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Central em 1996 (R\$1.000)

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
Barbalha	15.012,72	21%	18.827,86	26%	39.025,57	54%	72.866,16
Caririaçu	11.285,37	71%	69,3	0,40%	4.600,13	29%	15.954,80
Crato	15.425,43	8%	20.390,50	11%	149.904,34	81%	185.720,28
Farias Brito	9.470,81	57%	158,96	1%	7.104,72	42%	16.734,50
Jardim	14.384,26	58%	245,2	1%	10.053,82	41%	24.683,29
Juazeiro do Norte	3.456,91	1%	43.621,74	17%	214.961,73	82%	262.040,37
Missão Velha	16.029,43	56%	1.539,31	5%	11.247,79	39%	28.816,53
Nova Olinda	2.131,57	24%	1.788,68	20%	5.132,98	57%	9.053,23
Santana do Cariri	8.711,81	63%	633,76	5%	4.545,62	33%	13.891,20
Total	95.908,32	15%	87.275,31	14%	446.576,72	71%	629.760,35

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IPEADATA
(Ano base=2000)

O PIB da região em 2000 foi de R\$ 1,027 bilhões, como visto na Tabela 23, a taxa de crescimento foi de 13%, o PIB industrial apresentou a maior taxa de crescimento 22%. Os setores de serviço e indústria apresentaram a maior participação com valores de R\$ 683,5 milhões e R\$ 191,3 milhões respectivamente. A participação da indústria volta a crescer reflexo da maturação das políticas de industrialização ocorridas na década de 1990. O setor de serviços mantém-se como o que mais contribui para a formação do PIB carirense, mesmo diante da realidade estadual, que tem, desde os anos 1990, priorizado programas de desenvolvimento industrial. Porém, como dito anteriormente os investimentos industriais desencadearam um processo migratório entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha e as pequenas cidades próximas, pois muitos trabalhadores de vários municípios circunvizinhos incorporaram-se à grande indústria e passaram a consumir o comércio e os serviços dessas cidades dinamizando sua economia urbana.

Tabela 23: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Central em 2000 (R\$1.000)

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	Total
Barbalha	7.411,00	7%	31.987,00	29%	61.660,00	55%	10.546,00	9%	111.605,00
Caririaçu	5.765,00	20%	2.668,00	9%	19.734,00	69%	479	2%	28.646,00
Crato	10.218,00	4%	50.174,00	18%	186.546,00	67%	30.711,00	11%	277.649,00
Farias Brito	3.330,00	20%	2.256,00	13%	15.883,00	95%	435	3%	16.734,50
Jardim	5.929,00	21%	2.410,00	9%	18.674,00	67%	700	3%	27.714,00
Juazeiro do Norte	3.227,00	1%	90.413,00	19%	328.145,00	69%	52.843,00	11%	474.629,00
Missão Velha	10.235,00	25%	3.821,00	9%	25.184,00	62%	1.354,00	3%	40.594,00
Nova Olinda	2.263,00	12%	4.894,00	25%	11.547,00	59%	926	5%	19.631,00
Santana do Cariri	5.996,00	24%	2.745,00	11%	16.205,00	64%	390	2%	25.336,00
Total	54.374,00	5%	191.368,00	19%	683.578,00	67%	98.384,00	10%	1.027.704,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IBGE
(Ano base = 2000)

Com relação ao Produto Interno Bruto da região em 2010, este era de R\$ 3, 823 bilhões, como observado na Tabela 24. A taxa de crescimento entre uma década e outra foi de 14%, a indústria e os serviços apresentaram taxas de crescimento de 13% e 15% respectivamente. O setor de serviços continuou a ter maior participação (71%) no PIB da RM Cariri, seguido da indústria (18%). 85% do PIB da região estavam concentrados nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, e Juazeiro do Norte sozinha respondia a 51% do PIB da região.

Tabela 24: Produto Interno Bruto a Preços Constantes do Cariri Central em 2010 (R\$1.000)

Municípios	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	Total
Juazeiro do Norte	5.910,00	0,3%	336.084,00	17%	1.422.691,00	73%	195.284,00	10%	1.959.969,00
Crato	21.879,00	3%	125.149,00	15%	617.150,00	73%	82.251,00	10%	846.429,00
Barbalha	12.627,00	3%	133.553,00	29%	266.877,00	59%	41.353,00	9%	454.410,00
Missão Velha	17.203,00	11%	26.899,00	18%	101.246,00	67%	6.362,00	4%	151.710,00
Jardim	11.041,00	11%	9.064,00	9%	79.329,00	77%	3.325,00	3%	102.759,00
Caririaçu	7.384,00	8%	11.682,00	12%	72.643,00	76%	3.369,00	4%	95.078,00
Farias Brito	5.055,00	7%	8.076,00	11%	57.807,00	78%	3.084,00	4%	74.022,00
Santana do Cariri	13.223,00	18%	8.558,00	12%	49.713,00	68%	2.081,00	3%	73.575,00
Nova Olinda	4.558,00	7%	14.200,00	22%	43.089,00	66%	3.321,00	5%	65.168,00
Total	98.880,00	3%	673.265,00	18%	2.710.545,00	71%	340.430,00	9%	3.823.120,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do IBGE
(Ano base = 2000)

Com relação ao emprego formal, em 1991 este era de 20.934 mil, como observado na Tabela 25. Mesmo com a queda acentuada do PIB industrial, este setor ainda empregava 21% dos trabalhadores formais da região, o setor de serviços e administração pública empregavam 56% dos trabalhadores. Evidencia-se que algumas cidades da região como Farias Brito, Jardim, Caririáçu e Santana do Cariri tinham quase 100% da dos seus trabalhadores formais neste setor, refletindo o peso que o Estado historicamente assumiu na dinâmica econômica nacional, fato que também se reflete em parte das esferas estaduais e municipais.

Tabela 25: Número de Empregos Formais por Setor no Cariri Central em 1991

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Construção Civil	%	Comércio	%	Serviços e Adm. Pública	%	Total
Barbalha	33	1%	1.172	50%	34	1%	107	5%	980	42%	2.326
Caririáçu	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	745	100%	745
Crato	35	1%	781	14%	489	9%	1.155	20%	3.180	56%	5.640
Farias Brito	0	0%	3	0,4%	0	0%	3	0,4%	748	99%	754
Jardim	0	0%	4	1%	0	0%	6	2%	280	97%	290
Juazeiro do Norte	11	0,1%	2.221	22%	253	3%	2.459	24%	5.142	51%	10.086
Missão Velha	0	0%	73	21%	206	58%	18	5%	56	16%	353
Nova Olinda	0	0%	48	17%	0	0%	6	2%	235	81%	289
Santana do Cariri	0	0%	3	0,7%	0	0%	2	0,4%	446	99%	451
Total	79	0,4%	4.305	21%	982	5%	3.756	18%	11.812	56%	20.934

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

No ano 2000, o número de empregos formais elevou-se para 35.637 como se observa na Tabela 26. A taxa de crescimento em relação a 1990 foi de 5%. O setor de serviços e administração pública permanece como os setores que mais empregam na região, com crescimento de 4% entre uma década e outra. Um dos fatores que poderia explicar isto foi a chegada de instituições e órgãos públicos para a região. Já no caso das cidades de porte pequeno que fazem parte da região, o baixo dinamismo econômico, setor industrial e comércio limitado, fazem com que o ramo da administração pública absorva os trabalhadores. A indústria é o segundo setor que mais emprega na região, o crescimento do emprego foi 9% em relação a 1990, reflexo da chegada de indústrias para a região, o comércio também se destaca com uma elevação de 6% no número de trabalhadores empregados.

Tabela 26: Número de Empregos Formais por Setor no Cariri Central em 2000

Município	Agropecuária	%	Indústria	%	Construção Civil	%	Comércio	%	Serviços e Adm. Pública	%	Total
Barbalha	24	0,7%	1.235	37%	84	2%	279	8%	1.760	52%	3.382
Caririaçu	0	0%	0	0%	0	0%	18	2%	898	98%	916
Crato	20	0,20%	3.826	38%	217	2%	1.574	16%	4.452	44%	10.089
Farias Brito	0	0%	10	1%	5	1%	11	1%	938	97%	964
Jardim	1	0,17%	3	0,50%	0	0%	29	5%	571	95%	604
Juazeiro do Norte	21	0,12%	4.950	28%	588	3%	4.570	26%	7.478	42%	17.607
Missão Velha	3	0,41%	1	0,14%	2	0,28%	50	7%	667	92%	723
Nova Olinda	0	0%	219	32%	0	0%	45	7%	412	61%	676
Santana do Cariri	0	0%	219	32%	0	0%	45	7%	412	61%	676
Total	69	0,19%	10.463	29%	896	3%	6.621	19%	17.588	49%	35.637

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Em 2010 o número de empregos formais chegou a 72.817 mil, a taxa de crescimento entre uma década e outra foi de 7%. A construção civil e a agropecuária apresentaram as maiores taxas de crescimento 12% e 22%, respectivamente. Na agropecuária este crescimento se deve a programas voltados a fortalecer o setor agropecuário na região. Já a construção civil se beneficiou da política nacional de habitação implantada na década de 2000. Os serviços e administração pública aparecem como os maiores empregadores (48%), seguidos da indústria (26%) e comércio (21%), como observado na Tabela 27.

Tabela 27: Número de Empregos Formais por Setor no Cariri Central em 2010

	Indústria		Construção civil		Comercio		Serviços e Adm. Púb.		Agropecuária		Total
Juazeiro do Norte	10.628	27%	1.729	4%	10.617	27%	16.377	42%	5	0,01%	39.356
Crato	4.689	29%	545	3%	3.523	22%	7.514	46%	80	0,5%	16.351
Barbalha	2.994	40%	98	1%	948	13%	3.311	45%	86	1%	7.437
Missão Velha	78	4%	208	10%	148	7%	1.318	64%	315	15%	2.067
Jardim	78	4%	5	0%	95	5%	1.826	91%	7	0,4%	2.011
Caririaçu	2	0%	217	11%	87	5%	1.584	84%	2	0,1%	1.892
Nova Olinda	460	33%	1	0%	87	6%	838	60%	0	0%	1.386
Farias Brito	59	5%	3	0%	67	6%	1.050	89%	0	0%	1.179
Santana do Cariri	72	6%	0	0%	49	4%	999	88%	18	2%	1.138
Total	19.060	26%	2.806	4%	15.621	21%	34.817	48%	513	1%	72.817

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Analisando o emprego industrial na região, observam-se mudanças significativas entre 1991 e 2000, o emprego cresceu 7,8%, no início da década. Os ramos que mais empregavam eram a indústria de minerais não metálicos (25,6%), borracha e couros (16,8%), alimentos e bebidas (13,6%) e construção civil (18,6%). Em 2000 a indústria calçadista desponta como principal ramo em termos de geração de emprego, 42,4% dos trabalhadores da região estavam empregados nesta atividade, esta indústria cresceu 29,6% em uma década, enquanto que a indústria de minerais não metálicos decresceu 7,8%. Além da indústria calçadista, alimentos e bebidas (9,3%), borracha e couros (8,8%) e a construção civil (8,3%) continuaram a ter certa relevância na geração de emprego. Analisando o emprego industrial por município em 1990 observou-se que 93% dos postos de trabalho estavam concentrados nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Em Barbalha a indústria de minerais não metálicos e alimentos e bebidas eram os ramos que mais empregavam. No Crato a construção civil e a indústria de minerais não metálicos eram as atividades que mais absorviam mão de obra. Juazeiro do Norte tinha seus trabalhadores concentrados nos ramos da indústria de borracha e couros, calçados e alimentos e bebidas e os demais municípios tinha a construção civil como principal atividade em termos de emprego como se pode observar na Tabela 28.

Tabela 28: Número de Empregos Formais na Indústria do Cariri Central em 1991

	Barbalha		Crato		Juazeiro do Norte		Demais Municípios		Total
Extr. Min.	30	2,5%	71	5,6%	0	0,0%	2	0,6%	103
Ind. minerais não metal.	844	70,0%	320	25,2%	149	6,0%	43	12,8%	1.356
Ind. Metalúrgica	3	0,2%	46	3,6%	34	1,4%	0	0,0%	83
Ind. Mecânica	0	0,0%	1	0,1%	0	0,0%	51	15,1%	52
Ind.mat. elétrico e de comunic.	0	0,0%	6	0,5%	7	0,3%	0	0,0%	13
Ind.mat. de transporte	0	0,0%	0	0,0%	4	0,2%	0	0,0%	4
Ind. madeira e do mobiliário	6	0,5%	49	3,9%	114	4,6%	2	0,6%	171
Ind. do papel	0	0,0%	7	0,6%	70	2,8%	0	0,0%	77
Ind. da borracha couros	0	0,0%	15	1,2%	875	35,4%	0	0,0%	890
Ind. química de produtos farmac.	21	1,7%	82	6,5%	110	4,4%	0	0,0%	213
Ind. têxtil	23	1,9%	16	1,3%	125	5,1%	0	0,0%	164
Ind. de calçados	10	0,8%	1	0,1%	345	13,9%	0	0,0%	356
Ind. alimentos, bebidas.	225	18,7%	167	13,1%	311	12,6%	16	4,7%	719
Serv. Ind. de utilidade públ.	10	0,8%	0	0,0%	77	3,1%	17	5,0%	104
Construção Civil	34	2,8%	489	38,5%	253	10,2%	206	61,1%	982
Total	1.206		1.270		2.474		337		5.287

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Barbalha em 2000 apresentou um setor industrial diversificado em termos de emprego, tendo como destaque a indústria de minerais não metálicos, produtos farmacêuticos, calçadista e alimentos e bebidas (Tabela 29). Já o Crato devido à instalação da Grendene na década de 1990 tinha a indústria de calçados como principal absorvedora da sua mão de obra. Juazeiro do Norte tinha a indústria de borracha e couros, calçadista e a construção civil como principais ramos em termos de emprego, neste período destacou-se também a indústria extrativa mineral nos demais municípios, devido à produção da Pedra Cariri (calcário laminado). Este ramo é composto por um aglomerado de pequenas pedreiras e constitui a principal fonte de renda desses municípios. Estimativas recentemente realizadas indicam uma produção de 100.000 m² mensais, que geram uma renda bruta de um milhão de reais mensais. O mercado consumidor do calcário laminado está restrito quase exclusivamente à região Nordeste do país, com algumas vendas para estados da região Norte, os municípios que mais se destacam são Nova Olinda e Santana do Cariri (CASTRO, 2009).

Tabela 29: Número de Empregos Formais na Indústria do Cariri Central em 2000

	Barbalha		Crato		Juazeiro do Norte		Demais Municípios		Total
Extr. Min.	26	2,0%	28	0,7%	21	0,4%	238	67%	313
Ind. minerais não metal.	188	14,3%	262	6,5%	99	1,8%	54	15%	603
Ind. Metalúrgica	35	2,7%	121	3,0%	215	3,9%	0	0%	371
Ind. Mecânica	0	0,0%	26	0,6%	375	6,8%	0	0%	401
Ind.mat. elétrico e de comunic.	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0%	0
Ind.mat. de transporte	0	0,0%	8	0,2%	0	0,0%	0	0%	8
Ind. madeira e do mobiliário	21	1,6%	85	2,1%	151	2,7%	3	1%	260
Ind. do papel	6	0,5%	18	0,4%	154	2,8%	0	0%	178
Ind. da borracha couros	53	4,0%	53	1,3%	880	15,9%	0	0%	986
Ind. química de produtos farmac.	189	14,3%	138	3,4%	125	2,3%	6	2%	458
Ind. têxtil	128	9,7%	29	0,7%	455	8,2%	0	0%	612
Ind. de calçados	222	16,8%	2.698	66,7%	1.851	33,4%	0	0%	4.771
Ind. alimentos, bebidas.	366	27,7%	234	5,8%	440	7,9%	6	2%	1.046
Serv. Ind. de utilidade púb.	1	0,1%	126	3,1%	184	3,3%	0	0%	311
Construção Civil	84	6,4%	217	5,4%	588	10,6%	48	14%	937
Total	1.319		4.043		5.538		355		11.255

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Em 2010 o setor industrial tinha 21.963 empregos gerados, a taxa de crescimento entre uma década e outra foi de 6,9%. Observa-se que 94,5% do emprego industrial estava concentrado nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Esta última apresentava um setor industrial diversificado tendo como principais atividades a indústria farmacêutica, borracha e couros e calçados. Crato tinha 51% dos seus trabalhadores empregados na indústria calçadista, no caso somente em uma única fábrica a Grendene. Juazeiro do Norte além da indústria de calçados tinha a construção civil e borracha e couros como atividades importantes em termos de emprego. Todos os ramos industriais apresentaram taxas de crescimento positivas, com destaque para a indústria de material de transporte que cresceu 42,1%, isto ocorreu devido a instalação da fábrica de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Bom Sinal em Barbalha, porém os ramos calçadistas e construção civil eram os que concentravam a maior parte da mão de obra da região 38% e 13% respectivamente como se observa na Tabela 30.

Tabela 30: Número de Empregos Formais na Indústria do Cariri Central em 2010

	Barbalha		Crato		Juazeiro do Norte		Demais Municípios		Total
Extr. Min.	34	1%	64	1%	44	0,4%	197	17%	339
Ind. minerais não metal.	289	9%	612	12%	283	2%	414	35%	1.598
Ind. metalúrgica	16	1%	274	5%	849	7%	25	2%	1.164
Ind. Mecânica	8	0%	11	0,2%	390	3%	0	0%	409
Ind.mat. elétrico e de comunic.	4	0%	0	0%	2	0,02%	0	0%	6
Ind.mat. de transporte	256	8%	0	0%	12	0,10%	0	0%	268
Ind. madeira e do mobiliário	42	1%	67	1%	172	1%	3	0%	284
Ind. do papel	8	0%	230	4%	167	1%	0	0%	405
Ind. da borracha couros	540	17%	14	0,3%	1.411	11%	6	1%	1.971
Ind. química de produtos farmac.	920	30%	284	5%	505	4%	6	1%	1.715
Ind. têxtil	83	3%	126	2%	556	4%	32	3%	797
Ind. de calçados	667	21%	2.688	51%	4.949	40%	0	0%	8.304
Ind. alimentos, bebidas.	141	5%	265	5%	948	8%	28	2%	1.382
Serv. Ind. de utilidade púb.	2	0%	78	1%	384	3%	43	4%	507
Construção Civil	100	3%	548	10%	1.732	14%	434	37%	2.814
Total	3.110		5.261		12.404		1.188		21.963

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Com relação a especialização produtiva da RMCA, a região encontravam-se em 1991 especializada nos setores de extrativa mineral, minerais não metálicos, mecânica, madeira e mobiliário, borracha e couros, calçadista, química, serviços industriais de utilidade pública e construção civil. Como se observa na Tabela 31. A região apresentava um setor industrial bem diversificado, porém a maior parte da indústria da região se concentrava nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Tabela 31: Quociente de Localização da Indústria no Cariri Central em 1991

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri
Extr. Min.	1,66	0,00	3,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78	0,00
Ind. minerais não metal.	13,90	0,00	5,00	0,00	0,00	1,20	0,00	17,79	0,00
Ind. metalúrgica	0,06	0,00	0,83	0,00	0,00	0,32	0,00	0,00	0,00
Ind. mecânica	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	14,58	0,00	0,00
Ind.mat. elétrico e de comunic.	0,00	0,00	0,43	0,00	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00
Ind.mat. de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,00	0,00	0,00
Ind. madeira e do mobiliário	0,19	0,00	1,44	0,00	0,00	1,71	0,00	1,55	0,00
Ind. do papel	0,00	0,00	0,19	0,00	0,00	0,95	0,00	0,00	0,00
Ind. da borracha couros	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	8,95	0,00	0,00	0,00
Ind. química de produtos farmac.	0,42	0,00	1,54	0,00	0,00	1,06	0,00	0,00	0,00
Ind. têxtil	0,07	0,00	0,05	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,00
Ind. de calçados	0,68	0,00	0,06	0,00	0,00	11,44	0,00	0,00	0,00
Ind. alimentos, bebidas.	0,91	0,00	0,64	0,00	0,00	0,61	0,28	0,00	0,00
Serv. Ind. de utilidade púb.	0,13	0,00	0,00	16,20	16,20	0,50	0,35	0,34	16,20
Construção Civil	0,17	0,00	2,34	0,00	0,00	0,62	4,48	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

No ano 2000, o destaque é a descentralização da indústria calçadista como se observa na Tabela 32, que antes encontrava-se somente na cidade de Juazeiro do Norte porém, com a implementação das políticas de atração de investimentos as cidades de Crato e Barbalha beneficiaram-se com a vinda de indústrias, principalmente a calçadista.

Tabela 32: Quociente de Localização da Indústria no Cariri Central em 2000

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri
Extr. Min.	1,31	0,00	0,46	0,00	0,00	0,25	0,00	49,81	42,80
Ind. minerais não metal.	3,58	0,00	1,63	0,00	0,00	0,45	0,00	6,19	0,00
Ind. metalúrgica	0,87	0,00	0,98	0,00	0,00	1,27	0,00	0,00	0,00
Ind. mecânica	0,00	0,00	0,49	0,00	0,00	5,17	0,00	0,00	0,00
Ind.mat. elétrico e de comunic.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind.mat. de transporte	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ind. madeira e do mobiliário	0,58	0,00	0,77	7,29	0,00	0,99	0,00	0,00	0,00
Ind. do papel	0,19	0,00	0,19	0,00	0,00	1,16	0,00	0,00	0,00
Ind. da borracha couros	1,86	0,00	0,61	0,00	0,00	7,37	0,00	0,00	0,00
Ind. química de produtos farmac.	4,20	0,00	1,00	11,72	0,00	0,66	0,00	0,00	0,00
Ind. têxtil	0,36	0,00	0,03	0,00	0,00	0,31	0,00	0,00	0,00
Ind. de calçados	1,11	0,00	4,42	0,00	0,00	2,21	0,00	0,00	0,00
Ind. alimentos, bebidas.	1,62	0,00	0,34	0,39	5,84	0,46	1,95	0,03	0,00
Serv. Ind. de utilidade públ.	0,02	0,00	0,87	0,00	0,00	0,93	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	0,41	0,00	0,35	2,17	0,00	0,69	4,34	0,00	2,32

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Em 2010, todos os municípios da RMCA tinham $QL > 1$ em pelo menos um setor industrial. Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha tinham $QL > 1$ em seis setores da indústria, o que demonstra certa diversificação nas suas estruturas produtivas. O destaque se dá em Barbalha que apresentou maior importância no ramo de material de transporte (6,62), em decorrência da instalação da indústria de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), responsável pela construção do metrô do Cariri e do Metrofor. Outros destaques são Nova Olinda (36,42 em extrativa mineral e 19,55 em minerais não metálicos) e Santana do Cariri (112,93 em extrativa mineral), grandes produtoras da Pedra Cariri (calcário laminado) e que tiveram suas indústrias formalizadas. Como pode ser observado na Tabela 33.

Tabela 33: Quociente de Localização da Indústria no Cariri Central em 2010

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri
Extr. Min.	1,39	0,00	1,55	0,00	0,00	0,45	0,00	36,42	112,93
Ind. minerais não metal.	2,60	0,00	3,26	0,00	21,25	0,64	1,86	19,55	3,11
Ind. metalúrgica	0,12	0,00	1,22	0,00	0,00	1,60	2,04	0,00	0,00
Ind. mecânica	0,19	0,00	0,15	0,00	0,00	2,26	0,00	0,00	0,00
Ind.mat. elétrico e de comunic.	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
Ind.mat. de transporte	6,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00
Ind. madeira e do mobiliário	0,56	0,00	0,53	0,00	0,00	0,58	0,00	0,27	0,00
Ind. do papel	0,10	0,00	1,76	0,00	0,00	0,54	0,00	0,00	0,00
Ind. da borracha couros	7,60	0,00	0,12	0,00	3,16	4,98	0,00	0,00	0,00
Ind. química de produtos farmac.	7,62	0,00	1,39	2,41	0,00	1,05	0,00	0,00	0,00
Ind. têxtil	0,13	0,00	0,11	0,74	0,00	0,21	0,32	0,03	0,00
Ind. de calçados	1,14	0,00	2,71	0,00	0,00	2,12	0,00	0,00	0,00
Ind. alimentos, bebidas.	0,36	0,07	0,40	0,25	0,86	0,61	0,42	0,00	0,00
Serv. Ind. de utilidade púb.	0,03	0,00	0,70	31,52	0,00	1,45	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	0,14	4,40	0,46	0,21	0,27	0,62	3,23	0,01	0,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Com relação ao setor de serviços, foram gerados 15.568 empregos em 1991 (Tabela 34), as atividades de comércio varejista (19,6%), administração pública (44,3%) e serviços médicos (9,4%) eram as que mais empregavam. Ainda em 1990, 83% do emprego no setor de serviços estavam concentrados nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Esta última tinha a administração pública e os serviços médicos como as atividades que mais empregavam no setor de serviços, a cidade é um importante polo regional de saúde e conta com um complexo hospitalar que compreende um centro de oncologia de referência em todo o Nordeste. No Crato além da administração pública e o comércio, os serviços de alojamento e alimentação e os serviços médicos também se destacavam como atividades geradoras de emprego. Juazeiro do Norte concentrava sua mão de obra na administração pública e no comércio varejista. Os demais municípios dependiam da administração pública para absorver sua mão de obra.

Tabela 34: Número de Empregos Formais nos Serviços do Cariri Central em 1991

	Barbalha		Crato		Juazeiro do Norte		Demais Municípios		Total
Comércio varejista	99	9,1%	955	22,0%	1.963	25,8%	33	1,3%	3.050
Comércio atacadista	8	0,7%	200	4,6%	496	6,5%	2	0,1%	706
Instit. de crédito e afins	56	5,2%	220	5,1%	573	7,5%	68	2,7%	917
Com. e adm. de imóveis	12	1,1%	90	2,1%	160	2,1%	1	0,0%	263
Transportes e comunic.	70	6,4%	271	6,3%	636	8,4%	0	0,0%	977
Serv. de alojamento, aliment.	123	11,3%	426	9,8%	521	6,9%	43	1,7%	1.113
Serviços médicos	408	37,5%	461	10,6%	573	7,5%	24	0,9%	1.466
Ensino	8	0,7%	59	1,4%	115	1,5%	0	0,0%	182
Adm. Pub.	303	27,9%	1.653	38,1%	2.564	33,7%	2.374	93,3%	6.894
Total	1.087		4.335		7.601		2.545		15.568

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Em 2000 o emprego neste setor cresceu 4,5% passando para 24.125 empregos gerados como visto na Tabela 35. A maior taxa de crescimento neste período foi do ramo ensino 26,6% isto se deveu a instalação na região de unidades do CENTEC e do CVT. Além do surgimento de Faculdades particulares que direcionam seus cursos para áreas específicas da administração, marketing, ciências contábeis etc. Não se esquecendo da URCA, já existente na região desde a década de 1980 e, recentemente, da UFC, que já instalou um campus na região. Porém, apenas 8% dos trabalhadores se encontram neste setor, a administração pública (38,6%) e o comércio varejista (23,2%) continuaram a ser os ramos que mais empregam na região. As modificações no setor de serviços nos municípios da região do Cariri central em 2000 foram poucas, Barbalha continuou tendo a administração pública e os serviços médicos como principais setores em termos de emprego. Juazeiro do Norte concentrava seus trabalhadores nas atividades de comércio varejista e administração pública. Somente o Crato diversificou suas atividades, administração pública, comércio varejista, serviços de alojamento e ensino eram os setores que mais empregavam neste período.

Tabela 35: Número de Empregos Formais nos Serviços do Cariri Central em 2000

	Barbalha		Crato		Juazeiro do Norte		Demais municípios		Total
Comércio varejista	227	11,1%	1.365	22,7%	3.865	32,1%	148	3,7%	5.605
Comércio atacadista	52	2,6%	209	3,5%	705	5,9%	8	0,2%	974
Instit. de crédito e afins	27	1,3%	111	1,8%	208	1,7%	23	0,6%	369
Com. e adm. de imóveis	15	0,7%	174	2,9%	268	2,2%	9	0,2%	466
Transportes e comunic.	28	1,4%	279	4,6%	644	5,3%	11	0,3%	962
Serv. de alojamento, aliment.	231	11,3%	981	16,3%	942	7,8%	171	4,3%	2.325
Serviços médicos	542	26,6%	612	10,2%	790	6,6%	229	5,7%	2.173
Ensino	141	6,9%	1.059	17,6%	690	5,7%	42	1,0%	1.932
Adm. Pub.	776	38,1%	1.236	20,5%	3.936	32,7%	3.371	84,0%	9.319
Total	2.039		6.026		12.048		4.012		24.125

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

O setor de serviços cresceu 8% de 2000 para 2010 com destaque para atividade de compra e administração de imóveis que cresceu 15%. Porém a administração pública e o comércio varejista continuaram sendo as atividades que concentram a maior parte dos trabalhadores da região, 41% e 26%, respectivamente. Analisando o setor por município não houve modificações durante a década. Barbalha continuou tendo os serviços médicos e administração pública como principais atividades em termos de emprego. Crato e Juazeiro do Norte além da administração pública tem o comércio varejista como principal atividade e os outros municípios dependem totalmente da administração pública para absorver mão de obra. (Como se vê na tabela 36).

Tabela 36: Número de Empregos Formais nos Serviços do Cariri Central em 2010

	Barbalha		Crato		Juazeiro do Norte		Demais Municípios		Total
Comércio varejista	586	14%	3.189	29%	9.114	34%	511	6%	13.400
Comércio atacadista	363	8%	347	3%	1.552	6%	25	0%	2.287
Instituições de crédito e afins	37	1%	180	2%	337	1%	37	0%	591
Com. e adm. de imóveis	246	6%	552	5%	1.140	4%	20	0,24%	1.958
Transportes e comunic.	79	2%	381	3%	1.024	4%	41	0,50%	1.525
Serv. de alojam. aliment.	309	7%	1.115	10%	2.776	10%	131	2%	4.331
Serviços médicos	902	21%	800	7%	875	3%	67	1%	2.644
Ensino	198	5%	1.213	11%	1.912	7%	33	0,40%	3.356
Adm. Pub.	1.561	36%	3.322	30%	8.364	31%	7.395	90%	20.642
Total	4.281		11.099		27.094		8.260		50.734

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Com relação a especialização dos municípios do Cariri Cearense no setor de serviços, em 1991, o setor de serviços mostrava-se diversificado, principalmente nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que eram especializadas nas atividades do comércio varejista, atacadista, instituições de créditos e afins, serviços médicos e ensino, como se vê na Tabela 37. As demais cidades eram especializadas na administração pública, o que demonstrava o baixo dinamismo econômico e pouca capacidade destas cidades de atrair investimentos privados.

Tabela 37: Quociente de Localização dos Serviços no Cariri Central em 1991

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri
Comércio varejista	0,687	0,000	1,661	0,030	0,105	1,947	1,834	0,188	0,034
Comércio atacadista	0,231	0,000	1,449	0,000	0,220	2,050	0,000	0,000	0,000
Instituições de crédito e afins	1,183	0,247	1,166	0,459	1,044	1,731	7,138	0,000	0,461
Com. e adm. de imóveis	0,176	0,000	0,331	0,000	0,000	0,336	0,000	0,066	0,000
Transportes e comunic.	1,277	0,000	1,240	0,000	0,000	1,659	0,000	0,000	0,000
Serv. de alojam. aliment.	0,789	0,047	0,685	0,000	0,073	0,478	3,109	0,000	0,031
Serviços médicos	16,476	0,000	4,668	0,000	3,684	3,309	0,000	0,000	0,000
Ensino	0,514	0,000	0,950	0,000	0,000	1,056	0,000	0,000	0,000
Adm púb	0,559	1,972	0,765	1,959	1,684	0,677	0,000	1,948	1,948

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Em 2000, o destaque foi a especialização das cidades de Caririaçu, Jardim e Missão Velha nos serviços médicos, como se vê na Tabela 38. Em parte isto se deve aos programas do governo brasileiro voltados para a área da saúde, como o Programa Saúde da Família e a construção por parte do governo cearense de policlínicas para atendimentos mais urgentes nestas cidades.

Tabela 38: Quociente de Localização dos Serviços no Cariri Central em 2000

	Barbalha	Caririacu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missao Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri
Comércio varejista	0,713	0,126	1,451	0,074	0,288	2,056	0,393	0,631	0,052
Comércio atacadista	0,839	0,000	1,141	0,000	0,110	1,925	0,275	0,000	0,000
Instituições de crédito e afins	0,648	0,160	0,902	0,103	0,408	0,845	0,478	0,000	0,787
Com. e adm. de imóveis	0,083	0,049	0,326	0,048	0,019	0,251	0,000	0,000	0,000
Transportes e comunic.	0,261	0,021	0,880	0,040	0,063	1,016	0,080	0,042	0,102
Serv. de alojam. aliment.	0,914	0,009	1,314	0,221	0,928	0,631	0,270	0,389	0,628
Serviços médicos	5,828	1,604	2,227	0,855	1,133	1,438	2,844	0,048	0,000
Ensino	1,318	0,354	3,349	0,020	0,222	1,091	0,266	0,292	0,000
Adm púb	0,885	2,043	0,477	2,122	1,767	0,760	1,719	1,939	2,076

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

No ano de 2010, os serviços mais especializados (ensino, serviços médicos e instituições de crédito e afins) voltam a se concentrar no núcleo CRAJUBAR. As demais cidades voltam a especializar-se apenas na administração pública, como se vê na

Tabela 39. Isto é reflexo da concentração de investimento das políticas do governo cearense nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, propiciando a vinda de investimentos privados como faculdades privadas, redes de lojas e supermercados e clínicas particulares.

Tabela 39: Quociente de Localização dos Serviços no Cariri Central em 2010

	Barbalha	Caririaçu	Crato	Farias Brito	Jardim	Juazeiro do Norte	Missão Velha	Nova Olinda	Santana do Cariri
Comércio varejista	0,74	0,28	1,55	0,32	0,27	1,82	0,46	0,50	0,25
Comércio atacadista	2,65	0,00	0,98	0,00	0,00	1,79	0,53	0,00	0,00
Instituições de crédito e afins	0,52	0,21	0,97	0,58	0,16	0,75	0,29	0,19	0,28
Com. e adm. de imóveis	0,44	0,03	0,38	0,01	0,04	0,33	0,01	0,02	0,00
Transportes e comunic.	0,45	0,06	0,83	0,06	0,14	0,92	0,08	0,41	0,05
Serv. de alojam. aliment.	0,62	0,06	0,86	0,06	0,19	0,88	0,23	0,18	0,06
Serviços médicos	6,88	0,04	2,35	0,00	0,53	1,05	0,76	0,00	0,00
Ensino	0,97	0,21	2,30	0,04	0,00	1,48	0,04	0,04	0,18
Adm púb	0,91	2,30	0,75	2,29	2,24	0,77	2,09	2,15	2,32

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos da RAIS

Atualmente, a economia da região se caracteriza por ser fundamentalmente terciária. O setor de comércio e de serviços teve uma inserção intensa nas últimas décadas, com o crescimento dos serviços de saúde e educação (principalmente de nível superior) como as clínicas e hospitais especializados. Órgãos públicos federais e estaduais também passaram a se abrigar na região (Polícia Federal, Receita Federal, CREDE, SEBRAE, IBGE, etc.) o que contribui para a influência regional exercida por esse polo (AMORA E COSTA, 2007). Na região também se alojam filiais de cadeias regionais e nacionais (Farmácias Pague-Menos, MACAVI, Supermercado Hiper Bom Preço) e algumas franquias (Boticário, Acqua de Fiori, Água de Cheiro). Esta dinâmica comercial favorece a permanência de destacados bancos privados e de bancos de desenvolvimento, além dos públicos.

O Cariri cresceu substancialmente, porém, vale salientar que todo este crescimento é fruto das políticas de atração de investimento implementadas nas últimas décadas no estado do Ceará. E que a escolha da região como foco principal para investimentos não foi por acaso. O rápido crescimento urbano das cidades de Juazeiro do Norte e Crato, acoplada com as tradições festivas e culturais de Barbalha chamou a atenção do capital público e privado, que as enxergaram como um lugar atrativo e de

futuro promissor dentro dos seus interesses. Destacadamente Juazeiro do Norte e Crato sempre figuraram como centros importantes na rede urbana cearense. Salienta-se que nos anos 1990 essas cidades cresceram e as políticas estaduais deram evidência a estas cidades e contribuíram de forma significativa para a inserção delas no circuito nacional e global. Desta forma elas acabaram se tornando centros regionais (principalmente Juazeiro do Norte) centralizando diversas atividades e exercendo uma força centrípeta em relação às demais cidades circunvizinhas. A pesquisa da Rede de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE (2008) apresenta Juazeiro do Norte e Crato com uma influência regional de cerca de 36 cidades entre estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba, sendo elas classificadas como Capital Regional C. O crescimento econômico e urbano da região acabou criando precedentes para a criação da Região Metropolitana do Cariri.

4.2 Institucionalização da Região Metropolitana do Cariri

A Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) foi instituída em 29 de junho de 2009, pela Lei complementar estadual do Ceará nº78 de 2009. Segundo o Art. 1º (2009), a institucionalização da Região Metropolitana do Cariri, face ao que dispõe o Art. 43 da Constituição Estadual, constituída pelo agrupamento dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Essa região metropolitana é fruto do Projeto Cidades do Ceará que tem como objetivo combater a pobreza do Estado e reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o Interior, através do compartilhamento entre as duas RMs (Fortaleza e Cariri) da atração de população, equipamentos, serviços e investimentos públicos e privados. O governo do estado do Ceará na gestão de Cid Gomes (2007-2010/2011-2014) elegeu o desenvolvimento regional como uma das prioridades do seu governo. (CIDADES DO CEARÁ, 2008).

Como parte dessa estratégia, a Secretaria das Cidades está à frente de um programa de desenvolvimento de polos regionais, que visa – a partir do fomento às regiões econômicas potenciais, da integração de políticas públicas, da provisão de serviços urbanos e da promoção da participação de agentes e instituições locais -,

fortalecer regiões e cidades com capacidade de absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, proporcionar o desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, a Secretaria das Cidades lançou o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – Cidades do Ceará Cariri Central. Este programa visava estimular a economia, melhorar a infraestrutura urbana e ampliar as capacidades específicas de cada município do Cariri. Ao todo, cerca de R\$ 130 milhões foram investidos em toda a região.

O Projeto Cidades do Ceará (Cariri Central) se constituiu, como experiência-piloto, a ser replicada nas demais regiões do estado. Através dele, a Secretaria das Cidades pretendeu fortalecer o Cariri Central, transformando-o numa região capaz de dividir com a capital a atração de população, equipamentos, atividades bens e serviços, tendo como objetivos específicos: promover o desenvolvimento econômico; melhorar a infraestrutura urbana; e ampliar a capacidade de gestão regional do Cariri Central, que compreende os municípios de Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri (CIDADES DO CEARÁ, 2008).

Os critérios utilizados para seleção dessa região levaram em consideração, entre outros: os investimentos públicos já existentes na região; a existência de atividades produtivas competitivas para o Estado, notadamente a indústria de calçados e o turismo; o elevado poder de atração de investimentos e de geração de empregos formais na região; a capacidade das citadas atividades em alavancar o desenvolvimento da região; e o processo de polarização regional constituído por mais de um município.

A implementação do Projeto envolveu recursos da ordem de US\$ 66 milhões (aproximadamente 70% dos quais financiados pelo BIRD e aproximadamente 30% constituídos por recursos de contrapartida do Governo do Estado, neles incluídas as participações financeiras dos municípios, quando cabível). Estimou-se que os investimentos seriam realizados durante um período de cinco anos.

Dentre os investimentos previstos, destacam-se o aterro consorciado do Cariri, Centro de Inovação Tecnológica do Setor de Calçados e a instituição do Núcleo de Gestão Sócio-ambiental do Cariri, Recuperação Ambiental e Urbanização no Bairro Seminário (Crato), Requalificação das Praças Centrais (Crato), Requalificação da Área Central (Farias Brito), Centro Multifuncional de Serviços (Juazeiro do Norte), Serviços de Sinalização e Pavimentação do Centro Histórico de Barbalha, Urbanização de vias urbanas nos municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Cariri, Missão Velha e

Jardim. Outros investimentos já em andamento são a CEASA na cidade de Barbalha com um orçamento de R\$ 6,9 milhões, o Centro de Convenções na cidade do Crato orçado em R\$ 7,7 milhões, o trem do Cariri que liga as cidades de Crato e Juazeiro do Norte e o Hospital Regional do Cariri na cidade de Juazeiro do Norte, estes já em funcionamento com investimentos de R\$ 25 milhões e R\$ 44 milhões respectivamente.

A Região Metropolitana do Cariri apresenta fragilidades, tanto do ponto de vista institucional quanto do desenvolvimento regional. No que concerne ao institucional, não há observância do fator metropolitano na região. Isto não ocorre somente com a RM Cariri, boa parte das RMs criadas a partir da década de 1990 apresenta este problema. Segundo Moura (2006), antes de 1988 a institucionalização de regiões metropolitanas no Brasil surgiu como uma resposta ao fenômeno da metropolização e suas consequências no que concerne à concentração de população, atividades e renda, agudizando a desigualdade e a segregação em alguns pontos do território nacional. Constituiu um conjunto de ações que combinaram a identificação da situação problema, a institucionalização das áreas identificadas, a definição do rol de serviços a serem contemplados, a destinação de recursos e a organização de uma estrutura de gestão. Porém, após a Constituição de 1988 que transfere poderes aos estados para criarem suas próprias regiões metropolitanas. Estes vêm continuamente institucionalizando unidades regionais, quase sempre de âmbito metropolitano. A inexistência de critérios definidos pela lei maior ou por normas específicas que traduzam conceitualmente as novas categorias institucionais e instrua demarcações e classificações regionais têm levado à criação de unidades bastante distintas e, até certo ponto, incomparáveis.

Para Moura (2006) ocorre uma apropriação generalizada da expressão “metropolitana”, adjetivando qualquer ordem de aglomeração urbana e mesmo de conjuntos de municípios não aglomerados, desvirtuando, portanto, o conteúdo conceitual. Para a autora essas novas RMs não conferem aderência à precisão conceitual que identifica uma unidade metropolitana. Tampouco demonstram ter desencadeado um processo articulado de gestão que responda ao objetivo das disposições constitucionais que é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

De acordo com Moura (2006), o fenômeno metropolitano deve ser entendido como processo e não como forma que se pré-define a partir da legislação. A metropolização pode ser entendida como um momento de maior complexidade do processo de urbanização, pois, na medida em que concentra de maneira crescente os

homens, as atividades e as riquezas nas aglomerações de várias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais, fortemente integrada a economia internacional. A metropolização é acompanhada de transformações significativas das grandes cidades, de seus arredores e de seu ambiente, constituindo espaços urbanizados mais e mais vastos, formados a partir de diversas grandes cidades, cada vez menos ligadas a uma economia regional e cujo interior se transforma em espaços de serviços e lazer. A metropolização constitui-se num fenômeno que vai além da dimensão territorial, mas, refere-se aos modos de vida e produção. Por isso não pode ser capturado por limites previamente definidas.

Para Lencioni (2006), o conceito de metrópole é bastante polissêmico, ou seja, tem vários significados, segundo diferentes autores. O vocábulo metrópole vem do grego e significa cidade-mãe. Hoje em dia, sejam quais forem as interpretações do que vem a ser metrópole, alguns pontos são comuns.

De acordo com Lencioni (2006), um primeiro ponto é o seu tamanho, a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação a sua extensão territorial, este ponto é relativo, o que é considerado grandes dimensões em um país, pode não ser em outro. O segundo ponto é que a metrópole tem uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior, eles são voltados para a administração e gestão do capital das grandes empresas, bem como aos serviços relativos diretamente ao setor financeiro, como bancos, ou seja, voltados para a gestão da reprodução do capital que envolve, também, a esfera pública e a política. Um terceiro é que ela consiste num lócus privilegiado de inovação. O quarto ponto diz que a metrópole constitui um ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, face a globalização, essa concentração se torna importante, pois permite superar distâncias e revolucionar a relação espaço – tempo, tornando-se necessário para a gestão da reprodução do capital. O quinto ponto é que a metrópole se constitui em um nó significativo de redes, sejam de transportes, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder e cidades.

Segundo Lencioni (2006), com relação à metropolização, é um processo relacionado ao espaço, implica um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplas, intensos e permanentes. Com a presença de cidades conurbadas bem como a concentração das condições gerais necessárias as

particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais. As características da metrópole fazem-se presentes nos espaços metropolizados.

Para Moura (2006), as novas RMs são aglomerações urbanas que, correspondem a uma mancha contínua de ocupação constituída por mais de uma unidade municipal, envolvendo intensos fluxos intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional, agregadas por integração socioeconômica decorrente de especialização, complementação e/ou suplementação funcional. Pode ser derivada de periferização de um centro principal por sobre municípios vizinhos; da conurbação entre núcleos de tamanho equivalente ou não, mesmo sem periferia, polarizada por estes centros urbanos; da incorporação de municípios próximos, independentemente de continuidade de mancha, desde que mantenham relações intensas ou ainda resultante do sítio geográfico (cidades geminadas).

O movimento contínuo de institucionalização de RMs segundo Moura (2006), pode estar resultando mais da falta de estratégias e políticas de desenvolvimento regional que de movimentos autênticos e representativos das regiões, na busca de organização do espaço, ou da existência de aglomerações urbanas que exijam ações conjuntas para o exercício das funções públicas de interesse comum. A simples instituição de unidades regionais cria apenas um recorte, uma embalagem, que nem sempre reflete uma configuração espacial. Tampouco induz ao estreitamento de relações entre segmentos que consolidam uma dimensão política com efetivo poder regional – possível apenas se legitimamente articulada entre as forças que produzem o espaço, corporificando uma unidade de gestão. Outro fator que está relacionado à institucionalização das RMs é o interesse político, pois há o desejo de status, devido o peso simbólico destas estarem relacionado ao progresso e a modernidade.

Lencioni (2006) corrobora com Moura (2006), ao dizer que a institucionalização das novas RMs exprime muito mais o objetivo de buscar soluções comuns para o desafio do planejamento territorial. A maior parte das cidades que fazem parte das novas RMs, devido seu processo histórico de ocupação, se desenvolveram e se tornaram polos regionais, fator este que faz com que os estados transformem estes polos em RMs.

Posto isto, a Região Metropolitana do Cariri não se configura como uma região metropolitana de fato apesar, do seu crescimento econômico e da sua área de influência, sobre os demais municípios do sul do Ceará e de alguns municípios dos estados do Pernambuco e Paraíba, esta se configura apenas como um aglomerado urbano não metropolitano.

Com relação ao desenvolvimento regional, a região foi criada para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior. Porém, sabe-se que uma política de desenvolvimento que centraliza investimentos em um único ponto do território não obtém os resultados esperados. Outro fator da fragilidade da política é o histórico de políticas públicas no Ceará para desenvolver o interior, tenderem sempre a centralizar investimentos em áreas já dinâmicas, beneficiando apenas a região ou o território escolhido, deixando a margem os demais espaços. No caso da Região Metropolitana do Cariri os investimentos concentram-se no núcleo CRAJUBAR enquanto, as seis cidades que fazem parte da região ficam a margem e dependentes das cidades centrais. Ser região metropolitana significa estabelecer planos conjuntos, respeitando as assimetrias de cada cidade, pois é evidente que todos os municípios da RM Cariri não estão no mesmo patamar, seja de população, seja de oportunidade de emprego e renda.

Desta forma, percebe-se que as políticas de atração de investimentos adotadas pelo estado do Ceará nas décadas de 1990 e 2000, acabaram por consolidar um mercado de trabalho de tamanho considerável no Cariri cearense (72.817) e diversificou seu setor industrial e de serviços e se tornou um dos polos de desenvolvimento do Ceará, com uma das maiores concentrações populacionais e principal eixo econômico do sul do estado, exercendo uma influência que extravasa os limites do Ceará, polarizando as áreas limítrofes dos estados da Paraíba, Piauí e Pernambuco, além da própria região sul do Ceará, propiciando a criação da sua região metropolitana. Essa polarização se dá devido à boa localização geográfica e acessibilidade: centro geográfico do Nordeste, equidistante cerca de 600 km das principais cidades da região e com fácil acesso a um mercado de cerca de 40 milhões de consumidores, além da aproximação física das três principais cidades (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), o que contribui para a formação de uma grande área conurbada. Este contexto local é um reflexo do cenário nacional e estadual. A emergência de novos conjuntos espaciais, polarizadores do crescimento da população urbana, que passaram a desempenhar o papel de centros metropolitanos à escala regional, reflete o dinamismo sócio-espacial do interior do país. Na última década, por exemplo, a indústria brasileira cresceu nas cidades médias e nas franjas peri-metropolitanas devido as políticas de isenção fiscal, convertendo esses territórios em polos de atração de migrações internas e inter-regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observou-se neste trabalho, a ocupação do espaço antecede o modo de produção capitalista, essa característica está gravada no espaço pelas marcas de cada etapa do modo de produção, desde a fase comercial até o capitalismo financeiro. Mas foi na fase do capitalismo industrial que a ocupação do espaço (urbanização) tornou-se intensa. O espaço passa a ser o instrumento capitalista de acumulação, devido o seu caráter de aglomeração, fundamental para a reprodução do capital e da força de trabalho. Durante os séculos XIX e XX, a urbanização e a industrialização foram processos associados.

Tal qual visto, no Brasil, o processo de urbanização se divide em três fases: a primeira fase vai do século XV até o primeiro quarto do século XX. Segundo Santos (2009), as cidades eram bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. As cidades nesta época surgiram com funções de caráter político-administrativas (associada às atividades do porto para embarque de produtos primários) ou de defesa (contra os ataques de países interessados na expansão). A segunda fase começa a partir dos anos 1930 com o processo de industrialização do país, de acordo com Brandão (2007), este fenômeno atingirá cada região do Brasil de forma diferente devido a inserção de cada uma delas na economia nacional. E a terceira fase começou a partir dos anos 1980, onde segundo Mota (2001) o processo de urbanização no Brasil se manteve acelerado e apresentou situações de grande diversidade no território nacional destacando-se: interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferação dos centros urbanos; formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano.

Como visto, no que concerne ao Ceará, mais precisamente o Cariri, a sua ocupação está associada à circulação dos excedentes agrícolas produzidos e reproduzidos sob a hegemonia do capital mercantil e em decorrência do desenvolvimento da pecuária extensiva que promoveu a ocupação territorial do Ceará. Sua rede urbana surge a partir da ocupação do sul do Ceará, em decorrência das condições climáticas propícias para a agricultura, esta atividade se desenvolveu e se diversificou passando a região a crescer e receber influências comerciais de outros lugares, tornando-se uma região voltada para o comércio varejista, além disso sua posição geográfica lhe favorecia, já que se encontrava nas divisas do Ceará com o

Pernambuco, Paraíba e Piauí, desta forma a região do Cariri se tornou bastante visitada e assumiu uma posição comercial de destaque no interior cearense.

Em decorrência do seu destaque econômico e do poder de barganha alcançado pela classe política do Cariri no contexto da política cearense, classe política fundada em grupos familiares da aristocracia rural e da nova elite surgida com advento comercial da região ainda no século XIX, a partir dos anos 1960 a região passou por mudanças na sua estrutura produtiva devido as políticas de planejamento industrial do governo do Ceará. A região foi beneficiada com o Projeto Asimow que foi implementado no sentido de fomentar o desenvolvimento industrial da região. Os resultados desta política foram a instalação de várias fábricas entre elas, tijolos, cimento, máquinas de costura, rádios, calçados e etc., e o crescimento da região em termos demográficos e econômicos, esta passou a registrar taxa de urbanização superior a 50% a partir da década de 1970 e sua estrutura produtiva se modificou tendo os setores de serviços e a indústria como os mais importantes em termos de PIB, o que tornou a região junto com Fortaleza e Sobral os principais centros da rede urbana cearense.

A partir da década de 1990, a região recebeu investimentos industriais via política de incentivos fiscais do Governo do Estado do Ceará, esta política propiciou a vinda de indústrias para a região e desencadeou um aumento do processo migratório das pequenas cidades circunvizinhas para as principais cidades da região (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Tal processo de migração dinamizou o comércio e os serviços da região, marcando o predomínio das atividades terciárias na região, com destaque para o comércio varejista, atacadista, serviços médicos e ensino. Os investimentos industriais consolidaram o parque industrial da região tornando-o diversificado, com destaque para os setores calçadista, extrativa mineral, minerais não metálicos, material de transporte, química farmacêutica, alimentos e bebidas, borracha e couros e construção civil.

O Cariri cresceu substancialmente e se tornou um dos polos de desenvolvimento do Ceará, com uma das maiores concentrações populacionais e principal eixo econômico do sul do estado. E devido a sua capacidade de polarização, o vale do Cariri transformou-se em um centro sub-regional com influência em considerável área nordestina, atingindo desde os sertões piauienses, passando por Pernambuco, até parte do extremo oeste da Paraíba. Por isto a região foi escolhida para se tornar a segunda Região Metropolitana do estado, e com o objetivo de reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do estado.

Porém, apesar do seu pujante crescimento econômico e da sua área de influência, a RM Cariri apresenta fragilidades tanto institucional, já que esta se configura como um aglomerado urbano não metropolitano. Quanto do seu objetivo de reduzir o desequilíbrio socioeconômico do estado, a região metropolitana foi criada para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior. Porém sabe-se que uma política de desenvolvimento que centraliza investimentos em um único ponto do território não obtém os resultados esperados e devido o histórico de políticas públicas no Ceará para desenvolver o interior, tenderem sempre a centralizar investimentos em áreas já dinâmicas, beneficiando apenas a região escolhida, deixando a margem os demais espaços. No caso da Região Metropolitana do Cariri os investimentos concentram-se no núcleo CRAJUBAR enquanto as seis cidades que fazem parte da região ficam a margem e dependentes das cidades centrais. Por isso torna-se necessário que o Governo do Estado junto com as prefeituras dos municípios pertencentes a RM Cariri, trabalhem de forma conjunta para melhoria da qualidade de vida e da economia metropolitana, não apenas em torno do núcleo CRAJUBAR, com o intuito de se alcançar uma maior integração e a construção de uma identidade metropolitana.

Desta forma percebe-se que o Cariri cearense é um conjunto urbano de grande densidade demográfica, lugar de comércio diversificado, tanto atacadista como varejista e de serviços especializados como ensino principalmente o superior e serviços médicos. Sendo também um centro de abastecimento alimentar e de convergência da produção agrícola (principalmente de produtos como mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho e feijão). O setor industrial também tem destaque, sendo o Cariri o principal polo calçadista na estrutura de produção cearense.

Os fatores que favoreceram o Cariri cearense a se tornar uma região importante em termos econômicos e demográfico no interior cearense foram, a ambiência climática e cultural que a diferenciou dos sertões nordestinos à sua volta. Especificamente no Ceará, a distância da capital Fortaleza favoreceu a emergência de centros regionais no período colonial com uma relativa autonomia em relação à mesma. O papel político das elites locais, que carregavam recursos diretamente direcionados para suas regiões, tanto em termos de investimento, de infraestrutura e serviços e das políticas adotadas pelo governo cearense nas últimas cinco décadas que beneficiaram a estrutura produtiva da região.

6 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, F. A. G. **Redescobrimdo o Rural no Ceará.** IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.
- AMORA, Z. B. **Indústria e Espaço no Ceará.** IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.
- AMORA, Z. B; COSTA, MARIA, C. L. **Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 343- 378.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste.** 5ª.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negociação do Trabalho.** São Paulo: Boi Tempo Editorial, 1999.
- _____. **Trabalho, Reestruturação Produtiva e os Desafios do Sindicalismo e dos Movimentos Sociais no Brasil.** Brasil Urbano. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- ARAÚJO, N. G. **A Industrialização no Ceará: Breves Considerações.** In: Boletim Goiano de Geografia, V.27, n 2. 2006.
- ARAÚJO, T. B. **Desenvolvimento Regional no Brasil.** In: O Pensamento de Celso Furtado/Celso Furtado...{et al.}. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.
- ARRUDA, G. C; SAMAPAI, J. B. **Políticas de Emprego no Estado do Ceará.** In: Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Org.: POSTHUMA, A.C. Brasília: OIT e MTE, ed. 38. São Paulo, 1999.
- BARBOSA, M. N. F. **A Evolução do Emprego Formal Industrial nas Cidades Médias do Estado do Ceará (Juazeiro do Norte, Crato e Sobral) no período de 1985 a 2010.** Natal, RN: Programa de Pós Graduação em Economia Regional – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013. (Dissertação de Mestrado).
- BAR-EL, R. **Promovendo o Desenvolvimento do Interior do Ceará.** In: BAR-EL, Raphael (Org.). Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2000.
- BESERRA, F. R. **O processo de Industrialização do Cariri e o papel do Estado rumo a uma Modernização Conservadora.** In: I Encontro internacional de trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores. LABOR/UFC. 2006.

BRAGA, R; CARVALHO, P. F. **Cidade:** Espaço da Cidadania. In: GIOMETTI, A; BRAGA, R. (orgs). *Pedagogia Cidadã: Cadernos de formação: Ensino de Geografia*, São Paulo: UNESP-PROPP, 2004.

BRANCO, M. L. G; PEREIRA, R. H. M; NADALIN, V. G. **Rediscutindo a Delimitação das Regiões Metropolitanas no Brasil:** Um Exercício a partir dos critérios da década de 1970. *Texto para Discussão*. IPEA. 2013.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento:** As Múltiplas Escalas entre o Local e o Global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável:** Território do Cariri – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970.** 3ª. Ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CARVALHO, C. P. **Nordeste:** Sinais de um Novo Padrão de Crescimento (2000/2008). In. *Economia Política do Desenvolvimento*. Vol. 1, nº 2. Maceió, 2008.

CARVALHO, H. J.B. **Ideologia, Neoliberalismo e Política de Desenvolvimento Urbano:** O caso do Ceará na década de 1990. In: *IV Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*. Vitória da Conquista, BA. 2013.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra: 2009.

CAVALCANTI, E. R. **Desigualdade e Seletividade no Território Cearense:** O Ideário Desenvolvimentista dos “Governos das Mudanças” (1987-2007) na Estruturação da Rede Urbana do Estado do Ceará. Recife, PE: Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal do Pernambuco. 2008. (Dissertação de Mestrado).

CAVALCANTE, A. L.; PAIVA, W. L.; TROMPIERI NETO, N. **Dinâmica Regional do Emprego Formal no Ceará:** Uma Análise Espacial por Grandes Setores da Atividade Econômica do IBGE nos anos de 2003 e 2009. Fortaleza: IPECE. 2010 (Texto para Discussão, n. 91).

CEARÁ. Governo do Estado do. **Plano Plurianual.** 1992-1995. Fortaleza: 1991.

CEARÁ. Governo do Estado do. **Plano de Desenvolvimento Sustentável** 1995/1998. Fortaleza, 1995.

CEARÁ. Governo do Estado do. **Consolidando o Novo Ceará – Plano de Desenvolvimento Sustentável** 1999/2002. Fortaleza, 1999.

CEARÁ. Governo do Estado do. **Plano Plurianual.** 2003-2006. Fortaleza: SEPLAN, 2003

CEARÁ, Secretária de Planejamento e Gestão. **Projeto Cidades do Ceará: Cariri Central**. Fortaleza, 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T; FERNANDES, L. M. **Turismo: Ações e Contradições da Realidade Cearense**. IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo, Ática, 1989.

CORTEZ, A. S. P. **Escravidão e Economia no Cariri Cearense da segunda metade do século XIX**. In: I Circuito de Debates Econômicos, IPEA. 2011.

CROCCO. M. A.; GALINARI, R. et al. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais: Uma Nota Técnica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.

DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: Nem Desconcentração, Nem contínua Polarização**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

EGGLER, C. A. **Subsídios à Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Configuração e Dinâmica da Rede Urbana**. In: Humane, v.2, nº4, Recife, 2001.

ELIAS, D. **Reestruturação Produtiva da Agricultura Cearense: Rumo a Desintegração Competitiva e a Fragmentação do Espaço Agrário**. IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

FURTADO, C. **Operação Nordeste**. In: O Nordeste e a Saga da SUDENE/Celso Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

GEIGER, P. **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: CBPE, 1963.

GIAMBIAGI, F. **Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC**. In: GIAMBIAGI, Fabio *et al* (Org). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GIANELLA, V; CALLOU, A. E. P. **A Emergência do Paradigma de Desenvolvimento Centrado no Território na Observação de duas Políticas no Cariri Cearense**. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2011.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 1997.

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN): Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. (Org.) Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.2005.

GUIMARÃES NETO, J. L. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste: Da Articulação Comercial à Integração Produtiva**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana. 1989.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HOLANDA, V. C. C; AMORA, Z. B. **Cidades Médias do Ceará, Estado do Nordeste do Brasil e suas Dinâmicas Contemporâneas**. In: Revista Geográfica da América Central. Vol. 2, n. 47. 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Regiões de Influência das cidades**. Rio de Janeiro, 2007.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Ipeadata: Banco de Dados IPEA**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 28 de março de 2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana**. Brasília: IPEA, 2002. UFC. N, 16. 2009.

JUCÁ NETO, C. R. **Primórdios da Rede Urbana Cearense**. In: Mercator – Revista de Geografia da UFC. 2009

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Ed UFMG. Belo Horizonte. 2008.

LENCIONE, S. **Reconhecendo Metrôpoles: Territórios e Sociedades**. In: SILVA, C. A; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. (Org). **Metropóle: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

LIMA, C. F. **A Construção do Ceará: Temas de História Econômica**. Fortaleza: Instituto Albaniza Sarasate, 2008.

LIMA, A. C. C.; LIMA, J. P. R. **Programas de Desenvolvimento Local na Região Nordeste do Brasil: Uma Avaliação Preliminar da “Guerra Fiscal”**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, dez. 2010.

LIMA JUNIOR, F.O; MACEDO, F. C. **Dinâmica Regional, Política Econômica, Evolução do Emprego e Rede Urbana Cearense no início do século XXI**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, L. C. **Redes de Integração do Território Cearense: Dos Caminhos da Pecuária às Estradas Virtuais**. IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

LODDER, C. A. **O Processo de Crescimento Urbano no Brasil**. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA. 1977.

MACEDO. F. C. **Inserção Externa e Território: Impactos do Comercio Exterior na Dinâmica Regional e Urbana do Brasil (1980-2008)**. Campinas, SP: Instituto de

Economia – IE, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2010 (Tese de Livre Docência).

MARIA JÚNIOR, M. **Os Novos Investimentos Industriais, o Comércio e os Serviços nas duas Últimas Décadas em Crato e Juazeiro do Norte. Redefinindo a Dinâmica da Rede Urbana do Cariri Cearense.** In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideu: Universidad de la República, 2009.

MARICATO, E. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras.** Revista São Paulo em perspectiva, 14 (4), 2000.

MARQUES, R. M. **O Regime de Acumulação sob Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil.** In: O Brasil sob Nova Ordem: A economia brasileira contemporânea: Uma análise dos governos Collor a Lula. MARQUES, R. M e FERREIRA, R. J. (org). São Paulo 2010.

MATOS, R. **Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil.** Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2001.

MENEZES, E. O. **O Cariri Cearense.** IN: BORZACCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

MOSINHO, M. O; MOREIRA, M. I. **O Arranjo Produtivo Local (APL) do Turismo Religioso de Juazeiro do Norte** In: VII Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação. Palmas, 2012.

MOTTA, D. M; AJARA, C. **Configuração da Rede Urbana do Brasil.** Revista Paraná em Desenvolvimento. Curitiba, nº100, 2001.

MOURA, R. **Institucionalização de Regiões Metropolitanas: Qual o Sentido?** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.129-143, jul./dez. 2006.

MUNÕZ, A. E. P. **Desafios da Urbanização no Brasil.** In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2004.

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NUNES, A. C. P. **Atração de Investimentos como Instrumento de Política Industrial: O caso do Ceará no período 1985 – 2002.** São Paulo, SP. Fundação Getulio Vargas 2005 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, F. **O Terciário e a Divisão Social do Trabalho.** In: Estudos Cebrap, n. 24. São Paulo: Vozes, 1973.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** 6ª Ed.. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

PACHECO, C. A. **A Fragmentação da Nação**. Tese de Doutorado. Campinas, Ed. Unicamp/Instituto de Economia, 1996.

PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M.I G. **O Crescimento do Emprego Formal nas Metrôpoles Nordestinas (1996/2003)**. In: Macambira Jr. (org.). O mercado de trabalho Formal no Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. **Território e Economia Política** - Uma Abordagem a partir do Novo Processo de Industrialização no Ceará. Presidente Prudente, SP: UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2011 (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, I. **O Cariri: Seu Descobrimto, Povoamento e Costumes**. Fortaleza: 1950.

POCHMANN, M. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

PONTES, P. **Os Determinantes da Redução da Desigualdade Espacial no Ceará nas Últimas Décadas**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. 2011.

SILVA, M. G. **Mercado de Trabalho, Ocupações e Rendimentos: A Região Metropolitana de Natal na década de 1990**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2008 (Tese de Doutorado).

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. Ed. da Universidade de São Paulo 2009.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. Huitec. São Paulo. 1988.

SANTOS, A. M. P. **Urbanização Brasileira – Um olhar sobre o Papel das Cidades Médias na Primeira Década do Século XXI**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.12, n.2 Rio de Janeiro 2010.

SHACHAR, A. **Reestruturação do Espaço Urbano**. In: BAR-EL, Raphael (Org.). Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

SILVA FILHO, L. A; QUEIROZ, S. N. **Industrialização e Emprego Formal no Ceará: Análise a partir dos dados da RAIS/MTE 1996/2006**. In: Revista de Desenvolvimento do Ceará. IPECE. 2010.

SILVA, J. B. **A Região Metropolitana de Fortaleza**. IN: BORZACCHIELLO, José. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

SINGER, P. **A Economia dos Serviços**. In: Estudos CEBRAP. N. 20. São Paulo Vozes. 1978.

_____. **A Economia Política da Urbanização**. 11ed. Editora brasiliense. São Paulo. 1987.

SPINK, P K.; TEIXEIRA, M A. C.; CLEMENTE, R. **Governança, Governo ou Gestão: O Caminho das Ações Metropolitanas**. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, v. 11, n. 22, jul/dez. 2009.

SOUZA, M. S. **Ceará: Bases de Fixação do Povoamento e o Crescimento das Cidades**. IN: BORZACCHIELLO, José. CAVALCANTE, T. DANTAS, E. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. Ed. Contexto. São Paulo 2005.

SUZIGAN, W; FURTADO, J. et al. **Clusters ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Topologia e Sugestões de Políticas**. Revista de Economia Política, v. 24, out/dez. 2004.

TEIXEIRA, F. J. S. **A Razão Esclarecida da FIEC**. In: Propostas Alternativas. Fortaleza: IMOPEC/ADUFC/CUT/CPT/CE, 1995.

XAVIER, U. **Desenvolvimento Rural no Ceará e o Projeto Cédula da Terra: Inclusão Social ou um Cavalo de Troia?** 1999. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/need>>.